

Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social
www.cpihts.com

SANDRA DE FARIA

**Produção de conhecimento e agenda
sócio-profissional no Serviço Social brasileiro**

Doutorado

Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

PUC/SP, São Paulo, 2003.

SANDRA DE FARIA

**Produção de conhecimento e agenda
sócio-profissional no Serviço Social brasileiro**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Doutor José Paulo Netto.

Doutorado

Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

PUC/SP, São Paulo, 2003.

Banca Examinadora

Resumo

O tema de estudo desta tese é a análise dos nexos entre produção de conhecimento e agenda sócio-profissional no Serviço Social brasileiro. Para analisar o modo como essas intersecções e conexões efetivaram-se numa dada direção social estratégica e o seu peso no processo de legitimidade dos avanços e acúmulos que, consolidados, certificaram modificações no estatuto profissional, procede-se a um exame das dimensões substantivas da trajetória da profissão no Brasil a partir do final da década de 1970. Sublinha-se o contexto latino-americano, a conjuntura brasileira e os elementos profissionais gestores do processo de renovação do Serviço Social.

No exame das tendências identificadas, destaca-se a complexa relação entre organização profissional e produção de conhecimento e revela-se a iniciativa do segmento profissional que se empenha na busca de uma outra legitimidade social da profissão no marco da ruptura com o conservadorismo. O estudo do contexto, da produção académica na área e do papel protagónico desempenhado pelas entidades de representação da categoria sintetiza os processos e os elementos significativos da trajetória recente da profissão em sua particularidade no Brasil.

A partir dos procedimentos metodológicos de pesquisa e dos instrumentos de trabalho adotados são sistematizados dados da produção e do debate do Serviço Social no Brasil na década de 1990; e inventariando-se os conteúdos programáticos de seus eventos, detecta-se a agenda sócio-profissional. Os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), os seminários e fóruns compuseram, com elementos qualitativos e quantitativos, o horizonte de pesquisa.

Abstract

The theme studied in this thesis is the analysis of the nexus between knowledge production and the social-professional agenda in the Brazilian Social Service. In order to analyze the way in which its intersections and connections have been effectuated in a strategic social direction; and how it has pushed the process of legitimating advances and gatherings, which once consolidated modify professional status, an exam of the substantive dimensions of the profession trajectory in Brazil since the later 1970's is developed. The Latin-American context, the Brazilian conjuncture and the professional elements, which cause the process of renewing Social Service, are highlighted.

In the examination of the identified tendencies, the complex relationship between professional organization and knowledge production is noted; and the initiative of the professional segment that strives the search for another social legitimating of the profession in the landmark of conservatism rupture is revealed. The study of the context, of the academic production in the field and of the protagonist role developed by the representative entities synthesizes the processes and the main elements of the recent professional trajectory in Brazil.

From the methodological procedures of research and the working instruments, data of the production and of the debate concerning Social Service in Brazil in the 1990's are systematized; and by inventorying the program content of the events, the socio-professional agenda is evinced. The *CBAS* (Brazilian Congresses of Social Services), the *ENPESS* (National Summits of Researchers in Social Service), Seminars and Forums, along with qualitative and quantitative elements, compose the horizon of this research.

Riassunto

Il tema di studio di questa tese è l'analisi dei nessi tra la produzione di conoscenza e l'agenda socio professionale nel Servizio Sociale brasiliano. Per analizzare il modo come le loro intersezioni e connessioni si stabilirono in una determinata direzione sociale strategica e il loro peso nel processo di legittimità degli avanzi e accumuli i quali, consolidati, conferiscono modifiche nello statuto professionale, si ricorre a un esame delle dimensioni sostanziali della traiettoria della professione in Brasile a partire dalla fine degli anni '70. Dunque, è importante sottolineare il contesto latino americano, la congiuntura brasiliana e gli elementi professionali che gestiscono il processo di rinnovamento del Servizio Sociale.

Nell'esame delle tendenze individuate appare la complessa relazione esistente tra l'organizzazione professionale e la produzione di conoscenza e presenta l'iniziativa del segmento professionale che si impegna nella ricerca di un'altra legittimità sociale nel punto di rottura con il conservadorismo. Lo studio del contesto, della produzione accademica nell'area e del ruolo principale svolto dalle entità di rappresentazione della categoria sintetizza i processi e gli elementi significativi della recente traiettoria della professione nella sua particolarità brasiliana.

Attraverso delle procedure metodologiche di ricerca e degli strumenti di lavoro utilizzati sono sistemati i dati della produzione e del dibattito del Servizio Sociale in Brasile, negli anni '90; e ricercando i contenuti programmatici dei loro eventi, si ricava l'agenda socio professionale. I Congressi Brasiliani degli Assistenti Sociali (CBAS), i seminari e i forum hanno formato insieme agli elementi qualitativi e quantitativi gli orizzonti della ricerca.

Agradecimentos

Agradecer é muito mais do que um gesto de carinho. É poder reconhecer e registrar o caminho percorrido e partilhado em especial com:

a minha família, sempre cúmplice e apoiando as minhas opções - com Adriana, minha irmã, a convivência em São Paulo marcou as nossas vidas e isso é para sempre;

os participantes do Núcleo de Estudos e Aprofundamentos Marxista – NEAM/PUC-SP, que somaram à minha experiência a reflexão contínua sobre o legado marxista;

os professores Maria Lúcia Carvalho da Silva, Evaldo Amaro Vieira, Maria Carmelita Yasbek, Dilséia Adeodata Bonetti, Antonio Carlos Mazzeo, Nobuco Kameyama e Walderez Loureiro Miguel, que compuseram as bancas de qualificação e defesa da tese;

os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, que me acolheram durante o mestrado e doutorado e sempre estimularam as reflexões sobre a profissão;

os amigos Alfredo, Carina, Ana Cartaxo, Bia Abramides, Yolanda Guerra, Regina, que muito dizem do período que vivi em São Paulo;

a Universidade Católica de Goiás, através do Departamento de Serviço Social, que vem apoiando e estimulando a qualificação docente como condição para o aprofundamento de seu projeto político-pedagógico;

os Professores Alfredo Henriquez e Alcina Martins, coordenadores do Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social – CPIHTS, durante o Estágio de Pesquisa em Lisboa;

a Professora Alcina Martins, como orientadora em Portugal;

a Professora Maria Augusta Negreiros, em sua incansável luta para conquistar novas condições académicas, intelectuais e institucionais para o Serviço Social em Portugal;

a professora Margarida Fernandes, amiga e sempre solidária;

a professora Natércia Constâncio, um sonho de mulher, uma rara beleza humana, um presente na minha vida;

o meu orientador, Professor José Paulo Netto de quem me aproximei intelectualmente, conquistando uma profunda amizade que selou a nossa convivência;

Registro ainda os meus agradecimentos à CAPES e ao CNPq pelas concessões de bolsa durante o doutorado.

Dedico esta tese ao meu pai, Augusto.

Sumário

Introdução	11
Tema e objeto de estudo	11
Considerações teórico-metodológicas	19
Capítulo 1	26
A trajetória sócio-profissional do Serviço Social e sua particularidade no Brasil.....	26
1.1 América Latina e Serviço Social: o legado do Movimento de Reconceituação.....	39
1.2 A organização política do Serviço Social no Brasil no pós-70 e seus antecedentes	45
Capítulo 2	62
Tendências da agenda sócio-profissional: dimensões teórica, ídeo-política e de ruptura com o conservadorismo.....	62
2.1 Organização profissional e produção de conhecimento: possibilidades e limites	78
2.2 Agenda sócio-profissional e incorporação de demandas sociais	94
2.3 A organização política como via para a renovação do Serviço Social.....	109
Capítulo 3	128
Serviço Social brasileiro: nexos entre a produção de conhecimento e a agenda sócio-profissional	128
3.1 Realidade e conhecimento: racionalidades e implicações sócio-políticas.....	129
3.2 Projeto Profissional Ético-Político: a direção social e suas orientações no sentido de luta por hegemonia.....	147
Considerações Finais	171
Referências Bibliográficas	178

Siglas

- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ANAS – Associação Nacional de Assistentes Sociais
- ALAETS..... –
..... Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social
- CELATS – Centro Latino-Americano de Trabalho Social
- CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CPIHTS – Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social
- CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento Científico e Tecnológico
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento de Pessoal de Nível Superior
- CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
- CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- CENEAS – Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
- ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
- ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
- FENAS – Federação Nacional de Assistentes Sociais
- FENAS – Federação Nacional de Assistentes Sociais
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Introdução

Tema e objeto de estudo

A problemática da gênese e do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro está intimamente ligada à sua própria legitimidade social. Mais recentemente, na busca dessa legitimidade, segmentos da categoria empenharam-se na procura da construção de um projeto profissional, na explicação dos seus nexos através da produção do conhecimento acadêmico e na redefinição de uma agenda sócio-profissional. Há um enlace entre estas duas componentes do Serviço Social brasileiro: o conhecimento acadêmico e a redefinição da agenda sócio-profissional.

Como bem demonstrou Kameyama (1998), na análise sobre “A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências – 1975 –1997”, o Serviço Social brasileiro concentra, na produção de conhecimento, uma variedade temática e de elaborações críticas.

Enfrenta [o Serviço Social] o desafio de decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional. Por isso, as investigações apresentam-se, em termos gerais, como movimento de articulação teoria/realidade, de busca de construção de conhecimento, apontando como subjacente um movimento de crítica às dimensões aparentes, fenomênicas ou reificadas do real (p.71).

Genericamente, pode-se dizer que a produção acadêmico-científica do Serviço Social brasileiro concentra-se nas investigações sobre as políticas sociais e os direitos sociais, os movimentos sociais, os processos de trabalho e as dimensões que estruturam a

profissão.

No âmbito das *políticas e dos direitos sociais*, são comumente investigados: saúde, educação, criança e adolescente, habitação, segurança pública e política penitenciária, assistência social, política agrícola, assentamentos rurais, terceira idade, previdência, pobreza/exclusão, mulher-gênero, igrejas/religião, participação e controle social na política social, educação/creche entre outras.

Entre os temas relacionados aos *movimentos sociais*, estão os estudos sobre a história e os processos de lutas populares e sindicais.

Quanto aos *processos de trabalho*, as investigações de maior evidência, realizadas nas décadas de 80 e 90, reportam-se às relações e condições de trabalho, emprego, desemprego e novas tecnologias, relações de poder disciplinar no mundo do trabalho, serviços e gestão social dos direitos e seguros sociais (regulamentação jurídica e social), as múltiplas dimensões da reestruturação produtiva do capital: automação, inovações tecnológicas, redefinição do perfil dos trabalhadores, impactos das alterações tecnológicas e das novas técnicas de organização/gestão/administração das relações de trabalho, métodos e técnicas *just in time*, círculos de controle de qualidade, controle estatístico de produção, controle de qualidade total, *kaizen* - melhorias contínuas extraídas da experiência japonesa e as novas exigências ocupacionais que delas derivam.

A *profissão* é investigada nas seguintes dimensões: história do Serviço Social, fundamentos teórico-metodológicos, ética profissional, formação profissional, práticas do Serviço Social, pesquisas teóricas, questões contemporâneas do Serviço Social e estratégias de intervenção.

Das principais concentrações temáticas que formam essa produção de conhecimento, podem ser detectadas tendências quer nas análises e conclusões, quer no método de investigação e

problematização do objeto. Por exemplo, é possível inquirir, em parte dessa produção acadêmica, a tendência que se revela sobre a concepção de teoria, empiria e técnica de pesquisa centrada nas representações do sujeito; é pertinente problematizar a prioridade do discurso e da memória individual pela sistematização de depoimentos como expressões diretas das relações sociais, operando com a descrição de atitudes e sentimentos acerca do processo de consciência. No entanto, tais investigações não vão além da pesquisa exploratória e descritiva, não agregando a dimensão analítica como exigência para superar o seu formalismo e empirismo.

Já outras pesquisas fundamentam o saber profissional e a postura crítica e reflexiva, orientando suas investigações e análises pelas condições materiais que peculiarizam a prática do assistente social nas diferentes conjunturas e na dinâmica das relações sociais. Esse direcionamento analítico se viabiliza em análises sobre o processo de desgaste da força de trabalho, direitos sociais, técnicas de gestão e administração participativas, luta pela democratização da gestão pública, inovações tecnológicas e estratégias de sobrevivência e desenvolvimento.

Essa abordagem analítica tem possibilitado apreender os nexos econômicos, políticos, sociais e culturais e as relações de classe que constituem a sociedade capitalista. São trabalhos de pesquisa e de análise teórica que, embora assumam pontos de vistas unilaterais, parciais, factuais, através das contradições que revelam, negam, aprofundam e superam as formas e manifestações aparentes, ou seja, demonstram que

a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade, quando descobre a natureza da realidade social como unidade dialética de base e supra-estrutura, e o homem como sujeito objetivo, crítico-social (Kosik, 1985, p. 18).

É importante notar que, principalmente a partir dos anos 90, os

balanços da produção de conhecimento na área do Serviço Social objetivaram a visibilidade social e acadêmica de sua produção, contribuindo para a identificação de dificuldades em termos de qualidade do conhecimento, temáticas investigadas e, sobretudo, interlocução com outras disciplinas das Ciências Sociais. Neste sentido, contribuem para conferir novas bases à legitimação social da profissão.

A profissão, no Brasil, a partir dos anos 80, como ressalta Kameyama (1998), não tem se limitado a consumir conhecimentos produzidos em outras áreas das Ciências Sociais, mas tem elaborado conhecimentos que subsidiam a formação e a prática profissionais, apresentando rigor teórico-metodológico, qualificando a sua interlocução interdisciplinar e diversificando os mecanismos de difusão, divulgação e debate sobre pesquisas, com destaque para a efetivação dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS¹.

As conquistas no âmbito acadêmico, na formação de intelectuais e no perfil profissional do Assistente Social, no Brasil, são consideradas relevantes, pois ampliam as possibilidades de respostas aos desafios institucionais, políticos e sócio-ocupacionais e diversificam as competências no mercado nacional do trabalho.

No que se refere à inserção do Serviço Social na universidade, os avanços na formação profissional são fundamentais para a construção do pluralismo e da diferenciação nas concepções e direções teórico-metodológicas, uma condição essencial para aprofundar e qualificar o debate acadêmico-intelectual e assegurar sua direção social no sentido antípoda ao da conservadora, pois a relação entre a formação e o exercício profissional é sempre uma possibilidade de intercâmbio,

¹ Foram realizados, até novembro de 2002, sete Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social.

de apoio e de elaboração de estratégias que visam a responder aos desafios postos à profissão.

Essas são questões e apontamentos que possibilitam indagar por que ou por quais razões deve-se estudar uma profissão e sua trajetória como um processo que articula rupturas e continuidades e investigar suas transformações como um movimento de dimensões sócio-históricas para além do cronológico.

Algumas indagações suscitadas pelo balanço crítico da produção de conhecimento na área podem ser: - as evidências dos avanços conquistados pelo Serviço Social brasileiro desde o final da década de 1970 propiciaram, nos anos 90, uma direção social estratégica hegemônica? A maturação do processo de renovação no Serviço Social brasileiro tem se apoiado na consolidação do projeto profissional ético-político? Sobre as feições da organização política: como as mudanças no sistema sócio-organizativo da categoria profissional do pós-70 encontram-se com os debates da academia e suas tendências, subsidiando e recolhendo aportes para a direção social do projeto profissional?

Tais indagações podem ser um campo minado, quando se referem a uma categoria profissional. Afinal, toda categoria profissional congrega diferenças e divergências, disputas e embates, explicitando pluralidade. E, sobretudo, nenhuma delas possui estatuto fixo e inalterável nos marcos das relações sociais capitalistas.

De qualquer modo, *o objeto de análise desta tese* constitui-se, precisamente, em apreender, na trajetória sócio-histórica da profissão, os vetores e as linhas de forças que propiciaram a consolidação do processo de renovação do Serviço Social brasileiro e a afirmação de uma direção social estratégica na vertente de *ruptura com o conservadorismo*, que se revela compreensível, no plano analítico, quando observada à luz da teoria social de Marx.

A incidência dessa matriz teórica, legitimada nos fóruns e debates profissionais, se entrelaça à diversificação do processo metodológico de produção de conhecimento da realidade social e subsidia o confronto com o domínio de vertentes que, em suas abordagens, tendem a desistoricizar o processo de profissionalização do Serviço Social e a estabelecer uma homogeneidade formal e instrumental das complexas ramificações das tendências teóricas e políticas da profissão.

Iamamoto (1992) ressalta que a ruptura com a herança conservadora requer a interação entre o aprofundamento teórico rigoroso e a prática renovada, politicamente definida - elemento decisivo para superar as contrafações ideológicas incorporadas pela profissão em sua evolução histórica: o voluntarismo, a prática rotineira e burocratizada, as tendências empiricistas, o alheamento central do modo de vida do povo, o desconhecimento do saber popular, etc.

Afirma ainda que:

entendida numa dimensão processual, essa ruptura tem como pré-requisito que o Assistente Social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes. Em outros termos, o profissional é mobilizado na implementação de políticas sociais que trazem no seu bojo interesses divergentes e antagônicos que o exercício profissional, contraditoriamente, reproduz, já que tende a ser cooptado por uma das forças em confronto. Essa compreensão é básica para tornar possível que o Assistente Social faça uma opção teórico-prática por um projeto coletivo de sociedade e supere as ilusões de um fazer profissional que paire 'acima' da história. Isso implica, por sua vez, o enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural (1992: p. 37).

As análises de Netto (1990/1996)² compreendem de forma

² Atento e crítico a essa dinâmica do Serviço Social, Netto (1990), em sua tese, sistematizou e analisou o Serviço Social, no Brasil, no pós-64. Conforme o autor, *a perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional* (que emerge nas décadas de 70/80) possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho 'tradicional' e aos seus aportes teóricos,

madura a consolidação *da vertente de ruptura com o conservadorismo* e sua importância para a renovação teórico-cultural da profissão. Segundo o autor, na década de 1980, consolidou-se, no plano ideológico-político, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social. Ao que acrescento que, passada toda década de 1990, a maioria do Serviço Social ganhou maior densidade, volume e complexidade nas ramificações e tendências de sua elaboração teórica. E, ainda, a vertente de ruptura com o conservadorismo tem-se afirmado como uma linha de força manifesta no contexto da renovação do Serviço Social brasileiro, ao confluir a influência da tradição marxista e a direção social estratégica do projeto profissional ético-político.

Com essa compreensão, oriento-me pela *hipótese diretriz* de que a trajetória do Serviço Social no Brasil apresenta particularidades e implicações, das quais destaco a convergência e os nexos observados, na década de 1990, entre a agenda sócio-profissional e a expressividade alcançada pelo pensamento crítico de tradição marxista na produção de conhecimento na área do Serviço Social.

O aprofundamento teórico-metodológico marxista e a sistematização da pesquisa levam-me a reconhecer que, ao priorizar, no plano mais analítico, a reflexão sobre a direção social do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo que permite examinar os nexos observados entre a agenda sócio-profissional e os conteúdos da produção de conhecimento acadêmico, certamente estou considerando, de um lado, a compreensão não consensual entre as várias concepções e discussões relativas à trajetória recente do Serviço Social brasileiro e, de outro, a consolidação de uma direção social que não suprime diferentes tendências no conjunto da categoria, mas que se insere num processo de luta por hegemonia.

metodológicos e ideológicos. Manifesta-se com a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador) e recorre progressivamente à tradição marxista.

Conforme Netto:

nas condições contemporâneas, uma categoria profissional jamais é um bloco identitário ou homogêneo – é sempre, sob todos os prismas, um conjunto diferenciado e em movimento. Uma direção consolidada é aquela que, sintonizada com as tendências sócio-históricas mais significativas, circunscreve o espaço de enfrentamento das diferenças em função de objetivos que se fazem reconhecidos como legítimos e pertinentes; nessa ótica, aliás, é apenas em face de uma direção determinada que as diferenças profissionais adquirem sentido (1996, p.116).

Posto isso, compreendo que a direção social dimanada desse projeto profissional ético-político adquire inteligibilidade se pensada quanto aos compromissos e vínculos da categoria com os movimentos políticos, civis e sociais, para além daqueles derivados dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, e explicitada a dimensão política da profissão como síntese concreta das determinações históricas e dos seus elementos estruturais.

Assim formulada, a hipótese diretriz da tese não se sustenta em considerações apriorísticas, mas na investigação da dinâmica interna dos movimentos sócio-profissionais dos assistentes sociais, seus vínculos e coexistência com os processos e lutas societárias.

A análise do objeto orientou-se pelos seguintes *objetivos norteadores*:

- examinar a relação entre a agenda sócio-profissional e a investigação que, inspirada na tradição marxista, reverbera na teorização profissional;
- analisar o modo como essas intersecções e conexões efetivaram-se numa dada direção social e o seu peso no processo de legitimidade dos avanços e acúmulos que, consolidados, certificam modificações no estatuto profissional do Serviço Social brasileiro.

Certamente, para pensar o Serviço Social na década de 1990, no Brasil, é necessário sublinhar o contexto latino-americano, a conjuntura sócio-histórica brasileira e os elementos profissionais gestores de sua renovação a partir do final da década de 1970.

Nessa perspectiva, o período histórico de análise da pesquisa, se incide sobre a década de 1990, é, no entanto, pensado nos marcos do contexto latino-americano do pós-70 e seus antecedentes. Privilegiam-se as dimensões substantivas dessa trajetória para melhor captar as mediações profissionais e sociais que, desde o Movimento de Reconceituação Latino-Americano (1965-1975), demarcam o processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

Com efeito, por mais que as críticas às elaborações e à produção de conhecimento *per se* indiquem os caminhos da investigação e o estado da arte em determinada área; por mais que, nas elaborações referenciadas na teoria social marxiana e na tradição marxista, explicitem-se tendências cujos traços distintivos são a pesquisa da realidade social, a análise do movimento das classes, a investigação sistemática da realidade contemporânea de ordem burguesa, as tendências no Serviço Social nas décadas de 1960, 1970 e 1980 não oferecem elementos para atribuir hegemonia ao projeto de ruptura com a base teórica-cultural e os supostos sócio-políticos que fundamentam o conservadorismo. Só no final da década de 1990 as análises do Serviço Social e suas aproximações com a teoria crítico-dialética haveriam de conferir evidências e densidade ao projeto profissional que se afirmava hegemônico.

Considerações teórico-metodológicas

A investigação sobre a produção acadêmica e científica do

Serviço Social se realizou, especificamente, pela leitura crítica das teses de doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, conforme dados obtidos junto ao Setor de Dissertação e Tese e da Biblioteca Central da PUC/SP.

As teses foram inventariadas mediante roteiro de leitura elaborado para a sistematização de dados. O seu balanço crítico confirmou a multiplicidade dos temas convertidos em objetos de estudo e a composição e a concentração temáticas relacionadas às áreas e linhas de pesquisas predominantes no Serviço Social, já identificados em outros diferentes balanços.

Especificamente, o processamento dos dados coletados permitiu, no plano analítico, indagar sobre a trajetória sócio-profissional e suas particularidades no Brasil como um dos eixos problemáticos e de apreensão dos nexos entre a produção acadêmica e a agenda político-profissional.

A partir dos procedimentos metodológicos de pesquisa e dos instrumentos de trabalho adotados foram sistematizados dados da produção e do debate do Serviço Social no Brasil na década de 1990; e inventariando-se os conteúdos programáticos de seus eventos, detectou-se a agenda sócio-profissional. Os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), os Seminários e Fóruns compuseram, com elementos qualitativos e quantitativos o meu horizonte de pesquisa.

Os estudos e a sistematização de dados que foram propiciados por estágio de pesquisa realizado no Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS), em Lisboa/Portugal, no período de maio a novembro de 2000³,

³ Neste período fui contemplada com uma bolsa sanduíche da CAPES que me

possibilitaram conhecer e reconhecer a importância do intercâmbio firmado com o Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP e ofereceu elementos significativos para a investigação e a problematização do objeto de análise da tese.

De forma inequívoca, as relações académicas e culturais entre Brasil e Portugal, especificamente na área do Serviço Social, convergem para o fortalecimento e o reconhecimento do seu estatuto académico.

Nesse sentido, a importância reconhecida do estágio está expressa no enriquecimento da investigação, na sistematização dos subsídios teórico-metodológicos que fundamentam as categorias de análise do material pesquisado, no contato com mestres, doutores, mestrandos e doutorandos em Serviço Social de Portugal, no intercâmbio com pesquisadores portugueses, na participação em eventos. Possibilitou ainda adensar as reflexões sobre a produção de conhecimentos no Serviço Social, apreender conexões entre a produção académico-científica do Brasil e de Portugal, bem como refletir sobre a visibilidade e a permeabilidade da teorização na área.

Os estudos de diferentes autores europeus e a sistematização de uma multiplicidade de análises, nomeadamente sobre Portugal e União Européia, políticas sociais, sindicalismo e movimentos sociais, Estado e Inserção Social - Segurança Social e Ação Social, podem ser apresentados como exemplos dos contributos colhidos nas instituições e fóruns de debates lusitanos⁴.

Faz parte das considerações metodológicas registrar que, na investigação realizada, não houve intenção de examinar a profissão e pesquisar um processo que, no seu conjunto, compreende a afirmação de novos padrões académicos, a redefinição e a revisão do projeto de formação do Assistente Social, alterações em estratégias de regulamentação profissional, revisão de bases filosóficas do Código de Ética do Serviço Social. Assim, também não foi pretensão,

⁴ Na avaliação do estágio de pesquisa que apresentei ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social e à CAPES, como atividade académica curricular requisitada, destaco a importância do intercâmbio institucional e profissional e sua expressão na minha formação e qualificação docente, reconhecendo a sua relevância no encaminhamento da tese.

diante do crescimento da produção acadêmica, nas últimas décadas, explorar o conjunto das atividades e pesquisas, dos cursos de doutorado e projetos de investigação desenvolvidos nas unidades de ensino: individuais, integrados, interprofissional e interinstitucional.

A pesquisa teve por fio condutor a concepção de que os referenciais teóricos e a investigação empírica relacionam-se com o objeto de análise. E se o objeto de análise pauta o campo de investigação e a sua problematização - as indagações e afirmações quanto ao que se pretende examinar -, o sentido dos problemas guarda íntima relação com os referenciais teóricos e metodológicos.

De outro lado, uma investigação que se propõe identificar os componentes históricos e o significado social dos problemas predominantes na teorização acadêmica torna a interpretação dos textos e a análise de conteúdo procedimentos insuficientes. Assim, foi necessário

remeter a um conceito das principais fases e tendências do desenvolvimento social que o pensamento articula e dos problemas que estas introduzem na esfera do pensamento; um exame às diferentes tendências no pensamento que correspondem a estes problemas às formas sob as quais os escritores individuais os expressam (Shaw, 1978, p. 88-89).

Nessa perspectiva teórico-metodológica, as implicações sócio-políticas das tendências que constituem as relações complexas entre realidade e conhecimento puderam ser examinadas e, no domínio do pensamento, interditaram as formulações apriorísticas e as análises fenomênicas dos objetos sociais.

A exposição do conteúdo investigado teve por referência as sugestões formuladas no exame de qualificação e compreende os capítulos que se seguem.

O primeiro capítulo concentra a análise de uma dimensão conhecida e reconhecida da trajetória da categoria no Brasil que é,

exatamente, o papel e o protagonismo que atestam as formas de sua organização política do ponto de vista da sua organização sindical ou do ponto de vista da sua organização em conselhos regionais e federal. E, resguardando as diferenças que marcam o sistema e o processo de organização dos assistentes sociais, sintetiza também os aspectos significativos de sua trajetória recente e suas particularidades no Brasil, em especial apreendendo e analisando os vetores que desencadearam as metamorfoses na agenda dos debates profissionais no pós-70.

Os anos noventa marcaram o declínio e a extinção da organização sindical da categoria. A Associação Nacional dos Assistentes Sociais-ANAS, pode-se hoje afirmar, foi uma forma de organização política de categoria cuja a história é um episódio encerrado. Por isso, o capítulo analisa se o processo de transitoriedade na organização sindical da categoria resultou numa sobrecarga nas atribuições dos conselhos (CFESS/CRESS). Diante de sua natureza jurídica e social, o que assumir do ponto de vista das lutas e interesses profissionais?

O capítulo inclui, portanto, a análise da organização política da profissão, seus contornos nos anos noventa, o processo de transição e extinção da ANAS e sindicatos da categoria, as alterações no complexo Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social CFESS/CRESS, as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABEPSS) e a permeabilidade, frente às demandas sociais, da direção social que se afirma no marco da ruptura com o conservadorismo.

A análise em retrospectiva da trajetória sócio-profissional privilegiou o legado do Movimento de Reconceituação e a agenda sócio-profissional no pós-70 e seus antecedentes, como elementos que possibilitaram indagar sobre a consolidação do projeto profissional ético-político nos anos noventa.

No segundo capítulo, as dimensões profissionais do Serviço Social priorizadas na tese aparecem implicadas e pensadas no marco de uma outra inteligibilidade, essa inserida no conjunto das mediações institucionais, organizacionais e culturais que circunscrevem o cotidiano do trabalho profissional do assistente social. Os nexos entre a agenda sócio-profissional e a produção acadêmica foram extraídos do processo real, das referências macroscópicas e suas conexões com as tendências no plano da cultura e da produção do conhecimento acadêmico.

Objetivando apresentar o movimento da investigação por inteiro, o capítulo privilegia o debate sobre a produção do conhecimento e a sua confluência com o posicionamento sensível e permeável da categoria face às questões sociais, essencialmente pela incorporação de demandas sociais refratadas e incorporadas de forma significativas pelo Serviço Social brasileiro. Esse encaminhamento atestou a não arbitrariedade da hipótese diretriz de trabalho.

O terceiro capítulo explicita o que é a direção social estratégica que se afirma no interior da profissão. E exatamente nessa reflexão sobre a direção social e seus vínculos com um projeto social se encontrou o enlace para localizar os nexos entre a agenda sócio-profissional e a produção de conhecimento, observada a sua relação com a teoria social de Marx.

Para tanto, a compreensão do conceito de hegemonia foi indispensável para captar as tendências dominantes que orientaram o debate profissional e avaliar as várias interpretações que condicionaram os embates e as lutas concretas da profissão. Essa é analisada como um terreno dinâmico de alternativas e de campo de correlação de forças no seu interior.

A partir desse domínio, a pesquisa identifica uma particularidade na trajetória do Serviço Social brasileiro, que realça, no movimento

de organização política, a confluência entre os grandes temas da agenda profissional e parte significativa da produção acadêmica inventariada. Considera que a produção acadêmica concentra elaborações fundamentais na construção de uma outra direção social estratégica e, assim, não as avalia somente no seu aspecto quantitativo.

Esse percurso permitiu atestar que a consolidação de uma vertente de ruptura na década de 1990 ocorreu na medida em que extrapolou o debate e as formulações acadêmicas e penetrou o embate e as disputas profissionais, numa direção social que apontava para um projeto privilegiador das modificações operadas no estatuto profissional do Serviço Social brasileiro.

Resta dizer que a minha experiência profissional como docente do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás e a minha militância político-sindical e partidária (com início durante a minha graduação na mesma Universidade, em 1981) formaram e informaram a perspectiva analítica que explicito na presente tese de doutorado. No entanto, considero que o “distanciamento” da prática cotidiana e imediata, condição decorrente da minha mudança para São Paulo, em 1995, para fazer o Mestrado e, em seguida, o Doutorado em Serviço Social, resultou no aprofundamento da minha reflexão e produção teórica, tornando-as mais ricas em determinações, o que qualifica a investigação e o exame sobre a trajetória e as dimensões do Serviço Social brasileiro, e da minha práxis, certamente muito mais sólida e, conseqüentemente, redimensionada por uma perspectiva histórica e universal.

Capítulo 1

A trajetória sócio-profissional do Serviço Social e sua particularidade no Brasil

Uma análise histórico-crítica das profissões modernas demonstra que, na base do pensamento conservador, predomina o uso de uma inteligibilidade formal, justificada em procedimentos burocratizantes, rígidos e em abordagens a-históricas. Conforme Mészáros (1996), as motivações ideológicas conservadoras das raízes do cientificismo positivista e neopositivista e a sua eficácia incomparável para proporcionar a racionalização exigida pelos interesses socioeconômicos e políticos dominantes tornaram-no paradigma da explicação racional da sociedade e principal corrente de legitimação ideológica.

Em lugar da dialética histórica das inter-relações sociais complexas, ele [o cientificismo positivista] oferecia a objetividade fetichista de determinações material-instrumentais grosseiras. E em oposição a toda avaliação crítica da divisão social hierárquica do trabalho, continuou a apresentar este último como puramente tecnológico-científico e por isso, é claro, necessariamente permanente (1996, p.251).

O positivismo e o neopositivismo formaram um movimento político e intelectual orientado pelo conhecimento científico sobre a sociedade moderna, a sociedade industrial-urbana. Auguste Comte, comprometido com a construção de um modelo de explicação da sociedade baseado numa lei geral sustentada por regularidades semelhantes e observáveis nos fenômenos, fundou uma teoria social que visava ao conhecimento das leis e das reformas possíveis nos limites da sociedade burguesa.

Na sociedade capitalista moderna, o pensamento social conservador, fundado no cientificismo positivista, direcionou o desenvolvimento do sistema de ensino superior, ligando as especializações, as profissões e a produção de conhecimento às relações sociais particulares e a uma função social imediata. Com domínio amplo e sólido nas Ciências Sociais e Humanas, o pensamento social conservador influenciou e influencia na organização acadêmica e científica do conhecimento produzido nas várias áreas de

especialização⁵.

Segundo essa tradição teórica, o que funda uma profissão não são as relações de produção e reprodução da vida social, mas a função social e o estatuto profissional, resultantes de um saber científico e prático, de um ideal de competência fundado na formação/especialização. Sob esse enfoque, as disciplinas, as instituições profissionais e a ideologia do profissionalismo⁶ surgem como respostas às necessidades sociais/individuais, contribuindo para a regulação e o controle social.

Uma profissão significa, idealmente, realização pessoal, reserva e monopólio de mercado de trabalho para a realização de atividades, emprego estável e elevado reconhecimento. Uma profissão é a expressão de valores de ordem ética, com configurações morais e/ou culturais. Assim, na ótica funcionalista, o que caracteriza e explica uma profissão é uma estrutura modelar que privilegia a relação profissional-cliente, tendo em vista promovê-la, reconhecê-la e regulamentá-la.

Há farta literatura sobre essas questões⁷, tanto de confirmação

⁵ A tensão entre realidade e conhecimento não encontra solução na exigência da autonomia das ciências sociais, favorecendo a difusão de uma razão instrumental e ideologicamente conservadora com a conversão acadêmica das ciências sociais e a sua utilização como uma variação e especialização do saber. Gouldner (1973) em sua compreensão crítica da missão social da sociologia acadêmica formula uma reflexão sobre o mandato social em que atua, as ideologias que expressa e o vínculo que mantém com o conjunto da sociedade. A escola intelectual alvo da crítica é a funcionalista e os seus supostos de homem e sociedade. Esse autor explicita o modo como a ideologização da sociologia se mostra na escola do pensamento que insiste na importância da profissionalização da sociologia e de manter a sua autonomia intelectual, elaborada por Talcott Parsons.

⁶ Sobre a estruturação acadêmica, a divisão em disciplinas e as organizações profissionais (dentro das Ciências Sociais), Shaw (1978, p.73) afirma que: "*A ideologia do profissionalismo é essencial ao funcionamento das disciplinas, ainda que a força de organização profissional como tal varie consideravelmente*".

⁷ No domínio da Sociologia das profissões, apresentam-se diferentes estudos e teorizações sobre o chamado fenômeno das profissões. Diferentes pensadores, desde o século XIX, fornecem contributos para o estudo – Spencer, Saint-Simon, Weber, Durkheim, entre outros. E, no século XX, as profissões desenvolvem-se e são abordadas pela Sociologia, constituindo um campo de especialização científica. Um estudo sobre a história dessa disciplina, seus temas e aquisições encontra-se em Rodrigues (1997). Uma crítica ao pensamento funcionalista que objetiva acrescentar uma análise dos fenômenos profissionais às condições econômicas, sociais e ideológicas

quanto de crítica e de superação desse pensamento funcionalista e interacionista.

No nível analítico, o significado mais profundo do pensamento conservador passa por uma construção lógica e ideal do fenómeno das profissões e, embora sinalize que é necessário não confundir tendências efêmeras, de curto prazo, com tendências de longo prazo, e mudanças cíclicas com mudanças progressivas e lineares, estrutura os seus argumentos sob a ótica da profissão como ocupação estável e organizada, campo de competências e monopólio de especialidades, alicerçando, a partir da formalização de controles profissionais e de órgãos disciplinadores, uma ideologia do profissionalismo, que formaliza os conflitos e as contradições numa ética da competência.

A partir dessa compreensão, formulou-se uma abordagem crítica ao papel conservador desempenhado pelo Serviço Social, que *legitimava o Estado burguês e elidia a luta de classes*⁸, destacando, no processo de renovação da profissão, os vetores, as tendências e as linhas de forças que conduziram à inserção da categoria no movimento vivo da sociedade brasileira, nas lutas ideológicas.

A vertente que perspectivou romper com o conservadorismo, como uma das tendências que se afirmaram no âmbito da categoria, adotou por direção a articulação dos interesses corporativos com a defesa das reivindicações, interesses e necessidades sociais da classe trabalhadora. Do ponto vista do debate profissional, formula uma abordagem crítica ao tratamento linear, focalista e a-histórico das profissões. Foram abordagens de diferentes autores, que desmistificam a ênfase atribuída à fixação rígida das especializações do saber e as promessas de prestígio e 'status' intelectual.

onde se inserem pode ser verificada em Wright Mills (1972) e Gouldner (1973).

⁸ "A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a

Essa abordagem, ao enfatizar as relações sociais capitalistas, ampliou, num primeiro momento, as análises sobre o contexto em que se inseria o processo de profissionalização do Serviço Social, e, em sua esteira, abriu condições para erodir a base do conservadorismo na profissão e desencadear o processo que visou à *instauração de novos padrões intelectuais e profissionais* no Serviço Social brasileiro.

Na perspectiva de teoria social de Marx, não é possível prescindir da história e construir, abstratamente, as categorias analíticas sem estabelecer a sua condição determinante, a sua particularidade e o seu conteúdo heurístico, premissas que indicam os caminhos para se compreenderem as determinações e as determinidades produzidas social e historicamente. Marx (1991) demonstrou como a fixação imediata de uma direção é decisiva para toda ciência histórica e social em geral e não apenas para a economia política:

em toda ciência histórica e social em geral é preciso ter sempre em conta, a propósito do curso das categorias econômicas, que o sujeito, neste caso, a sociedade burguesa moderna, está dado tanto na realidade efetiva como no cérebro; que as categorias exprimem portanto formas de modos de ser, determinações de existência, freqüentemente aspectos isolados desta sociedade determinada, deste sujeito, e que, por conseguinte, esta sociedade de maneira nenhuma se inicia, *inclusive do ponto de vista científico*, somente a partir do momento em que se trata dela *como tal*. (Marx, 1991, p.21)

O estudo do fenômeno da origem, organização, legalização e legitimação das profissões relaciona-se, geneticamente, ao princípio fundamental da divisão social e hierárquica do trabalho que, no capitalismo, predominou de forma sistemática e generalizada. E se é impossível dar o correto tratamento a essa questão de forma breve, vale, no entanto, observar que, sem dúvida, os problemas do processo de trabalho estão implicados à totalidade das relações de produção que formam a estrutura econômica da sociedade capitalista,

a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (Marx, 1982: p. 25).

O trabalho e seu processo de organização na sociedade burguesa estão condicionados ao modo de produção da vida material, ao desenvolvimento das forças produtivas materiais, como uma forma especificamente social que se apresenta, na sociedade, como trabalho produtor de valor de uso e, na sua determinidade material, como trabalho que apresenta valor de troca, abstrato, empregado na produção de mercadorias.

Essa distinção pressupõe o trabalho e o seu processo como uma determinação central da ontologia marxiana, forma que pertence exclusivamente ao homem e que constitui o centro de sua humanização. Como fenômeno originário do ser social, como constitutivo do ser que atua, ele transforma, medeia, regula e controla o seu metabolismo com a Natureza, devendo ser considerado, de início, independente de qualquer forma social determinada.

Marx trata o processo de trabalho a partir de seus elementos simples e concretos, como atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas. Apresenta-o como condição natural e eterna da vida, ponto de partida fundamental e necessário para o desenvolvimento e a emancipação humanos.

No entanto, não negligencia o caráter natural da existência humana, o metabolismo entre o homem e a natureza, para apreender a transformação peculiar que o modo de produção capitalista opera no processo de trabalho. Antes, investiga *o sistema de metabolismo social do capital, como processo de produção capitalista, orientado para a expansão e compelido para a acumulação* (Mészáros, apud

Antunes, 1999). Enuncia a subordinação do trabalho ao capital, da produção de coisas úteis e de valores de uso ao comando do valor de troca, conduzido por um sistema de acumulação, de valorização, reprodução e ampliação do circuito produtivo capitalista.

Os enfoques teóricos que ignoram o processo de trabalho capitalista como um processo de acumulação e valorização do capital tendem a considerar a divisão social do trabalho como expressão da divisão técnica, da especialização moderna entre ramos, ofícios, ocupações e profissões, com apreciações especulativas quanto ao seu valor e suas formas.

Nesse nível de abstração, evidentemente, nada se pode saber sobre a divisão do trabalho, exceto a trivial e apologética conclusão de que, sendo 'universal', cada uma de suas manifestações é provavelmente inevitável. Desnecessário dizer que precisamente esta é a conclusão que a sociedade burguesa prefere (Braverman, 1987, p.73).

Assim, na sociedade capitalista, o trabalho está posto sob condições sociais específicas, e essas são determinantes da divisão social e técnica⁹. Além disso, a diferenciação técnica é também parte do processo de produção de mercadorias e processo de valorização.

Como formula Marx:

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a 'trabalhar' como se tivesse amor no corpo (1988, p.154).

Esses pressupostos da análise marxiana e marxista crivam medularmente a análise histórica do Serviço Social como uma

⁹ Como afirma Antunes (2000, p.19), "o sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que *operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital*. Não sendo consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável, esse sistema de metabolismo social é, segundo Mészáros, o resultado de um processo historicamente constituído, onde prevalece a divisão

especialização do trabalho coletivo, e interditam as elaborações que operam com a imediata e simples identificação fenomênica dos aspectos (protoformas) que constituem a gênese da profissão com o conhecimento histórico do processo de institucionalização profissional.

Como já foi apontado por diferentes analistas, na abordagem sócio-histórica da profissão observam-se o caráter e as características das demandas postas ao assistente social para operar no enfrentamento da questão social na sociedade capitalista. Yasbek (1996, p. 57) lembra que, *na gestão das desigualdades, o Estado legitima instituições, políticas e profissionais, entre os quais o assistente social, comumente reconhecido como 'profissional da assistência'.*

No entanto, a moldura histórica da profissionalização do Serviço Social não pode ser uma camisa de força à sua apreensão. Pelo contrário, é o horizonte que deve possibilitar compreender, por exemplo, por que o Serviço Social na América Latina não se limitou (e não se limita), conforme diz Manrique (2000), à influência que sobre ele exerceram correntes do pensamento e propostas profissionais européias. É preciso vincular o conjunto de determinações que contextualizam a profissionalização porque, *fora deste enquadramento, numa perspectiva a-histórica, a apreciação de méritos e aptidões individuais conduz à mistificação dos fatos* (Manrique, 2000, p.40).

Assim, na viragem dos anos 70, a legitimidade social e as competências profissionais converteram-se em questões centrais enfrentadas pela categoria no Brasil, que se articulou e passou a lutar por um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo e seus efeitos teóricos, políticos e formas de intervenção profissional.

Configurou-se um movimento profissional não homogêneo, mas mobilizador de interesses coincidentes, quando contraposto aos interesses dos grupos tradicionais, que passou a explorar novos caminhos no sentido de dotar o Serviço Social de uma legitimidade social mais substantiva e abrangente. Esse movimento foi impulsionado, reconhecidamente, pelas tendências mais críticas e comprometidas com a trajetória do Serviço Social na América Latina.

Ergueram-se, então, uma nova organização política da categoria que, na sua particularidade, foi determinante na renovação teórico-metodológica e ídeo-cultural adotada pelo Serviço Social brasileiro, e novas pautas acadêmicas de análise teórica e crítica, efetivamente diversas e divisoras das tendências que predominaram no período anterior, sobretudo nas décadas de 50 e 60.

A história recente do Serviço Social brasileiro atesta a relevância da sua organização política e o papel protagônico das entidades de representação da categoria na trajetória renovadora do pós-70. E, nesse sentido, é válido indagar como esse movimento sócio-profissional multifacetado e heterogêneo tornou-se fundamental para redirecionar as tendências teórico-metodológicas e ídeo-culturais no Serviço Social brasileiro. É pertinente também problematizar as vias de incorporação de demandas sociais efetivas no debate profissional e sua conversão em objetos de investigação e prioridades de ação programática das entidades profissionais.

Na história da profissão, há vários exemplos que demonstram as prioridades assumidas pelas entidades de representação, destacando-se: a relação da agenda dos debates profissionais com o movimento sindical e as lutas gerais da sociedade; os eixos e temas dos eventos, conteúdos contextualizadoras da inserção da categoria na luta mais ampla da classe trabalhadora; e, sobretudo, a reivindicação e a defesa da democracia e da política como necessidades vitais para a

organização política da categoria.

Simionatto (1995, p.184) chama a atenção para o fato de que, no Brasil, a *“conjuntura nacional do final dos anos 70 possibilitou, ainda, uma certa liberdade em termos de organização política e debate intelectual”*. E destaca que foi nessa ambiência que setores da categoria profissional iniciaram uma articulação para ocupar espaços dentro dos órgãos representativos até então dirigidos por profissionais e grupos de tendência conservadora.

A trajetória do Serviço Social, portanto, deve ser compreendida como um movimento profissional implicado nas mudanças da conjuntura sócio-histórica brasileira e como elas corrigiram/alteraram as tendências que determinaram as perspectivas dos assistentes sociais.

Nessa direção, podem-se reconhecer a atuação e os vínculos de segmentos profissionais aos movimentos e às lutas sociais, relacionando a esses processos a experiência de luta e reivindicação do exercício democrático nas instâncias profissionais e a conscientização do profissional como trabalhador assalariado.

Na década de 1980, esse processo sócio-profissional alterou, substancialmente, as prioridades do debate profissional e direciona a inserção da categoria na luta mais ampla da classe trabalhadora, ganhando maior concretude ao legitimar-se na organização política da categoria.

Como retrata Raichelis (1998, p.19), *“ao longo da década de 80, o Brasil foi palco de um intenso processo de revitalização da sociedade civil, que, na luta pela democratização, colocou em xeque não apenas o Estado ditatorial, mas a rede de relações autoritárias que atravessava a sociedade brasileira”*.

(...) a promulgação da Constituição de outubro de 1988 representou, pelo menos no plano jurídico, a promessa de

afirmação e extensão dos direitos sociais em nosso país, em consonância com as transformações sócio-políticas que se processavam e exigiam respostas públicas à grave crise e às demandas de enfrentamento dos enormes índices de desigualdade social (Idem. p.19-20).

São vários os estudos que demonstram a intervenção teórica e política de assistentes sociais, das entidades da categoria, de instituições de ensino do Serviço Social na regulamentação e implementação dos direitos sociais promulgados pela Constituição de 1988. Destacam-se as pesquisas, propostas e polémicas que foram canalizadas para a elaboração de uma concepção de seguridade social: o redimensionamento da reflexão sobre a assistência social foi além das controvérsias sobre o assistencialismo e a filantropia, dilatando a teorização sobre a seguridade social¹⁰.

Nessa conjuntura, afirmaram-se para a profissão novos campos de lutas e negociações e modificaram-se as demandas para a intervenção profissional, atravessando as décadas de 1980 e 1990.

É necessário sublinhar, novamente, que, nessa conjuntura sócio-histórica brasileira, a vertente de ruptura com o conservadorismo consolidou-se nas várias instâncias profissionais, superando os limites dos círculos acadêmicos e inscrevendo-se no debate e nas orientações da organização política da categoria.

¹⁰ Na produção acadêmica inventariada, reportam-se à seguridade social – saúde, assistência social e previdências: ALDAIZA, Sposati de Oliveira. *História da pobreza Assistida em São Paulo*. PUC/SP, 1987. BRAVO, Maria Inês Souza. *Questão da Saúde e Serviço Social - As Práticas Profissionais e as Lutas no Setor*. PUC/sp, 1991. YASBEK, Maria Carmelita. *A Assistência Social na Conformação da Identidade Subalterna*. PUC/SP, 1992. GOMES, Leila Maria Alonso. *Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro: O Significado Histórico da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, no Período de 1945/1964*. PUC/SP, 1994. GOMES, Maria de Fátima C. Marques. *Estado e Política Social: A Elaboração do Pensamento Brasileiro na Primeira República*. PUC/SP, 1994. LIMA, Terezinha Moreira. *Exclusão Social e a Cidadania no Brasil: Realidade na Vida de Crianças e Adolescentes*. PUC/SP, 1995. FERNANDES, Ana Elizabeth S. Mota. *Cultura da Crise e Seguridade Social um Estudo Sobre as Tendências da Previdência e Assistência da Previdência e Assistência Social Brasileiras nos Anos 1980-1990*. PUC/SP, 1995. DEGENSZAIN, Raquel Raichelis. *A Construção da Esfera Pública no Âmbito da Política de Assistência Social*. PUC/SP, 1997. FREIRE, Lúcia Maria de Bairros. *Saúde do Trabalhador e Serviço Social -Possibilidades pelo Avesso do Avesso*. PUC/SP, 1988. OLIVEIRA, Maria Norma de. *O caso da assistência social no Brasil: o incerto futuro de uma política pública*. PUC/SP, 1999. MENDES, Jussara Maria Rosa. *O verso e o averso de uma história: o acidente e a morte no trabalho*. PUC/SP, 1999. COSTA, Lúcia Cortes da. *A reforma do Estado no Brasil: uma crítica ao ajuste neoliberal*. PUC/SP, 2000.

Essa inflexão resultou da ação de um conjunto de forças que optou *por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (Código de Ética Profissional- Princípios)* e adotou como componente de direção social estratégica o redimensionamento da agenda sócio-profissional consoante com o projeto profissional e societário que defendia. Esse redimensionamento da agenda clivou as questões que afligiam e preocupavam os pesquisadores comprometidos com a perspectiva crítica, com a ruptura com o conservadorismo e seus aportes culturais.

Por isso, do ponto de vista histórico e analítico, não é possível negligenciar as condições e particularidades da trajetória do Serviço Social no Brasil. Sem essa mediação fundamental, como refletir, analisar e problematizar as bases teóricas e políticas do compromisso social da profissão e os princípios postulados no Código de Ética profissional? Como problematizar o giro na orientação da formação profissional conquistada nas duas últimas décadas e apreender as estratégias que respondem às demandas do mercado nacional de trabalho, mas que a ele não se restringem e nem se condicionam na medida que estão vinculadas às demandas sociais reais?

Essas são questões que implicam compreender por que, na trajetória de consolidação do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, afirma-se uma direção social de ruptura com o conservadorismo, que só se torna compreensível, no plano analítico, se considerada em sua relação com a teoria social de Marx.

O novo na profissão é o processo que enlaça a emergência de um Serviço Social com a afirmação de um outro perfil profissional legitimado a partir da crítica às vertentes que defendem a individualização dos problemas sociais e buscam o controle e a coesão social. Enlace construído entre a profissão, os profissionais e o

inseparável problema da consciência de classe, entre a experiência real de organização política da categoria e o desenvolvimento de uma consciência de classe que questiona a consciência corporativista que focaliza o 'status' e os privilégios legais implicados em vantagens econômicas. Não se trata de uma homogeneidade no perfil da categoria, mas de um processo histórico revelador de heterogeneidades complexas e intrínsecas relações de classes que atravessaram e atravessam a profissão.

No seu novo movimento de organização política, a categoria convoca a debater questões essenciais, com destaque para o sincretismo teórico e a indiferenciação da prática profissional¹¹ que carrega e reproduz, e desafiada a construir uma convergência entre a auto-representação ideal da profissão, o seu sistema de saberes e a sua intervenção.

Destaca-se ainda a inclusão, na agenda profissional, do debate sobre a relação entre organização, consciência, democracia política, cultura política e profissional como desdobramento das reflexões sobre o advento e o significado social da profissão no capitalismo monopolista.

Todas essas novas problemáticas assinalam a evolução dos nexos da agenda sócio-profissional com a produção do conhecimento acadêmico e científico e se compreendem no contexto latino americano, na conjuntura sócio-histórica e nas particularidades da trajetória profissional no Brasil.

¹¹ NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 1992. Amostra privilegiada das questões e do debate profissional e fontes fundamentais para estudar esse processo são: *Cadernos Práxis*, com sua primeira publicação em 1983; Os *Cadernos ABESS*, publicados em série a partir de 1986 e, a *Revista Temporalis*, desde 2000, sob a responsabilidade editorial da ABEPSS.

1.1 América Latina e Serviço Social: o legado do Movimento de Reconceituação

Como quer que seja interpretado, o Movimento de Reconceituação difere, fundamentalmente, de outros movimentos profissionais desencadeados nos USA e Europa, porque se insere numa realidade na qual *"persiste a instabilidade social e política do Terceiro Mundo"*, caracterizado, no pós-50, na maioria dos países, *por "golpes militares para suprimir, impedir ou promover revolução; ou alguma outra forma de conflito armado"* (Hobsbawm: 1995, p.422).

Em certa medida, as tendências do Movimento de Reconceituação se explicam a partir de quando o contexto sócio-político do

Terceiro Mundo se tornava o pilar central da esperança e fé dos que ainda acreditavam na revolução social. (...) Toda a esquerda, incluindo humanitários liberais e social-democratas, precisava de algo mais que a legislação de seguridade social e salários reais crescentes. O Terceiro Mundo podia preservar os seus ideais; e os partidos pertencentes à grande tradição do Iluminismo precisam de ideais, além de políticas práticas. Não podem sobreviver sem eles (Hobsbawm, 1995, p. 424).

Movimentos revolucionários, radicais e de libertação nacional dominaram parte da esquerda revolucionária do Terceiro Mundo e tornaram o seu potencial visível e evidente tanto para os Estados Unidos como para os líderes dos países comunistas. Nas décadas de 1960 e 1970, aconteceram na África, Ásia e América Latina diferentes e múltiplos processos revolucionários. A imagem dessas revoluções, conforme Hobsbawm (op.cit.,p.443), teve duas características: *"uma foi a atrofia da tradição da revolução estabelecida (revoluções de 1789 a 1917); outra, a revivescência das massas"* ¹².

¹² Sobre a Revolução cubana fala o autor: *"Uma vez na vida a Revolução foi sentida como uma lua-de-mel coletiva. Aonde iria levar? Tinha de ser para algum lugar melhor"* (Hobsbawm, 1995, p. 426).

Argélia, Vietnã, Cuba estiveram na luta pela libertação, associados à ideologia da tradição antiimperialista e social-revolucionária. Acenderam a imagem da guerra de guerrilha e a perspectiva "Terceiro – Mundista", ou seja, a crença de que o mundo seria emancipado pela libertação de sua periferia empobrecida e agrária, explorada e forçada à dependência pelos países centrais¹³.

Movimentos com matrizes, orientações ídeo-políticas e conseqüências diferenciadas estenderam-se a Moçambique, Angola, Chile, Nicarágua, El Salvador. Encarados pelos USA como ofensiva da superpotência comunista soviética, muitos desses movimentos foram combatidos e massacrados no contexto da Guerra Fria.

Surge, ainda, a Teologia da Libertação, instigante e perturbadora em seu primeiro momento, quando liderou a participação e a inserção de padres e leigos católicos nos movimentos revolucionários e de libertação nacional¹⁴.

Movimentos e partidos revolucionários ou reformistas, guerra de guerrilha, clandestinidade, Teologia da Libertação, grupos marxistas e comunistas e cristãos progressistas formaram as dimensões de um processo histórico de movimentos e lutas de classes, de reformas sociais e golpes de Estado latino-americanos e contextualizaram o Movimento de Reconceituação do Serviço Social frente à dominação e à dependência dos Estados Unidos, vez que situaram e demarcaram a mobilização por reformas sociais que assinalaram as décadas de 1960 a 1970. O processo de mudança impulsionou governos comprometidos com reformas sociais ou constituídos *"sob a égide do desenvolvimento, do crescimento e da modernização ou de um programa minimamente redistributivista de*

¹³ São autores representativos desse período e diferenciados em suas análises: Debray, Régis. A Revolução dentro da Revolução; Fannon, Franz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

¹⁴ Para essa questão ver uma análise interessante em: Lowy, Michael & Sayre, Robert. Revolta e Melancolia. O romantismo na contramão da modernidade.

terras, renda e com discursos participativos" (Faleiros: 1987, p.50)

Esses processos de lutas sociais e políticas foram reprimidos através de golpes de Estado que se estenderam à Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai, Peru. Conforme Faleiros,

nessa conjuntura é que é preciso situar o movimento de reconceituação, não como um projeto isolado e vanguardista, mas como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica do rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora e exploradora (Faleiros, 1987, p. 51).

O Movimento de Reconceituação foi extensivo e diversificado, com significados políticos e teóricos complexos e de difícil análise. Nele se embateram tendências de conciliação e de reformas sociais, tendências que visavam à transformação da sociedade pelo processo revolucionário e outras que reivindicavam a modernização da sociedade e o critério técnico-científico para a ação profissional, *uma modernização tecnocrática do Serviço Social* (Faleiros, 1987, p. 56).

E defender e estimular a construção do conhecimento no Serviço Social foi um dos legados centrais desse Movimento de Reconceituação, que não se limitou à defesa do domínio das técnicas científicas na perspectiva positivista, mas referiu-se à articulação e à fundamentação teórico-metodológica de inspiração marxista.

Netto apreende desse processo a configuração de uma perspectiva crítica superadora e uma perspectiva conservadora. Do ponto de vista da crítica superadora, entende que

o sentido é claro: jogar no processo histórico como matriz para alterar medularmente o perfil profissional do Serviço Social. Isto lhe propicia, por outro lado, compreender o estágio atual da profissão: uma etapa de transição, na qual componentes do processo de reconceptualização se integram no espaço institucional ampliando positivamente as formas de intervenção

(1981, p. 62).

Já Iamamoto (1999) observa dois vetores importantes para analisar esse mesmo Movimento de Reconceituação: um, que identifica, no conjunto, os fundamentos ou os pressupostos da sua especificidade; e outro, que recupera os eixos das preocupações profissionais voltadas à compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua dependência dos países centrais; da contextualização histórica da ação profissional e a incorporação das produções académicas das ciências económicas, sociais e políticas; da reconstrução do Serviço Social e elaboração de um projeto profissional abrangente em contraposição ao tradicionalismo; de uma explícita politização da ação profissional, solidária com a libertação dos oprimidos e comprometida com a transformação social; da atribuição de um estatuto científico da área no campo dos embates teóricos, metodológicos e ideológicos; da reestruturação da formação profissional pelo ensino, pesquisa e prática profissional.

Ressalta que, embora o embate com o tradicionalismo profissional tenha sido a tônica predominante, o Movimento não foi nem unitário nem homogêneo. Moldou-se como uma unidade repleta de diversidades, que se manifestou não só na forma de construção de críticas e propostas, mas também como conteúdo atribuído ao “novo” Serviço Social latino-americano.

Nos anos de 1965 a 1975, O Movimento de Reconceituação consolidou-se como marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social. Ele foi, na sua especificidade, um fenómeno tipicamente latino-americano: dominado pela contestação ao tradicionalismo, a profissão foi sensibilizada pelos desafios da prática social e sua resposta mais significativa se materializou na mais ampla revisão já ocorrida nas suas décadas de existência, porque articulou, desde o seu nascedouro, a autocrítica e os questionamentos societários.

Com esse sentido, o Movimento de Reconceituação foi analisado por Netto (1981) como um fenómeno sócio-cultural e profissional, uma resposta possível elaborada por setores da categoria como alternativa ao Serviço Social caracterizado de tradicional.

Ademais, o Movimento de Reconceituação, além de favorecer a diferenciação das abordagens teórico-metodológicas e explicitar a dimensão política inerente à profissão, possibilitou também a projeção das primeiras teorizações de cariz sócio-histórico, tornando-se, assim um marco das primeiras manifestações, na categoria, da vertente intencional de ruptura com o pensamento conservador, que caucionava que a prática profissional poderia corrigir as situações disfuncionais do indivíduo, adaptá-lo às normas sociais e proceder a uma integração positiva entre o assistente social e o seu cliente¹⁵.

Conforme Netto, a tradição que configura o pensamento conservador,

diferenciada, marcada por tensões e rupturas internas, esta tradição intelectual possui um travejamento que a tornará apta a desempenhar o papel que lhe atribuímos – qual seja, o de subsidiar a unidade estratégica entre as perspectivas ‘pública’ e ‘privada’ no confronto do Estado burguês no capitalismo monopolista com as refrações da ‘questão social’. Precisamente esse travejamento é que converterá aquela tradição em um dos suportes ideais para a complementariedade do enfrentamento simultaneamente ‘público’ e ‘privado’ dos problemas sociais. E de que travejamento se trata? De *um estilo de pensar o social* que tem por limite o marco da sociedade burguesa, o *positivismo*, que, antes de ser um ‘escola’ sociológica, é a auto-expressão ideal do ser social burguês (...). (1996, p. 39)¹⁶.

Lembra Faleiros (1987) que uma reação ao Movimento de

¹⁵ Dos traços que emergem da tradição teórico-cultural positivista, Netto salienta que “ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificidade do ser social que só pode ser encontrada na esfera da moral. Naturalizada a sociedade, o específico do social tende a ser situado nas suas dimensões ético-morais — e eis que se franqueia o espaço para a psicologização das relações sociais. E essa angulação é central para desvendar o fundamento que legitima a profissionalidade do Serviço Social” (Netto, 1996:41).

¹⁶ Em Netto (1981), encontra-se uma análise dessa crítica no enquadramento de uma perspectiva conservadora.

Reconceituação caracterizou-se pela defesa da intervenção estatal através do planeamento e de modelos de ação e reflexão dos sujeitos para mudar situações socialmente incômodas. Salaria que essa perspectiva correspondia a uma estratégia de modernização tecnocrática, representada pelos defensores do planeamento, da eficiência empresarial, da racionalidade do diagnóstico, da previsão, da ação e avaliação, como se a realidade correspondesse ao estudo e a execução ao plano.

Nesse contexto, presentificaram-se as análises e as propostas de inspiração marxista, orientadas pela compreensão da profissão como um produto histórico, uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho; e, fundamentalmente, inferiram o seu significado social da dinâmica das relações entre as classes e com o Estado nas sociedades nacionais e em conjunturas específicas de enfrentamento da questão social.

Conforme Yamamoto (1999), tendo a história como fonte dos problemas e a chave de suas soluções, a profissão desencadeou uma ruptura com o profissionalismo estreito, o estritamente profissional, abrindo-se para o amplo horizonte do movimento da sociedade — o que possibilitou iluminar as particularidades do Serviço Social na trama das relações que explicam sua gênese, seu desenvolvimento, seus limites e possibilidades.

Deve-se concordar num ponto central, já observado por outros estudiosos: para analisar o legado diferenciado do Movimento de Reconceituação para o Serviço Social latino-americano, é indispensável reter o seu caráter heterogêneo, diverso e suas limitações, o que está configurado nas tendências e processos de legitimação da profissão nos diferentes países e na projeção de posicionamentos críticos que emergiram e emergem na profissão¹⁷.

¹⁷ Não se pode deixar de assinalar, na discussão latino americana, o debate sobre a construção de um projeto alternativo de Serviço Social na América Latina. Essa

No Brasil, em que pese o papel alcançado pela experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais no campo da prática e da formação profissional, os eixos do debate brasileiro, até meados dos anos 70, diferenciavam-se, radicalmente, das temáticas polêmicas polarizadoras que se manifestavam durante o Movimento de Reconceituação na maioria dos países latino-americanos. No país, o enfrentamento da Reconceituação deu-se tardiamente, no bojo da crise da ditadura e do revigoramento da sociedade civil organizada. As orientações da organização política dos assistentes sociais foram pensadas e analisadas nos marcos das definições macro-societárias e das tendências de organização sindical predominantes no país nas últimas décadas.

1.2 A organização política do Serviço Social no Brasil no pós-70 e seus antecedentes

A literatura crítica sobre o processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil demonstra e cauciona a influência do debate extraído do Movimento de Reconceituação, registrando a sua importância peculiar nos antecedentes que enquadram a sua renovação.

Importa ressaltar, novamente, que foram tributárias da fundamentação teórico-metodológica requisitada para a formação e exercício profissional do assistente social as alterações nas referências ideais, no horizonte cultural e nas elaborações acadêmicas e intelectuais, que almejavam validá-la como profissão habilitada para a intervenção e a investigação.

expressão é analisada na tese de LOPES, Batista Josefa. *O Serviço Social na América Latina: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade*. PUC/SP, 1998.

No entanto, para apreciar esse desenvolvimento e maturação renovadores do Serviço Social brasileiro, é ponto fundamental o detalhamento de outra dimensão de sua trajetória recente que envolve a organização política dos assistentes sociais e a agenda sócio-profissional predominante nos movimentos e nas entidades representativas da categoria. São mediações que concretizam as modificações verificadas, nas três últimas décadas, nos seus organismos representativos.

A apreciação indica que, desde a década de 1980, instalou-se um processo de transição política fecundado no sistema de organização da categoria. Os dados significativos que marcaram a profissão, no país, foram: o modo peculiar como se operou a retomada da articulação e da organização das entidades nacionais - Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais/CENEAS, transformada na Associação Nacional dos Assistentes Sociais/ANAS; como se ampliaram as atribuições da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS; como se democratizou o Conselho Federal de Serviço Social/CFESS; e como se retomou a organização estudantil, atualmente representada pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO.

Ou seja, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro teve no seu evoluir a reconstrução e redimensionamento da organização sindical, profissional e acadêmica, que arrastou para o interior da categoria uma diversidade e pluralidade de experiências sócio-organizativas, de fundamentos teóricos e de modalidades de prática profissional nos espaços ocupacionais do mercado de trabalho.

Desse amplo e heterogêneo processo sócio-político e profissional, podem ser extraídas, resumidamente, algumas expressões:

- a rearticulação dos instrumentos de luta, organização e representação sindical pela Associação Nacional dos Assistentes Sociais - ANAS e os sindicatos, na linha de força central da sua

articulação com o conjunto dos trabalhadores através da Central Única dos Trabalhadores - CUT, numa perspectiva de construção de uma nova estrutura sindical que se organizou por ramo de atividade econômica e por local de trabalho;

- a direção de inserção dos Assistentes Sociais nos sindicatos por ramo de atividade, desencadeadora do processo de transição e fechamento dos sindicatos e da Associação Nacional sindical da categoria;
- a formulação de uma política nacional de ensino e pesquisa, coordenada pela ABEPSS, pautada pelo envolvimento do conjunto das entidades da categoria;
- a formulação de novas diretrizes para o conjunto CFESS/CRESS, referenciadas pela democratização entre as instâncias, pela discussão nacional das questões de interesse da categoria, pela articulação com as demais entidades organizativas da profissão e de outras categorias, atuante na defesa e conquista de direitos sociais, políticos e econômicos.

Nas últimas décadas, sob o ponto de vista sindical e profissional, as relações e condições de trabalho do Assistente Social integraram a pauta permanente de discussão e reivindicação, o que favoreceu, significativamente, não só a ampliação dos suportes institucionais e das bases de legalidade das entidades profissionais, como também ampliou o seu desempenho e projetou a legitimidade e representatividade alcançadas.

A relevância desse processo de organização política da categoria clivou o seu rompimento com os vieses de uma concepção de profissionalização estreita, a-histórica, endógena e corporativista.

A história da profissão, no Brasil, registra que a sua organização política irrompeu no final da década de 70, afirmando-se como um

movimento de dimensão sócio-profissional de mobilização e reorganização sindical. Objetivou conquistar para a profissão a democracia interna e a sua pluralidade com expressão nas tendências objetivadas - múltiplas, divergentes e antagônicas - sobre o heterogêneo elenco de problemáticas e questões sociais que informaram os debates e as polémicas profissionais. Ou seja, são tendências que integraram as pautas e as agendas políticas do debate da categoria e caucionaram novas expressões de intervenção profissional.

No plano da organização político-sindical dos Assistentes Sociais, registra-se a sua retomada, inicialmente, numa articulação nacional (CENEAS) e, a partir de 1983, na Associação Nacional dos Assistentes Sociais –ANAS:

1979 – marco histórico nacional dos assistentes sociais, com a criação do mecanismo de articulação nacional das entidades sindicais –CENEAS, embrião que possibilita a criação da ANAS; marco histórico da profissão com a ruptura pública e coletiva da prática conservadora, com a ‘virada’ no III CBAS, que é considerado decisivo no compromisso da profissão – um projeto profissional articulado com os setores populares (Abramides & Cabral, 1995, p. 120).

Abramides & Cabral (1995) analisam o período de 1978 a 1988, evidenciando a sua importância para a categoria profissional:

uma década de construção de organização político-sindical dos assistentes sociais em nível nacional inserida na organização da classe trabalhadora na perspectiva do sindicalismo classista, independente e de luta. Uma década de realização de congressos nacionais da categoria na solidificação de um projeto profissional voltado aos interesses da classe trabalhadora (1995, p.120)¹⁸.

¹⁸ A convocação do IV CBAS, realizado no Rio de Janeiro em 1982, é significativa para demonstrar os efeitos do “Congresso da Virada” e o rumo adotado na organização política da categoria. *“As entidades sindicais de assistentes sociais que organizam o evento através da CENEAS, vêem-no como um momento privilegiado de debate e reflexão sobre o sentido da prática profissional que exercemos hoje e sobre o nosso papel, como profissionais, frente à realidade brasileira. Estas são questões que constituem preocupação central dos assistentes sociais que não querem apenas exercer mecânica e passivamente o seu trabalho. E o debate amplo no Congresso vai nos permitir clarear nossas posições e, ao mesmo tempo, definir algumas diretrizes que contribuirão para o repensar das concepções e práticas profissionais*

Portanto, a organização política da categoria, a partir de 1978, expressou um processo qualitativamente diferente na trajetória da profissão, relacionando as suas questões internas à realidade histórica mais ampla na qual se situa a prática profissional (Delgado, 1981).

E refletida em diferentes conjunturas, demarcando-se sempre que

este processo de organização da categoria que se vem desenvolvendo constitui, sem dúvida, um dado novo na realidade da nossa profissão. Se no passado existiram momentos em que os profissionais se reuniam para discutir temas relativos à prática profissional (Congressos, Encontros, Seminários, etc.), o que temos hoje significa um passo além, na medida em que os Assistentes Sociais querem se organizar enquanto categoria profissional que tem lutas concretas a desenvolver, lutas estas decorrentes tanto da sua situação de trabalhador quanto da sua inserção, enquanto trabalhador, no quadro mais amplo das questões hoje levantadas pelos trabalhadores em geral (Delgado, 1981, p.39)

Essas alterações no complexo sistema de organização sócio-profissional no Brasil, nos últimos trinta anos, são percebidas não só pelos assistentes sociais, mas também por diferentes setores e segmentos sociais, políticos, intelectuais e institucionais, que atestam a representatividade alcançada pelas entidades e a solidez das propostas que orientam e orientaram as posturas das entidades da profissão¹⁹.

vigentes. O Congresso coloca em pauta também a reflexão sobre a categoria dos assistentes sociais, num momento em que a nossa organização política deixa de ser matéria de um grupo restrito de profissionais para atingir um número cada vez maior de assistentes sociais que se reconhecem como trabalhadores. Isso significa a compreensão de que temos direitos pelos quais devemos lutar organizadamente e, por outro lado, a percepção de que o sindicato ou associação é o caminho através do qual se dá o encaminhamento destas lutas" (Revista Serviço Social & Sociedade, 1982, n. 8, p.159).

¹⁹ Contribuem na legitimação do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, creditam um reconhecimento ao saber crítico produzido pela categoria e a direção adotada para a prática profissional as reflexões desenvolvidas por Otavio Ianni, Chico de Oliveira, Emir Sader, Luis Eduardo Wanderley, Evaldo Amaro Vieira, Ricardo Antunes, Carlos Nelson Coutinho, Michael Lowy, Sérgio Lessa, Jean Lojikine e muitos outros intelectuais que

O corte diferenciado da organização da categoria, nas dimensões político-sindical, formação académica e exercício profissional, dificulta generalizar as experiências para os próprios assistentes sociais. Mas a pesquisa demonstra que uma ampla e sólida autonomia²⁰ foi conquistada face ao corporativismo estreito e ao profissionalismo despolitizado e tecnicista, o que acentua uma visão crítica em relação à estrutura sindical vigente e possibilita a sua aproximação ao novo sindicalismo, representado pela fundação da Central Única dos Trabalhadores/CUT em 1983.

Pode-se depreender, portanto, que as modificações experimentadas na organização política da profissão excederam as suas dimensões formais e legais, pois foram modificações moldadas no contexto das lutas dos trabalhadores e da construção de um novo sindicalismo.

Desse modo, a extinção dos sindicatos e da ANAS²¹ (a federação nacional), por deliberação da 6ª Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais - ANAS²², realizada em Brasília no dia 06/09/94, sob a Coordenação da Diretoria eleita em 1991, resultou, em grande

participaram e participam dos fóruns profissionais, em diferentes momentos e eventos. Acrescente-se a esse aspecto a relação sempre renovada de apoio, solidariedade e aliança com as entidades e movimentos sociais, como a Central Única dos Trabalhadores -CUT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra MST, CONTAG, CNBB, CIMI, Movimentos de Direitos Humanos, Movimentos de Moradia, Movimentos de Defesa da Saúde Pública, Movimentos de defesa da Previdência, Movimento de Meninos e Meninas de Rua, sindicatos, associações e partidos de esquerda.

²⁰ A autonomia aludida não reporta à falsa idéia de que está facultada à categoria sua autodeterminação e o efeito de sua intervenção profissional.

²¹ Sobre o processo sindical são poucos os registros profissionais, além das atas das Assembléias Sindicais Nacionais. Destaca-se para uma leitura mais detalhada da construção da ANAS o livro de ABRAMIDES & CABRAL. *O Novo Sindicalismo e o Serviço Social. Trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988*. São Paulo: Cortez, 1995. Os artigos na revista *Serviço Social e Sociedade* sobre organização sindical expressam diferentes momentos, entre esses, o registro sobre a Assembléia Nacional de extinção da ANAS, em 1994, em Brasília.

²² Participaram desta Assembléia representantes da CUT, CFESS e da ABEPSS e dos sindicatos que ainda existiam: Ceará, Alagoas, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Maranhão. Destes 3 sindicatos encaminharam o seu processo de transição: Minas Gerais, Maranhão e Mato Grosso do Sul. Participaram ainda representantes de sindicatos já extintos como Espírito Santo, Rio Grande do

medida, do acúmulo da prática sindical inaugurada com a fundação da CUT. Conforme Antunes (1999), ao longo da década de 80, o movimento sindical vivenciou um momento particularmente positivo e forte. Constata o autor que

efetivou-se ainda um avanço significativo na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado, por meio do combate ao Imposto Sindical e à estrutura confederacional, cupulista, hierarquizada, com fortes traços corporativistas, que se constituíam em instrumentos usados pelo Estado para subordinar e atrelar os sindicatos. Ainda que essa batalha esteja *distante* de eliminar os traços ainda fortes que mantêm a estrutura sindical, particularmente durante os anos 80, as conquistas foram bastante relevantes (Idem. p.239).

Nesse cenário, analisam Abramides & Cabral (1995), a categoria retomou a sua organização sindical, primeiro na forma de articulação nacional das entidades estaduais, criando, em 1979, a Comissão Executiva Nacional das Entidades de Assistentes Sociais. Em seguida, 1983, em Salvador/BA, transformou-a na Associação Nacional de Assistentes Sociais –ANAS, a Federação sindical da profissão.

Esse movimento de organização sindical dos Assistentes Sociais, retomado no contexto do “novo sindicalismo”, rompeu com as fronteiras internas da categoria e estabeleceu os seus vínculos e a sua articulação com o conjunto dos trabalhadores através da Central Única dos Trabalhadores (CUT)²³, numa perspectiva de construção de uma nova estrutura sindical, que se organizou por ramo de atividade econômica e por local de trabalho.

A deliberação sobre a inserção dos Assistentes Sociais nos sindicatos por ramo de atividade desencadeou o processo de transição e fechamento dos sindicatos e da Associação Nacional Sindical dos Assistentes Sociais (ANAS). Do ponto de vista

Norte e Goiás.

²³ Como retrataram Abramides & Cabral: “a história da organização dos assistentes sociais se mescla de forma viva com o surgimento e construção do novo sindicalismo no Brasil. Sua presença é contínua e comprometida com o projeto sindical, em que

cronológico, essa transição, coordenada e sob a direção da ANAS²⁴, teve o seu desfecho em 1994²⁵.

Ainda houve a participação das entidades pré-sindicais e sindicais estaduais e nacional da categoria na fundação da CUT, em 1983. A filiação da ANAS à CUT, em 1985, inscreveu a categoria na luta pela liberdade de organização sindical e pelo direito de sindicalização dos funcionários públicos (o que só se efetivou com a Constituição de 1988).

Na ata da última Assembléia Nacional Sindical da ANAS, em Brasília, em 1994, está registrado que a discussão sobre a transitoriedade foi iniciada em 1989, e partiu da necessidade de redefinir as entidades. Destaque-se que uma das propostas discutidas foi a da constituição de uma entidade única, congregando as entidades sindicais, fiscalizadoras e de formação dos assistentes sociais e que a ata refere-se à proposta como discutida e superada durante a V Assembléia Nacional Sindical, em Belo Horizonte, em 1991.

Naquele momento, diante do balanço das entidades sindicais, houve a reafirmação do processo de transitoriedade que, desde 1991, caracterizava-se pela orientação explícita de extinção dos sindicatos e sua inserção nos sindicatos por ramo de atividade ou contratação.

Na VI Assembléia Sindical, em 1994, o balanço desse processo

sujeitos coletivos vão dando contornos à prática sindical" (1995, p. 159).

²⁴ Cabe registrar que, em dezembro de 2000, cinco sindicatos (RJ, CE, Caxias do Sul, Porto Alegre, PE) fundaram, no Rio de Janeiro, a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS) filiada a CUT/CNTSS. É prematura qualquer avaliação sobre os desdobramentos da criação da FENAS; contudo, é necessário grifar que ela não representa uma retomada do processo de organização sindical dirigido pela ANAS, projetando-se numa conjuntura radicalmente diferente e de defensiva do novo sindicalismo.

²⁵ As autoras do livro *O Novo sindicalismo e o Serviço Social* (Abramides & Cabral, 1995, p.184) exploram esse filão como um desafio e afirmam que "o processo de implantação da nova estrutura sindical proposta pela CUT avança na construção de entidades sindicais por ramo de atividade econômica." Demonstram como a profissão adotou essa ótica e orientação políticas para as entidades sindicais de assistentes sociais.

de transição apresentava um quadro de 13 (treze) sindicatos extintos: Amazonas, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Goiás, Distrito Federal.

A Ata registra que: 5 (cinco) sindicatos estavam em processo de extinção - Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul; em funcionamento, 3 (três) - Caxias do Sul, Alagoas e Ceará; e 2 (dois), fechados, sem funcionamento há vários anos, retomando o processo de transição - Rio de Janeiro e Mato Grosso.

Esses dados, com certeza, revelam o estágio e as dimensões que o processo alcançou e que resultou na extinção da entidade sindical nacional da categoria –ANAS. Registrá-los, nesse momento, foi mais do que um exercício de síntese e documentação. Foi pertinente para realçar, evidenciar e sobrelevar a orientação que predominou nesse processo:

temos nos dado conta da fragilidade da organização corporativa, que nos isola dos demais trabalhadores e o cotidiano tem nos mostrado que as nossas lutas – por salários e condições dignas de trabalho – são as mesmas que travam os demais trabalhadores, e que os ganhos só ocorrem quando conseguimos ter peso na correlação de força que tem, do lado oposto ao nosso, os patrões, entre os quais, o Estado. (Trecho da tese de autoria da última diretoria da ANAS²⁶, para a VI Assembléia)

Das teses e documentos elaborados para subsidiar o debate, pode se apreender que a análise sobre os limites da organização sindical da categoria foi confirmada pelas tendências mais avançadas de organização sindical dos trabalhadores. Nesse sentido, continuaram válidas as indagações sobre o potencial da organização para efetivar respostas e conquistar soluções para a baixa remuneração dos profissionais, para a reduzida absorção pelo mercado de trabalho, para as dificuldades em responder às demandas postas à profissão, para enfrentar a questão da participação dos assistentes sociais nos sindicatos e para se contrapor às mudanças nos espaços sócio-ocupacionais.

²⁶ A última diretoria da ANAS foi composta por: Ana Cristina Vieira- PE, Maísa Miralva da Silva –GO, Patrícia de Marco –DF e Regina Sueli de Sousa –GO.

Mas há um conjunto de indagações que se desdobram em orientações mais amplas:

rediscutir a forma de trabalho de cada entidade, do trabalho conjunto entre elas. Mas a mudança dessa forma passa pela redefinição das finalidades e atribuições de cada entidade, orientada por uma concepção política. Discussão esta que deve ser feita em conjunto e deve considerar a possibilidade de extinção de entidades, de sua permanência, ou de sua reestruturação para atender a realidade. É preciso enfrentar a discussão de uma nova organização para os assistentes sociais a partir do questionamento das atuais entidades: para que existem, atendendo a que finalidades, respondendo a quê? (Trecho extraído do Documento: "Refletindo sobre a organização dos assistentes sociais". Diretoria da ANAS, subsidiado por teses elaboradas pelos Sindicatos de Goiás e Pernambuco)

É também possível inferir dos documentos e relatórios que o debate da transição não se limitou às entidades sindicais, envolvendo, como eram então denominados, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social -ABESS e o Conselho Federal de Assistentes Sociais -CFAS.

o contexto recente de democratização das práticas das entidades de fiscalização e da ABESS, bem como da nova estrutura sindical apontada a partir das perspectiva do sindicalismo classista expresso na Central Única dos Trabalhadores (CUT), engendra novas concepções de representação. Mostra, também, a necessidade de se pensarem novas formas organizativas para a categoria, com vista a redefinir a função social da representação política dessa categoria de trabalhadores. (Trecho extraído do documento: "Texto para subsidiar o debate sobre a organização da categoria", divulgado pela diretoria do CFAS, em 1991).

Sobre a necessidade de rever as formas de organização, o núcleo central da polêmica localizou-se na proposta de construção de uma Entidade Única da categoria. A proposta de organização sindical cutista por ramos de atividade econômica foi debatida com as demais entidades profissionais que problematizaram e acataram essa orientação. No entanto, os argumentos contrários à construção de uma Entidade Única revelaram-se na necessidade de se avançar no

exercício de uma cultura de trabalho conjunto, de aprofundar a prática sistemática de um trabalho organizadamente articulado, que aponte uma direção conjunta, com programa de trabalho unificado, pautado em eixos políticos (CFAS, 1991).

Rever a forma de organização como proposta que devesse ser *produto de processos vividos por suas bases e resgatados por sua direção*, assim analisou a ABESS no documento em que discute a proposta de constituição de uma Entidade Única de Assistentes Sociais.

(...) a Diretoria Nacional da ABESS vem discutindo esta questão e está aberta e receptiva a realizar ações conjuntas, localizadas e experimentais com as demais entidades de representação da categoria, acreditando que, no fundamental, as questões da formação profissional, sindical e do exercício profissional, estão afetos à categoria como um todo (ABESS, 1991).

O processo de organização e extinção da organização sindical da categoria é um legado significativo da sua trajetória, permitindo dizer que continua a demarcar e a orientar, pela atuação do CFESS/ CRESS, da ABEPSS e da ENESSO²⁷, a articulação com os demais trabalhadores, referenciada pela Central Única dos Trabalhadores, e a inserir a categoria na organização por ramo de atividade econômica e por local de trabalho.

Ilustra essa compreensão a realização da Mesa Redonda sobre "Organização Sindical da Categoria", durante o X CBAS, no Rio de Janeiro, em outubro de 2001. Nesse evento foi apresentada a tese "A organização sindical dos assistentes sociais – uma transitoriedade inconclusa", na sessão temática: Serviço Social e Relações de

²⁷ No contexto de lutas pelo direito de organização livre e autônoma dos trabalhadores brasileiros, no pós-70, verificou-se a retomada do movimento estudantil com a rearticulação da UNE. A luta estudantil foi resgatada no Serviço Social com a realização de encontros nacionais massivos, debates relacionados com a conjuntura sócio-política, com a defesa de teses de interesse profissionais e avaliação da formação acadêmica. O movimento estudantil acompanhou e assumiu a criação da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) na estruturação da UNE. Participou, continuamente, da articulação entre as entidades e as representações do Serviço Social e da organização de

Trabalho, de autoria de Abramides, Cabral e Faria.

As autoras analisaram o processo nacional de construção/dissolução da organização dos assistentes sociais no interior do novo sindicalismo.

Registraram que, ao deliberar pela construção e inserção nos sindicatos por ramos de atividades, encerrou-se, acertadamente, o ciclo de organização político-sindical dos assistentes por categoria profissional. E observaram que o fato de, sindicalmente, os assistentes sociais se inserirem por ramo de atividade econômica, não deixa de colocar uma questão: a profissão continua tendo o seu significado social na divisão sócio-técnica do trabalho. Reafirmaram que:

O debate da transitoriedade deve ser permanente, constante e atualizado no interior dos órgãos de representação da categoria, junto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Serviço Social –CNTSS/CUT e seus filiados, na perspectiva de inserção dos novos profissionais que se formam e se inserem nessa construção. Este debate também deve estar presente no âmbito da formação profissional de novos trabalhadores assistentes sociais (Caderno de Resumo, X CBAS, 2001).

Essa apreensão do atual estágio da organização sindical dos Assistentes Sociais como uma transitoriedade inconclusa não desconsidera o amplo debate nas instâncias sindicais estadual e nacional que presidiam o encerramento da organização sindical da categoria. A ANAS discutiu a debilidade orgânica da estrutura sindical vigente e encaminhou a proposta de construção do sindicato por ramo de atividade e produção, um processo iniciado no 2º CONCUT (1986).

Nesse Congresso, foi aprovada a proposta de implantação da estrutura sindical que interessava à organização livre e autônoma dos trabalhadores. Constituíram essa direção de organização cutista a liberdade e a autonomia sindicais, a criação dos sindicatos classistas e de luta, a organização por ramo de atividade, aprovando que os

profissionais liberais (médicos, psicólogos, arquitetos, assistentes sociais, engenheiros, etc) deveriam buscar se unir sindicalmente ao ramo de atividade a que pertencessem (saúde, educação, previdência, serviço público municipal, estadual ou federal, etc), podendo, como medida transitória, associar-se a sindicatos profissionais já existentes ou aos de ramo a de sua inserção.

A filiação dos sindicatos e da ANAS à CUT converteu-se em expressão das mutações verificadas na organização da categoria, na medida em que, nos eventos sindicais, foram debatidas e avaliadas, sistematicamente, a forma de organização dos assistentes sociais e sua organização por especialização, ou seja, formação acadêmica, político-sindical e exercício profissional. Questionou-se se essa organização seria suficiente e se não reforçava uma segmentação e cristalização na organização profissional.

O conjunto desses fatores ainda pautou os conteúdos das três últimas assembleias sindicais da ANAS, destacadamente: em 1989, em Campinas/SP; em 1991, em Belo Horizonte/MG; e, em 1994, em Brasília/DF.

Na proposta de transitoriedade desenhada, reafirmou-se a importância do processo de articulação entre as entidades profissionais pela consolidação de um projeto profissional com uma direção social estratégica a se afirmou o compromisso com os interesses históricos da classe trabalhadora.

De fato, a categoria foi convocada para debater o que seria uma política de transitoriedade. A elaboração dessa política foi ponto de pauta dos vários conselhos de representantes, instância intermediária da organização sindical, com a participação de representantes da direção dos sindicatos e da base da categoria, associações e oposições sindicais.

O que estava no centro era a decisão aprovada, que empurrava

a categoria para a linha de frente na experiência de radicalizar na organização de uma nova estrutura sindical, dissolvendo a sua própria representação de categoria.

As direções eleitas da ANAS promoveram e participaram dos fóruns e seminários sobre a organização e política sindical da CUT com outras categorias profissionais, departamentos, coletivos e grupos de trabalho. Promoveram debates com direções dos sindicatos majoritários de expressão na luta sindical, que apresentavam vínculos com a inserção profissional: previdenciários, saúde, servidores públicos federais e profissionais federais. Orientaram e encaminharam esse debate junto aos outros sindicatos que realizaram os mais diversos eventos nos Estados: Semana dos Assistentes Sociais, Congresso Sindical Estadual, Assembléia Sindical Estadual - agregando com a base da categoria, as CUTs estaduais e os demais sindicatos de trabalhadores, num processo de transição. Promoveram e discutiram com as entidades profissionais, reivindicando o acompanhamento da ABEPSS, CFESS e ENESSO.

As direções da ANAS e dos sindicatos asseguraram o debate político sobre a organização político-sindical da categoria nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais/CBAS, tema contemplado, por exemplo, no Congresso Chico Mendes, em 1991. E encaminharam a sua articulação com a organização profissional na América Latina, através da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social - ALAETS/ CELATS - e dos grêmios profissionais.

Abramides & Socorro (1995) demonstram que, nesse processo, as teses sobre a transitoriedade priorizavam a relação da ANAS com a construção de uma nova estrutura sindical. As autoras destacam a tese que perspectivava a construção de uma entidade única. Afirmam que

essa formulação aparece claramente em várias teses, embora sob ângulos diferenciados de análise, mas sem dúvidas consensuais

no que diz respeito à necessidade de se abrir um amplo debate com a categoria, por intermédio das entidades nacionais de representação, a saber: ANAS, ABESS, CFAS, objetivando dar passos concretos no processo de construção da mesma (1995, P.186).

A posição que predominou na deliberação adotada pelas entidades sindicais, inclusive com a participação das demais entidades no debate, foi a da extinção dos sindicatos, o que não eliminou, automaticamente, as questões específicas e de carácter político sindical da agenda da categoria.

Os assistentes sociais, como categoria profissional e como trabalhadores assalariados, estabeleceram relações sociais de trabalho, que implicavam a defesa de condições e salário, na consolidação de um mercado nacional de trabalho e na definição das atribuições precípuas da profissão. Desse modo, o processo de transitoriedade foi implementado, envolvendo as entidades nacionais da categoria, os sindicatos majoritários e a própria CUT.

A tese da extinção da estrutura específica de organização sindical predominou e foi, naquele momento, assumida pelas várias tendências e correntes do sindicalismo que possuíam representação e expressão na categoria.

Resumindo, no período que se estende do final dos anos 80 à primeira metade da década de 1990, as direcções sindicais e as representações de base da categoria formularam vários questionamentos sobre as suas questões específicas, principalmente sobre qual seria a instância acolhedora, receptora e articuladora das suas lutas e do seu exercício profissional.

O estudo que realizamos demonstra que algumas indagações permaneceram no debate profissional e no movimento sindical, evidenciando dimensões e limites do processo de transitoriedade, ou o seu carácter inconcluso, diante dos entraves e controvérsias no interior da organização sindical da classe trabalhadora, no movimento

sindical cutista e, certamente, na organização e representação profissional sobre a construção de uma nova estrutura sindical no país.

Os assistentes sociais, como trabalhadores assalariados mantêm relações de trabalho, enfrentam condições precárias, profundas diferenças quanto às formas de contratação, definição das atribuições da profissão e dos parâmetros salariais. Confrontam-se as desigualdades sociais e a intensificação da exploração do trabalho com a aplicação de medidas que aviltam e eliminam direitos sociais, económicos, políticos e humanos²⁸.

As condições de trabalho, o emprego e o desemprego na categoria sofrem reflexos e modificam-se diante do reordenamento institucional e da reforma do Estado, que atinge as profissões²⁹. A contratação de profissionais como analistas sociais, como pareceristas sociais, técnicos e gerentes, gestores, avaliadores – e inúmeras outras denominações que adquirem novas roupagens – encaminha alterações desprofissionalizantes da intervenção na área social com a valorização do voluntariado, da solidariedade e da responsabilidade social. Inserido nesse processo e

como profissão, no seio da prática social e técnica do trabalho, o Serviço Social sente hoje, quer no seu exercício cotidiano, quer no campo da formação profissional, os impactos desta reversão conservadora que, no âmbito social, reduz as intervenções do Estado e apela à solidariedade social e à filantropia no enfrentamento da questão social. O Estado se põe como parceiro da sociedade e do chamado terceiro setor, repassando suas responsabilidades sociais e devolvendo à sociedade seus problemas. Assim, a opção neoliberal por programas seletivos de combate à pobreza e o avanço do ideário da 'sociedade solidária' começam a parametrar diferentes modalidades de intervenção no

²⁸ A década de 1990 carrega as marcas da brutalidade das medidas de ajuste neoliberal que atingem a classe trabalhadora, ampliam o desemprego - com a redução da jornada de trabalho, flexibilização dos direitos conquistados e precarização das condições de trabalho.

²⁹ A tese de SERRA (2000) analisa a crise de materialidade do Serviço Social vinculada ao setor público estatal, inscrita no interior da crise capitalista e da vigência do neoliberalismo.

social (Yasbek, 2000, p.137).

Para adensar nossa análise cabe, então, avançar com as reflexões sobre as referências macroscópicas e as perspectivas analíticas, objetivando apreender a dimensão teórica, ídeo-política e a perspectiva de ruptura com o conservadorismo da vertente que, ao incidir na definição da agenda sócio-profissional, com predominância há mais de duas décadas na categoria, revela o seu peso no processo de legitimação dos avanços e acúmulos que, consolidados, certificam modificações no estatuto profissional do Serviço Social brasileiro.

Capítulo 2

Tendências da agenda sócio-profissional: dimensões teórica, ídeo-política e de ruptura com o conservadorismo

Diferentes investigações demonstram, no nível mais sistemático e abrangente da teorização profissional, os avanços consolidados na trajetória do Serviço Social brasileiro e analisam a sua particular vinculação à vertente de ruptura com o conservadorismo³⁰. São estudos que evidenciam o campo de modificações teóricas e ídeo-culturais como um divisor expresso na maioria intelectual conquistada pela profissão.

No domínio da organização da categoria profissional no Brasil, e na vertente de ruptura com o conservadorismo, desponta e se afirma, embasado por aportes teóricos e ídeo-culturais, o compromisso social e ético-político da categoria com as lutas do conjunto da classe trabalhadora, com a construção de uma sociedade democrática e socialmente justa.

As pesquisas sobre a produção do conhecimento no Serviço Social permitem reconstituir, no plano das análises teóricas, os nexos que possibilitam a confluência entre o compromisso social e ético-político explicitado e a conseqüente crítica das relações sociais na sociedade capitalista como uma construção histórica, que encontra o seu fundamento ontológico no antagonismo entre capital e trabalho, forjando contradições e desigualdades inconciliáveis com a expansão das necessidades humanas.

São extremamente significativas, sob esse aspecto, as determinações derivadas da aproximação do Serviço Social brasileiro com o pensamento social de Marx e da tradição marxista. Ao serem

³⁰ Da produção acadêmica da PUC/SP, destacam-se as seguintes teses: Karsch, Ursula Margarida Simon. *O Serviço Social na Era dos Serviços*. PUC/SP, 1986. Martinelli, Maria Lúcia. *Serviço Social: Identidade e Alienação*. PUC/SP, 1988. Netto, José Paulo. *Autocracia Burguesa e Serviço Social*. PUC/SP, 1990. Silva, Lídia Maria Monteiro Rodrigues. *Aproximação do Serviço Social à Tradição Marxista: Caminhos e Descaminhos*. PUC/SP, 1992. Simionatto, Ivete. *Grasmci: sua Teoria, Influência no Brasil, Incidência no Serviço Social*. PUC/SP, 1993. Barroco, Maria Lúcia Silva. *Ontologia Social e Reflexão Ética*. PUC/SP, 1997. Santos, Cleusa dos. *Reforma/Revolução - Pólos de Tensão na Constituição do Movimento Socialista*. PUC/S, 1998.

assumidas nos seus fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e prático-operativos, marcam o aprofundamento da vertente de ruptura com o conservadorismo.

Destacam-se, nos *Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional*³¹, os horizontes e os valores inspiradores de uma conduta profissional que toma por base

o compromisso da categoria com a democracia, o reconhecimento da liberdade, a defesa dos direitos humanos, o posicionamento em favor da equidade e justiça social, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, garantia do pluralismo, opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, articulação com os movimentos de outras categorias, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e exercício do Serviço Social sem discriminação (2001, p.16-17).

É parte desse processo a ampliação da luta por um mercado nacional de trabalho, com uma orientação que desborda os limites do corporativismo e que assume desafios e demandas emergentes como exigências para redefinir as competências do assistente social associada à luta por outra legitimidade social. Na Lei de Regulamentação da Profissão³², o perfil profissional ultrapassa a percepção do Assistente Social como mero executor de projetos e ações de Serviço Social, afirmando a sua habilitação para *propor, defender, coordenar, supervisionar, executar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas, e projetos na área de Serviço Social* (2001, p. 34).

³¹ O Código de Ética instituído em 1993 foi concebido como projeto coletivo que deve ser considerado, menos do que um instrumento de sanção, um passo decisivo na consolidação de uma tendência hegemônica que se registra desde o Código de 1986. Sobre o processo de discussão que subsidiou a sua elaboração, ver: Bonetti&Silva&Sales&Gonelli. (Org). *Serviço Social e Ética*. São Paulo: Ed.Cortez,/CFESS, 1996

³² É indispensável o registro de que a Lei n. 3.852/57, vigente por mais de 36 anos, foi subsumida à dinâmica de renovação e modificações experimentadas pelo Serviço Social no Brasil. A Lei de Regulamentação da Profissão n. 8.662, de 1993, apresenta os pressupostos do projeto ético-político do Serviço Social, conferindo-lhe contemporaneidade e diretividade para o exercício profissional no

Nesse campo de prioridade, a organização política da categoria não podia prescindir, na agenda sócio-profissional, da defesa do exercício regular e legal da profissão, da luta por melhores condições e relações de trabalho que assegurem as atribuições precípuas do assistente social. Vale reafirmar que, no registro histórico do movimento de organização, resgatado no primeiro capítulo desta tese, somente a partir do final da década de 70 as questões relacionadas às condições de trabalho do assistente social como trabalhador assalariado ganharam centralidade na agenda e nos debates profissionais.

A forma pela qual essas modificações se impuseram foi aprofundada e adensada, tendo as décadas de 1980 e 1990 demonstrado a fragilidade da formação continuada da categoria, que já desmotivava e condicionava as suas respostas face às demandas profissionais. Sob esse aspecto, são insuficientes as soluções encontradas nas iniciativas individuais e parciais da categoria. As condições objetivas têm exigido das entidades profissionais e das agências de formação um conjunto de ações que ampliem as possibilidades da formação continuada dos assistentes sociais, assim como o acesso ao conhecimento acadêmico e científico produzido pelo Serviço Social e as demais Ciências Sociais e Humanas³³. Registra-se na profissão um conjunto de tentativas de enfrentamento dessa questão, cujos sucessos relativos motivam e impulsionam a combinação de esforços acadêmicos, intelectuais e institucionais de âmbito nacional.

Os aspectos observados revelam, por um lado, que os avanços significativos do Serviço Social no Brasil têm como clivagem o compromisso com o *fortalecimento do projeto ético-político profissional*, que se demarca pela defesa intransigente da democratização das relações no interior da categoria e das suas

país.

³³ O Programa de Capacitação Continuada para os Assistentes Sociais é uma iniciativa de âmbito nacional. Utilizando a metodologia de educação à distância tem a coordenação do CFESS, ABEPSS e o Centro de Educação Aberta

entidades representativas. Assim, o carácter fragmentado, parcial, defensivo e autoritário, dominante na organização profissional, é revelador da lógica interna da sua direção social estabelecida por décadas, e que perde a sua legitimidade, como tendência hegemônica, com a exposição de sua feição conservadora.

Por outro lado, denota a consolidação de uma outra direção social que aprofunda o enlace da agenda sócio-profissional com uma parcela da produção de conhecimento – uma exigência imperativa para apreender as determinações centrais do real, sua racionalidade, historicidade e totalidade. Como uma objetividade contraditória, o mundo não se põe de forma transparente, a aparência tolda a compreensão do verdadeiro significado, das verdadeiras motivações, determinações do mundo. O instrumento capaz de dar conta das contradições mais profundas e suas particularidades tem de ser ele próprio um instrumento dialético. *Só é possível ser rigoroso, do ponto de vista do conhecimento, quando se é rigoroso com relação à questão do método*" (Netto, 1995).

Iamamoto, num balanço do debate do Serviço Social no campo da tradição marxista durante a década de 1980, considera que podem ser enfeixadas duas grandes temáticas:

a) *a crítica teórico-metodológica tanto do conservadorismo como do marxismo vulgar*, colocando a polêmica em torno das relações entre *teoria, história e método*, com claras derivações no âmbito da formação profissional; b) a construção da análise da trajetória histórica do Serviço Social no Brasil. Estabelece sobre alicerces mais sólidos o debate sobre a historicidade da profissão em *suas relações com as políticas sociais do Estado, os movimentos sociais*, detectando as *particularidades de sua profissionalização* (1998, 236).

Não é necessário ter uma perspectiva marxista para inferir que o Serviço Social configura-se como uma profissão imersa no movimento vivo da sociedade, notadamente das relações entre o Estado e a

sociedade, que condicionam os seus avanços, tendências e limites.

No entanto, do ponto de vista do método em Marx, a análise de situações concretas e, conseqüentemente, da produção e reprodução da vida social, é central para estabelecer a particularidade observada na trajetória do Serviço Social no Brasil e o caráter da hipótese formulada sobre os nexos existentes entre a agenda sócio-profissional e a produção de conhecimento como uma tendência genuína, contínua e não episódica.

O Serviço Social, quando analisado no marco do contexto sócio-econômico e das orientações que foram implementadas no país nas últimas décadas, requer dos seus profissionais, pesquisadores e intelectuais um debate e uma investigação que levem em conta o aprofundamento analítico da concretude, das bases materiais e da dinâmica das transformações societárias.

Conforme Mota (1998), identificar as mediações que conectam a experiência profissional às mudanças em curso é explicar o modo como se traduzem e o seu impacto na particularidade da profissão:

longe da tradição positivista, uma ação profissional pode reconstruir metodologicamente o caminho entre a demanda objetivada e as relações que a determinam. É este movimento que garante, na particularidade de cada ação profissional, a reconstrução dos seus objetivos de intervenção e das suas estratégias de ação, seguindo, também, a velha lição de que 'teríamos que voltar e fazer a viagem de modo inverso' (Marx, 1978:116) até chegar ao ponto de partida, mas, desta vez, não com uma representação caótica do todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas' (Mota, 1998, p. 116).

A apreensão e o aprofundamento das tendências macrossocietárias, numa perspectiva ontológica histórico-social, engloba as configurações e as tendências mundiais, latino-americana e brasileira que exprimem as contradições e as desigualdades que atravessam o processo capitalista de trabalho e conformam um conjunto complexo de questões sociais, políticas e teóricas. O

enfoque nas mutações (conteúdo) e nas verdadeiras metamorfoses (composição, organização) operadas no “mundo do trabalho” e no Estado possibilita apreender algumas das repostas do capitalismo à sua crise de acumulação.

É relevante caracterizar as mudanças radicais no contexto que emergiu após 1973/1974, evidenciando um esgotamento da chamada “Era de Ouro” (pós Segunda Guerra), como bem apreendeu Hobsbawm (1995). Manifestaram-se as crises de crescimento econômico nos países centrais e nos países periféricos, com taxas decrescentes, recessão, desemprego estrutural, aumento das desigualdades intra e inter países/regiões.

Conforme Antunes (1999), a denominada crise do fordismo e do keynesianismo revela-se como a expressão fenomênica de um quadro crítico mais amplo e complexo, o seu significado mais profundo exprimindo uma crise estrutural do capital, manifestando-se na tendência decrescente da taxa de lucro, no sentido destrutivo da lógica do capital (valor de uso), na impossibilidade regulação do capital³⁴.

Outro analista, Harvey (1995), problematiza e aponta que, no espaço social de oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios das organizações sociais e políticas ganhou forma. Essas experiências representaram e representam o trânsito para um regime de acumulação flexível, apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, na especialização flexível, flexibilidade dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo³⁵.

³⁴ A complexidade de todo esse conjunto de questões e suas ramificações é rigorosamente analisada por Antunes no seu livro: *Os sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

³⁵ David Harvey no livro *Condição Pós-Moderna* (1993) esboça uma interpretação teórica da transição do regime de acumulação dominante do capitalismo, enfatizando que a acumulação flexível ainda é uma forma de capitalismo e suas características “mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou

Caracteriza-se pelo surgimento de produções novas, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

O neoliberalismo, a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem dos setores produtivos estatais compõem, com o intenso processo de reestruturação da produção, as estratégias de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação. São os ajustes, as medidas sócio-econômicas e ideológicas de enfrentamento da crise de rentabilidade e acumulação do capital (Antunes, 1999).

Do ponto de vista histórico, essa ofensiva do capital e do Estado contra a classe trabalhadora aprofunda as formas de racionalização capitalista do processo de trabalho, intensifica a exploração da força de trabalho e aprofunda a alienação - vital ao capital na sua reprodução.

A produção de coisas úteis, de valores de uso, sob o comando do valor de troca é conduzida por um sistema de capitais, de valorização do circuito produtivo do capital, de sua reprodução e ampliação, convertendo o trabalho em meio (sobrevivência) e a força de trabalho, o dispêndio de energia intelectual e física, em mercadoria.

O processo de trabalho sob o domínio do capital consolida a negação do ser social como ser livre e universal. Alienado do objeto e da própria subjetividade, o trabalhador aliena-se enquanto indivíduo e gênero humano. Torna o seu trabalho alienado e subordinado ao processo de produção que efetiva a valorização da mercadoria e a desvalorização da vida.

No contexto sócio-histórico mundial, a emergência da crise manifestada na queda tendencial da taxa de lucro, evidencia um certo esgotamento do padrão de acumulação sustentado no binômio

fordismo/taylorismo, desencadeando, também, a ruptura com o ideário social-democrata, expresso no compromisso social do Welfare State.

As políticas de ajuste neoliberal, baseadas na retórica do livre mercado, ganharam ofensiva após 1970/1980, combatendo as políticas sustentadas pelo keynesianismo – o pleno emprego, os mecanismos de integração do processo de consumo do proletariado aos salários (salários indiretos), e, principalmente, combateram a representação do Estado como gestor geral da relação salarial, que garantia a seguridade social e fixava o estatuto mínimo de todo assalariado.

Conforme Birh (1998), o Estado do Bem-Estar fixava o estatuto mínimo do assalariado (pelo direito do trabalho, pela definição de uma norma de consumo irredutível), impulsionava e garantia o respeito aos contratos coletivos e geria direta ou indiretamente o “salário indireto”. Desde então, o proletariado ocidental podia deixar de considerar o Estado como um órgão puramente repressivo a serviço apenas do capitalismo para nele ver o instrumento do ‘bem coletivo’.

Nas suas análises, Bihir (1998) problematiza como essa dimensão do Estado reforçou no proletariado o fetichismo do Estado, mas também o dos ideais democráticos (inclusive o que têm de ilusório), aos quais ele deu um conteúdo concreto – garantindo mais ou menos o direito ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à formação profissional, ao lazer, etc..

Na perspectiva ontológico-marxista, as tendências contemporâneas do Estado, nessa fase do capital, são apreendidas a partir dos vínculos diretos com a organização do capitalismo monopolista e suas estratégias para administrar e responder à crise de acumulação do capital, que atingiu tanto países centrais como

periféricos.

O Estado como estrutura vital do capital foi redimensionado em sua ação e encolhido em suas funções sócio-democráticas, expressadas na flexibilização e na desregulamentação. Com o advento e a ascensão do neoliberalismo, ergueu-se um contexto de condicionantes políticos e ideológicos que propiciaram a emergência e a prática das teses que defendem a supressão ideal dos antagonismos e do caráter inconciliável das contradições de classe e sustentavam a defesa do mercado como regulador geral das relações sociais, do direcionamento da economia e do papel do Estado.

As análises limitadas à imediatividade dos fenômenos na realidade tendem a considerar as inovações tecnológicas aliadas às novas técnicas e métodos de organização/gestão/administração como os fatores que possibilitam explicar as transformações verificadas no processo de produção. Consideram-se principalmente as técnicas e métodos extraídos da via japonesa (Toyotismo), embora vários analistas recorram para estudo e investigação às experiências italiana e sueca.

Na interpretação teórico-metodológica marxista, a perspectiva de classe é, efetivamente, fundante para apreender as mutações no mundo do trabalho e os impactos na subjetividade do trabalhador. O rechaço dessa perspectiva expressa-se nas abordagens conservadoras, que advogam a aceitação da ordem do capital e sua racionalidade instrumental, sujeitas aos limites impostos pela ideologia da economia de mercado e pelo fetichismo das relações sociais.

No nível mais analítico, apreender as mutações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho significa, numa perspectiva ontológica, superar a compreensão das formas e expressões constantes, regulares e freqüentes e ir além da crítica aos aspectos

práticos-operativos do processo de trabalho capitalista. Mas, conforme Antunes (1999), é necessário pesquisar e refletir sobre a diversidade, a heterogeneidade e a complexidade da classe trabalhadora, a transversalidade entre classe e gênero, a composição e expansão dos assalariados do setor de serviços, as formas de trabalho domiciliar.

É nesse contexto que se impõem a desregulamentação das relações de trabalho, a flexibilidade nos contratos, tempo-parcial, precário, demissão dos trabalhadores, alta rotatividade, descompromisso dos patrões com a qualificação dos trabalhadores, agora transferida à responsabilidade desses, que devem assegurar a sua qualificação profissional e a capacidade de manter a sua empregabilidade, em que pesem os indicadores de baixos salários e de desemprego estrutural. Como afirma Bihr:

a flexibilização do processo de trabalho requer simultaneamente uma organização flexível do trabalho, ou seja, o trabalhador deve ser capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, de intervir em diferentes tipos de materiais, de inserir-se em diferentes segmentos do processo de trabalho, etc. A exigência de flexibilidade conjuga-se, assim, com a de fluidez para requerer uma mão-de-obra polivalente, qualificada, bem formada, operando em equipes que ligam estreitamente operários, técnicos, administradores, integrando os objetivos de produtividade e de qualidade, etc. Com os efeitos conhecidos sobre a composição sócio-profissional do proletariado e a cisão que dela resulta entre as diferentes figuras proletárias (1998, p.92).

Este quadro apresenta fortes repercussões na organização sindical e política dos trabalhadores. Desdobra-se na necessária organização dos desempregados, terceirizados, com contratos temporários, com a redução dos trabalhadores na base sindical, com a eliminação de empregos e fábricas, etc.

Certamente, essas mudanças representam dilemas e desafios para teóricos keynesianos, monetaristas, neoclássicos e marxistas. A fidelidade do pensamento, da análise e da pesquisa ao movimento da

realidade é colocada em questão, principalmente quando desafiada a contrapor-se às perspectivas apologéticas que desconhecem limites em sua defesa do indefensável (Mészáros, 1996). Todavia, não se trata apenas de evocar a exigência para compreender o que essas mudanças significam, mas como elas permitem apreender as transformações fundamentais presentes na sociabilização capitalista.

Para entender como os homens em suas relações com os outros homens produzem e reproduzem as condições materiais de sua existência e como essas relações são construídas socialmente é necessário relacionar as classes sem isolar o Estado, as instituições e as idéias. E, sobretudo, é fundamental não isolar os processos de transformação do capitalismo, os processos de reestruturação que se operam no mundo do trabalho, as crises de rentabilidade do capital e os padrões institucionais que intensificam a sua exploração.

O estudo acadêmico da classe trabalhadora no contexto de crise do capital reafirma-se substancial, sobretudo a reflexão que vai além da investigação sobre as políticas neoliberais e as inovações tecnológicas e organizacionais, mas que investigam a imanente necessidade do capital de controlar e explorar o trabalho.

Portanto, afirmar a capacidade da análise marxiana é demonstrar os antagonismos e as contradições essenciais do modo capitalista de produção³⁶.

Os indicadores de uma superacumulação - capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadorias e estoques, excedente de capital-

³⁶ Conforme Harvey, é preciso considerar: - a orientação do capitalismo para o crescimento, sendo a crise definida como falta de crescimento;

- o crescimento em valores reais que se apóia na exploração do trabalho vivo na produção, sendo o controle do trabalho, na produção e no mercado, essencial para o lucro capitalista. Fundada numa relação entre capital e trabalho, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista;

- a característica de que o capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico.

dinheiro e grande desemprego - situam as condições que *prevaleciam nos anos 30 e que surgiram periodicamente desde 1973* (Harvey, 1993, p. 170).

Nesse sentido, o capitalismo, valendo-se de opções reais de manipulação (desvalorização de mercadorias, controle macroeconômico, absorção da superacumulação), contém, absorve e administra essa tendência de superacumulação, flexibilizando e recombinaando suas estratégias de lucro, de extração da mais-valia relativa e absoluta.

As relações sociais estabelecidas produzem uma sociabilização adequada às suas exigências, na base do processo de trabalho subordinado ao imperativo do trabalho alienado, da alienação do homem em relação ao produto do seu trabalho, do seu próprio ser e da comunidade humana.³⁷

As análises que, por caminhos diversos, desembocam na questão do desaparecimento das classes sociais e no problema da passagem ou superação do capitalismo, apóiam-se diferencialmente na tese da perda da centralidade do trabalho como categoria ontológica fundamental para entender a vida social derivada da crise da sociedade do trabalho.

Mas, além disso, a crise da sociedade do trabalho se funda na perda da qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da auto-estima e das referências sociais, assim como das

³⁷ Marx, nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844*, trata das dimensões constitutivas do trabalho alienado. "Na medida em que o trabalho alienado aliena ao homem 1) a Natureza, 2) ele próprio, a sua própria função activa, a sua actividade vital, assim ele aliena ao homem o *gênero*; torna-lhe a *vida genérica* meio da vida individual. Primeiro, aliena a vida genérica e a vida individual e, segundo, torna a última na sua abstracção objectivo da primeira, igualmente na sua forma abstracta e alienada. (...). Assim o trabalho alienado torna: 3) *o ser genérico do homem* tanto a Natureza como a sua faculdade espiritual genérica num ser *estranho* a ele, num *meio* de sua existência *individual*. Ele aliena do homem o seu corpo próprio, bem como a Natureza fora dele, bem como a sua essência espiritual, a sua essência *humana*. 4) Uma consequência imediata de que o homem está alienado do produto do seu trabalho, da sua actividade vital, do seu ser genérico, é a *alienação do homem do homem*. Quando o homem se enfrenta a si próprio, enfrenta-o o *outro* homem. O que vale para a relação do homem com o seu trabalho, com o produto do seu trabalho e consigo próprio, vale para a relação do homem com o outro homem, tal como para o trabalho e o objecto de trabalho do outro

orientações morais. E emergem como parte de um quadro de *individualidades personalizadas* que conjugam uma busca enlouquecida de sentido à existência.

E, uma vez que nenhum sentido global é mais proposto ou imposto pelas sociedades capitalistas e que cada um é, a partir de então, abandonado a si próprio para dar sentido a sua existência e livre para lhe dar o sentido que quiser, disso resulta a surpreendente *feira dos sentidos*, que se desenrola atualmente aos nossos olhos. Todo e qualquer coisa ganha sentido, cada um pode 'escolher' entre uma multiplicidade indefinida de sentidos possíveis e disponíveis: identidades, pertences, referenciais, valores, modos de existência, etc. (Bihl, 1998, p.172)

As teses que assumem a forma burguesa como a única forma possível de existência advogam que a sociologia deve fundar seu objeto em novas categorias, um dado estratégico que advém do processo de diluição do tema trabalho no conjunto das pesquisas da sociologia industrial. A intelectualidade que assume esse discurso, *com freqüência tende a fazer com que a razão pareça como se fosse apenas o instrumento, a justificação e a máscara dos aparelhos de reprodução do capital* (Bihl, 1998, p.178).

Na teoria da ação comunicativa de Habermas (1987), são o espaço vital, o modo de vida e o cotidiano as categorias histórico-analíticas que se propõem substitutivas da categoria trabalho para fundar o objeto da Sociologia, não mais na perspectiva das contradições e dos conflitos.

A revolução microeletrônica, a revolução da microbiologia e a revolução energética mudam qualitativamente a base técnica do processo produtivo e afetam as relações sociais no seu conjunto. A transformação revolucionária da ciência e da técnica, que traz modificações para a produção e serviços, deve necessariamente produzir mudanças nas relações sociais. A saída é a substituição do trabalho tradicional - trabalho remunerado - por atividades que dão

homem" (Marx, 1994, p. 67-69).

'sentido à vida'- ainda que seja somente para assegurar o bem-estar psíquico dos homens que não trabalham.

Na realidade, como analisa Bihr:

a racionalidade instrumental é, de fato, totalmente surda e cega aos desejos humanos no que eles podem ter de irrealista e, conseqüentemente, aos elementos imaginários que mobilizam. Ela reduz a relação do homem com o mundo à simples adaptação realista à realidade: ela procura conferir-lhe o máximo de eficácia, sem se preocupar de modo algum com a necessidade de tornar o mundo imaginariamente habitável e desejável (1998,p.178).

Sobre a questão do trabalho, das classes sociais e a perspectiva de ruptura do capitalismo, as análises apostam deterministicamente na agonia e no fim do trabalho, da mercadoria força de trabalho e, como conseqüência lógica, no fim das classes sociais.

Nesse contexto e do ponto de vista do pensamento conservador, renova-se o problema da "questão social" e se afirma a idéia de reforma social. Caracterizada e apoiada em juízos ético-morais, afirma-se transclassista, ou seja, como moralização da vida social, concepção solidária transclassista, e não se expressa nas relações capital-trabalho, mas nas suas várias implicações materiais e espirituais.

O caráter conservador dessa abordagem se afirma quando se diz que se pode erradicar, resolver e suprimir a questão social sem tocar nas instituições fundamentais da sociedade capitalista. Claramente, o conservadorismo se renova quando afirma e registra a necessidade de uma reforma social porque há, na sociedade, uma questão social que pode ser resolvida nos seus limites.

A questão social entendida como constitutiva da sociedade burguesa, sendo extremamente dinâmica, é repostada sistematicamente com novas manifestações que são mutáveis. As novas expressões da questão social estão implicadas no

desenvolvimento diferencial e na complexidade da sociedade burguesa³⁸.

O reconhecimento do papel determinante das relações de produção e reprodução social é, nessa perspectiva analítica das tendências macro-societárias, o pressuposto que possibilita o exame crítico da profissão com ênfase na sua inerente dimensão política, nas suas relações com as complexas ramificações das correntes teóricas, com destaque para os seus desdobramentos teórico-prático.

As investigações sobre as determinações macro-estruturais que envolvem a profissionalidade do Serviço Social tendem a relacionar o que estava isolado, sem relação e conexão analítica. A profissão é apropriada como um movimento teórico, prático e ídeo-político, que percebe a diversidade de questões que integram as suas polémicas internas. Sobretudo, as dimensões profissionais do Serviço Social aparecem implicadas e pensadas numa outra inteligibilidade, inserida no conjunto das mediações institucionais, organizacionais e culturais que circunscrevem o cotidiano do trabalho profissional do assistente social.

Assim, a síntese elaborada, ainda que parcial, sobre as referências macroscópicas e suas conexões com as tendências no plano da cultura e da produção do conhecimento sinalizam as ramificações e os rumos do debate profissional no Brasil e os seus nexos com os processos e as dinâmicas provenientes da organização

³⁸ Essas dimensões do debate e das polémicas sobre a questão social são citadas ou assimiladas, mais ou menos criticamente, na teorização profissional. Destacam-se como autores recorrentes: Ianni, Octávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992. Ianni. "A Questão Social". *Revista da USP*, São Paulo: Edusp, 1989. Ianni. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. ROSAVALLON, Pierre. *La nueva cuestión social – repensar el Estado Providencia*. Argentina, Manantial, 1995. Castel, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998. Outras indicações: Belfiore-Wanderley (1997), Benevides. Maria Victória de M (1994), Raichelis. Raquel (1999), Sader. Eder (1988), Telles. Vera (1994), Pereira, Potyara A. (1996), Sposati. Aldaiza (1989), Yasbek. Carmelita (1997), Carvalho. M. C. Brant (1994), Iamamoto. Marilda (1992), Draibe. Sônia (1993).

da categoria.

2.1 Organização profissional e produção de conhecimento: possibilidades e limites

Ao considerar que, historicamente, predominou no Serviço Social uma formação instrumentalizadora da ação profissional, num cenário marcado pela ausência de um debate político crítico e pela existência residual de uma produção acadêmica e intelectual, pode-se dizer que, durante várias décadas, o Serviço Social brasileiro conviveu com a inexistência de uma produção teórica sistemática³⁹.

Uma produção deste gênero pressuporia fundamentos filosóficos de outra natureza que aqueles que embasaram a formação e a ética tradicionais do nosso Serviço Social. Conforme Barroco, os fundamentos filosóficos da ética profissional tradicional demonstram como

as configurações do ethos profissional, em sua origem, condicionam a imagem e auto-representação do Serviço Social tradicional: uma profissão mediada por valores humanistas, com forte apelo ético-moral (2001:p.95).

O rebatimento dos pressupostos neotomistas e positivistas pode ser atestado, segundo a autora (2001), nos Códigos de Ética Profissional do Brasil de 1948 a 1975, na direção da formação e da

³⁹ Na clarificação do sentido da expressão “produção teórica sistemática” recorremos a Lukács, para quem as observações empíricas e os experimentos ideais abstrativos para Marx pressupõem uma prioridade do ontológico com relação ao mero conhecimento, nos seus próprios termos. Afirma que, “é claro, portanto, que o método da economia política – que Marx designa como uma ‘viagem de retorno’ – pressupõe uma cooperação permanente entre o procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo-sistemático (que evidencia as leis e tendências)” (*Ontologia do Ser social*, 1979, p. 39). Como bem assinala Netto o procedimento metodológico próprio a esta teoria consiste em partir do empírico (os ‘fatos’), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo este processo. O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, retorna sempre ao seu ponto de partida – e, a cada retorno, compreende-o de modo cada vez mais inclusivo e abrangente” (In

prática profissionais:

a tendência ao 'ajustamento social', à psicologização da questão social, transforma as demandas por direitos sociais em 'patologias'; com isso, o Serviço Social deixa de viabilizar o que eticamente é de sua responsabilidade: atender às necessidades dos usuários, realizar objetivamente seus direitos. Ao mesmo tempo, ao moralizar a 'questão social', transforma a moral em moralismo. O que reproduz uma ética profissional preconceituosa, negando o seu discurso humanitário (op.cit.,p.94-95).

Para a configuração de uma nova direção da prática profissional, coloca-se como determinante a ruptura com esse lastro genéticopresente na trajetória do Serviço Social brasileiro⁴⁰.

De maneira sintética, torna-se central, nas décadas de 1980 e 1990, assegurar a legitimidade das produções inseridas na tradição marxista. Em primeiro lugar, problematizando as questões relativas às concepções da prática profissional que, predominantemente, estão assentadas na intencionalidade do profissional e em fundamentos ético-morais. Em segundo lugar, crivando, na análise dos objetivos profissionais, a sua permeabilidade teórica e a sua dimensão política. Em terceiro, estimulando o exame crítico dos fundamentos legitimadores da renovação da profissão e conquistando a validação de sua atividade teorizante e de sua produção teórica.

Com essa perspectiva, a investigação publicada no Livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, de Yamamoto & Carvalho (Cortez/Celats, 1986), tornou-se uma referência bibliográfica fundamental, seminal e pioneira, um marco da literatura profissional, assinalando o procedimento teórico-metodológico que parte da gênese histórica da profissão para apanhar as suas relações com as

Marx & Engels, Manifesto do Partido Comunista, 1998).

⁴⁰ Yamamoto explicita esse traço genético, destacando a sua condição como profissão que "emerge como uma atividade com base mais doutrinária que científica, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador" (Yamamoto, 1992, p.21).

múltiplas determinações concretas, o seu desenvolvimento interno e a sua emergência no movimento reformista e conservador.

Na literatura profissional contemporânea, despontam as investigações críticas sobre os vínculos da profissão com a reforma social e o pensamento conservador, como uma tendência que aprofunda cada vez mais as reflexões proporcionadas pela explicitação, no interior da profissão, da existência de diferentes ramificações e tendências nas Ciências Sociais e Humanas.

São apropriações que fazem eclodir, no interior do Serviço Social, a diversidade e pluralidade teóricas e, diferentemente do que predominou por várias décadas, revelam a heterogeneidade de seus conteúdos. Incontestavelmente, deve-se chamar atenção para a ampliação e para o aprofundamento alcançados na tematização das relações do Serviço Social com as análises estrutural-funcionalistas, que primam por abstrair a profissão da dinâmica e da concretude que constituem a ordem burguesa.

Destaca-se o rigoroso e criterioso trabalho desenvolvido na tese de doutoramento de Simionato, defendida em 1993⁴¹, sobre a obra de Antonio Gramsci e sua relação com a realidade brasileira. Nela, encontra-se uma importante análise dos processos que marcaram a aproximação do Serviço Social ao pensamento de Gramsci e os produtos que daí emergiram no plano das tendências que, no pós, 70, marcaram a reflexão e a literatura profissionais.

A investigação ressalta as fecundas contribuições extraídas por diferentes intelectuais do pensamento de Gramsci para pensar a profissão no contexto dos desafios postos pela sociedade capitalista. As análises sobre o Serviço Social sustentam a concepção de que a profissão

⁴¹ A tese resultou na publicação do livro: SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

no momento da sua institucionalização na sociedade capitalista moderna surge como uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas, aliando-se ao projeto da classe dominante (1995, p. 208).

E sem eliminar do seu quadro de referências essa compreensão, Simionato discute a influência do pensamento gramsciano diante da necessidade, imposta a partir dos anos 70, de revisão de fundamentos teóricos para superar a herança conservadora e reorientar as ações profissionais. Assim considera:

frente à nova situação histórica, a prática e a teoria passaram por constantes redefinições, buscando a ruptura do compromisso social historicamente estabelecido com os interesses da ordem burguesa, direcionando-se na perspectiva dos setores e classes subalternas. Tal perspectiva se fortaleceu a partir da busca de fundamentos científicos mais consistentes, ultrapassando a sua característica de mera atividade técnica. Isso possibilitou o delineamento de novas propostas alinhadas no eixo da tradição marxista e o aporte teórico gramsciano contribuiu, sem dúvida, para operar mudanças significativas. Tanto no que se refere ao referencial teórico-metodológico quanto ao fazer prático-operativo (1995, p.260).

Sem pretender fazer grandes generalizações, consideramos que o conjunto de mudanças significativas operadas evidencia que, há mais de duas décadas, o movimento de renovação do Serviço Social vem legitimando novas tendências que passam a compor o saber profissional, contrapondo-se centralmente ao seu traço tradicional⁴², ao mesmo tempo em que colocam em evidência as correntes do pensamento científico que lhe dão sustentação técnico-instrumental, voltadas para a intervenção e orientadas, exclusivamente, a restabelecer o equilíbrio da ordem social.

Esse conjunto de fatores contribui para renovar o arsenal teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social brasileiro como uma

⁴² Netto observa que *"enquanto fenômeno profissional, ele instaurou-se como uma resposta possível elaborada por setores da comunidade profissional como alternativa à evidente falência do Serviço Social institucional que, no continente, sempre foi um Serviço Social a que cabe a caracterização de tradicional"* (1981, P.59).

das linhas de forças que orientam a constituição de uma nova cultura profissional que defende um projeto profissional coletivo, que objetiva *direcionar ética e politicamente a intervenção sócio-profissional e balizar os compromissos profissionais dos assistentes sociais.*

A elaboração dessa direção social estratégica do projeto profissional é uma das condições para demarcar historicamente os limites da profissão, as debilidades da formação académica e reconhecer o reduzido papel da pesquisa no contexto da institucionalização universitária do Serviço Social.

Os limites, as insuficiências e o carácter assistemático das referências teóricas, políticas e éticas da profissão foram enfrentados pela Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social, ALAETS/CELATS, que exerceu, na primeira metade da década de 1980, um papel fundamental na elaboração teórica fundamentada nas Ciências Sociais e Humanas e na pesquisa sobre as condições sociais, económicas e políticas dos vários países latino-americanos. Apreende-se de vários documentos que as condições intelectuais de elaboração e investigação do Serviço Social foram avaliadas e os esforços no interior da categoria profissional valorizados por esses organismos.

Conforme Abramides & Cabral (1995, p. 121), nessas décadas, a articulação de segmentos profissionais e entre as unidades de ensino do Continente, canalizadas pela ALAETS/CELATS, cumpriu *“um papel político importante no continente latino-americano e caribenho, não somente do ponto de vista académico, por meio das escolas, como também da organização gremial/sindical e estudantil”*. Convergiram para isso, conjuntamente, a articulação dos movimentos e das organizações sócio-profissionais latino-americanas nas lutas sociais e de defesa da organização democrática dos assistentes sociais na organização da classe trabalhadora.

No Brasil, as tendências críticas que despontaram, dentro e fora dos espaços acadêmicos, a partir da década de 1970, se aprofundaram nas décadas de 1980 e 1990, no sentido de, progressivamente, saturar as várias instâncias de organização da profissão (sindical, profissional e acadêmica) numa direção social que, ao explicitar a sua dimensão política abriu um caminho divisor na sua trajetória.

O caminho afirmaria um Serviço Social maduro, sob os contornos de um debate cultural e da compreensão incorporada de que são diferentes as maneiras de conceber a relação entre o movimento da realidade e o processo de produção de conhecimento, bem como as teorias sociais que almejam compreender e explicar os processos e as determinações da sociedade burguesa.

No entanto, é preciso pontuar continuamente essas tendências modeladas e norteadoras da pesquisa, da produção de conhecimentos e da intervenção profissional, para evitar o enfoque pragmático e o critério de utilidade prática do conhecimento, explicitando que a compreensão das diferenciações e das tendências não se faz inteligível em termos estritamente metodológicos, mas também nas determinações ídeo-culturais, que influenciam as direções sociais que se movem, como campo de alternativas, na profissão.

As investigações e as análises que problematizam o inerente e ineliminável caráter político do papel da profissão na divisão social e técnica do trabalho formulam uma crítica sistemática ao tradicionalismo doutrinário, realizam a pesquisa das relações do Serviço Social com o pensamento conservador, com as vertentes empiricistas e os vínculos com o positivismo e o neopositivismo. São estudos que, conjugados aos processos de organização profissional, participam do confronto com o pragmatismo predominante, que conduz a uma formação acadêmica e a uma atuação profissional imediatista face às questões sociais e à instrumentalização do

conhecimento.

Assim, durante as décadas de 1980 e 1990, a ampliação e a redefinição da organização profissional foram altamente reforçadas como exigência para se alcançar a construção de um projeto coletivo de Serviço Social. As entidades representativas da categoria impulsionaram o processo e avançaram na confluência entre os vetores políticos e os teóricos, fortalecendo o reconhecimento e a afirmação acadêmica da área, a constituição de um *corpus teórico* na área e o processo de organização política dos assistentes sociais.

A agenda sócio-profissional que se esboça tende, nessa perspectiva, a relacionar o que antes estava fragmentado e isolado e passa a decifrar as mediações derivadas

(...) da complexificação histórica do Estado e da sociedade civil no Brasil, verificada com a expansão monopolista sob a égide do capital financeiro, impulsionada pelas novas condições sócio-políticas criadas com a ditadura militar e sua crise (Iamamoto, *Cadernos Abess*, n.6,p. 102).

Netto aponta que

é correto afirmar-se que, ao final dos anos oitenta, a categoria profissional refletia o largo espectro das tendências ídeo-políticas que tensionam e animam a vida social brasileira. Numa palavra, democratizou-se a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito a diferença ídeo-política. Nunca será exagerada a significação dessa conquista, num corpo profissional em que o doutrinário católico inseriu, originariamente, uma refinada e duradoura intolerância (1996, p.111).

Os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais – CBAS, a partir de 1982, e na seqüência do Congresso de 1979, converteram-se em espaços expressivos dos embates profissionais e, processualmente, foram representativos das suas tendências. Conseqüentemente, retrataram a qualificação e as mudanças significativas nas análises e elaborações profissionais. Isso fez superar uma pauta de debates que, em grande medida, estava centrada nas formulações e

concepções da profissão como prática e/ou técnica de uma modernização conservadora.

Os Congressos Nacionais vêm sendo profundamente redefinidos em seus objetivos, reafirmados como um fórum de debate e espaço de denúncias das orientações macroeconômicas de cunho neoliberal dominantes no país, das medidas de desmonte da nação, das políticas/pacotes econômicos que cancelam direitos sociais e que barbarizam cada vez mais a vida social.

Assim, às entidades da organização profissional tem cabido a preparação, a definição dos temas e a programação dos Congressos Nacionais da categoria como aspectos simultaneamente submetidos ao processo de organização política dos assistentes sociais e à sua capacidade de ação retratada numa agenda sócio-profissional que excede as fronteiras do próprio Serviço Social. Por exemplo, em 1985, o V CBAS, com o *tema O Serviço Social nas Relações sociais – movimentos sociais e alternativas de políticas sociais*, orientou e articulou o debate profissional sobre o Estado no capitalismo monopolista e o momento brasileiro; sobre o Serviço Social nas relações sociais, com destaque para a questão da assistência social.

A categoria profissional vê-se convocada, simultaneamente pela ANAS, ABEPSS, CFESS e ENESSO, para debater um vasto conjunto de temas e questões sociais, tais como: previdência, saúde, questão agrária, habitação, estratégias de sobrevivência, criança e adolescente, política penitenciária, empresa e educação.

Além da diversidade de seu conteúdo e da heterogeneidade de sua representação profissional, levanta-se, nos Congressos, o debate sobre *a sociedade que se tem em contraposição ao projeto societário que se quer construir*. Incontestavelmente, uma ruptura com a direção social que acentuava os limites da prática profissional a favor da mistificação da condição humana no capitalismo, transformando-a

numa condição geral, eterna e universal.

Apesar de sua extrema diversidade, o debate que ganhou vigor e legitimidade na profissão apresenta traços importantes: situa, em suas abordagens, o contexto social; considera, no âmbito da investigação da produção de conhecimentos, as controvérsias dos enfoques teórico-metodológicos que atravessam as Ciências Sociais e Humanas; e exprime uma nova cultura profissional com enfoque nas *análises sobre a sociedade capitalista, a questão social e as dimensões profissionais*.

Esses traços contam favoravelmente para o desenvolvimento da investigação/pesquisa social no Serviço Social brasileiro, na medida em que, também, estimulam a explicitação das posições teóricas, ideológicas, axiológicas e políticas que informam as distintas vertentes do pensamento social (a tradição positivista, a fenomenologia, a teoria social de Marx e a tradição marxista).

A reformulação dos fóruns profissionais ao mesmo tempo subsidia o processo de revisão da formação profissional, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e coloca novas exigências para a ABEPSS, em particular. Diante do combate político, das lutas profissionais, sociais e cívicas, torna-se imprescindível a retomada sistemática dos referenciais teóricos, políticos e éticos que informaram a ruptura com o conservadorismo.

É nessa direção que se instauram os vetores que, juntos, contribuem para repensar os fundamentos teórico-metodológicos de compreensão da profissão, enraizados na análise do processo de produção e de reprodução da vida social.

Como expressam as análises de Barroco (2001), nos anos 90, as condições sócio-econômicas e ídeo-políticas atingem diretamente a população trabalhadora, rebatendo duplamente no Serviço Social; seus agentes são atingidos como cidadãos e trabalhadores

assalariados e como profissionais viabilizadores de direitos sociais.

Segundo Yasbek, é preciso problematizar os impactos da pressão neoliberal sobre a universidade e suas imposições para a formação profissional. A autora reafirma uma compreensão sócio-histórica das relações de trabalho e formação profissional:

sabe-se que a estrutura dos mercados de trabalho profissionais, assim como a formação de profissionais é determinada por relações históricas, sociais, políticas e económicas que moldam sua necessidade social. De acordo com esta apreensão teórico-metodológica, o fundamento das profissões é a realidade social compreendida criticamente em seu movimento histórico. Entende-se assim que a intervenção profissional do Serviço Social se transforma, ao se transformarem as condições e relações nas quais se inscreve, conforme explicitam tão claramente as atuais Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Não se compreende o Serviço Social nem o processo de formação do assistente social em si mesmo, mas dentro de uma lógica maior que lhe dá sentido: o processo de reprodução da vida social (Yasbek, in *Temporalis*, n.1, 2000, p.137).

Nesse campo de problematização, projetam-se como vetores fundamentais o envolvimento e a articulação do conjunto das entidades representativas da categoria e o compromisso coletivo em dotar a formação e a qualificação profissional dos requisitos indispensáveis para estabelecer um *projeto profissional com maior visibilidade académica e social*.

Diferentes pesquisas, dissertações e teses demonstram que a orientação para incluir na formação académica os conteúdos pertinentes à fundamentação teórico-metodológica como parte da redefinição curricular de 1982 constitui um mecanismo para a aproximação do Serviço Social com as teorias sociais, o que não se faz sem equívocos e contaminações diversas.

Afinal, nas mudanças impressas na formação profissional estão inscritos múltiplos processos correspondentes às relações entre posições teóricas e políticas antagónicas quanto ao modo de pensar as relações sociais que fundam a sociedade capitalista, os processos

de trabalho, o Estado e a própria profissão.

Inserir a organização profissional e o saber profissional na direção social propugnada implica ampliar o aprofundamento da democracia interna, associada à necessidade de ultrapassar a forma transparente, a aparência que torda a compreensão do significado, as motivações e as determinações, atribuindo rigor à questão do método e à produção do conhecimento. A análise sobre as mutações em curso na sociedade capitalista, numa perspectiva que vai além das aparências, assume, portanto, especial importância quando se pretende aprofundar o distanciamento da influência hegemônica da racionalidade instrumental, que transforma toda teoria numa justificação do existente, sob perspectivas que se tornaram anacrônicas.

O desenvolvimento de uma teorização que culmina na consolidação de um outro estatuto profissional do Serviço Social requer a constituição de uma intelectualidade voltada prioritariamente para a pesquisa e para a produção de conhecimentos válidos. A rigor, é preciso extrapolar a sistematização das práticas profissionais, fundamentando-as conceitualmente. É necessário submeter a descrição do que é a profissão, o que faz e como se faz a sua conceitualização, a sua explicação teórica.

Os conteúdos teórico-metodológicos extraídos da tradição marxista fundamentam esse processo no Serviço Social e possibilitam a distinção entre práxis apropriadora e práxis manipulatória, entre diferentes níveis de racionalidade que se reportam à prioridade ontológica ou aos juízos de valor gnosiológicos e morais.

Na pesquisa empírica encaminhada sobre as tendências na produção acadêmica, foi possível apreender que, nas teses, estão retratadas polêmicas, controvérsias e, do ponto de vista teórico, colocadas em oposição várias concepções de conhecimento. Mas a

exigência que sobressai é a da superação dos enfoques que, condicionados por uma racionalidade instrumental, enfatizam como critério de validação do saber profissional a sua relação com a prática, com a experiência, com as exigências pragmáticas do fazer profissional.

No entanto, indaga-se: como e em que condições pode-se desenvolver e ampliar o saber profissional sem garantir a instauração de novos padrões profissionais e intelectuais?

No nível acadêmico, esse processo de desenvolvimento da atividade intelectual representa uma renovação que amplia e diversifica as aproximações e apropriações teóricas do Serviço Social, as suas recorrências aos vários "modelos" e padrões explicativos e interpretações sobre a história brasileira, as crises, a organização do Estado e da economia.

No processo mais amplo da teorização profissional, aprofundam-se as vias de pesquisa e de produção de conhecimento. Compreender a questão da pobreza, as condições de "exclusão social" e o modelo de desenvolvimento social adotado no país torna-se uma exigência para dotar de referência crítica as influências advindas, sobretudo, da Sociologia, Antropologia, Política. Em especial das análises que visam ao combate ao modelo de desenvolvimento que gera pobreza e riqueza e que pretendem uma teorização mais ampla da realidade social brasileira. O urbano e o rural são investigados pelo Serviço Social como temas sociais, com maior amplitude.

Essas são algumas referências das Ciências Sociais e Humanas que vieram reforçar, numa perspectiva de superação de uma cultura profissional com fortes traços endógenos, as produções que evocam as conquistas renovadoras do Serviço Social, no Brasil, como reais evidências da legitimidade alcançada pela vertente de ruptura com o conservadorismo.

Para melhor compor esse quadro sumariamente apresentado é fundamental mostrar que a legitimação, no plano da produção de conhecimentos, de um saber profissional que se assume inspirado no pensamento social de Marx encontra como desafio enfrentar as tendências de fragmentação do conhecimento científico. São concepções que ganham concretude nas Ciências Sociais, Humanas e no Serviço Social, produzem um ecletismo que identifica a concepção de pesquisa com técnicas de pesquisa empírica, produção de conhecimentos com descrição de atitudes e sentimentos acerca de processos de consciência. A ratificação empírica de conceitos subjetivistas converte-se na mistificação do discurso como narrativa, da realidade como fato e das práticas profissionais e/ou sociais como relações intersubjetivas.

Em geral, são elaborações que manifestam consideração pelas classes sociais, cultura, nações, religiões, etc, como variações igualmente essenciais de uma realidade efervescente, fragmentada, indeterminada, mutante. Os novos sujeitos e os novos movimentos sociais emergem como expressões da realidade social e valoriza-se a experiência cotidiana que conforma a dominação social (Foucault), o imaginário como elemento importante na realidade social (Castoriadis), a complexidade do social, o simbólico e a semiotização dos sentidos e da sociabilidade (Bourdier, Edgar Morin e Roland Barthes).

Na perspectiva da Teoria Política, as abordagens sobre o Estado e as políticas sociais são múltiplas e expressam posturas que submetem a problematização dos avanços e limites do Serviço Social aos enfoques politicistas e economicistas que dominaram e influenciaram a crítica marxista ao Estado Burguês.

Mazzeo observa que a

ênfase da instância econômica acaba desconsiderando toda a rica articulação da estrutura econômica da sociedade onde está

incrustada a própria superestrutura, como resultante da articulação dialética entre forças produtivas/relações de produção (1997, p. 69).

E, ao elevar-se a instância jurídico-política como *elemento da essência de um determinado modo de produção*, realça-se o aspecto superestrutural como o elemento que conforma a especificidade e permite identificar o que é particular no modo de produção.

A crítica formulada a essas tendências (politicismo e economicismo) fundamenta a investigação da relação entre Teoria Política e Política Social, sustentando o exame da relação íntima entre política econômica e política social e o modo como estão vinculadas à acumulação do capital e à evolução do capitalismo. Os procedimentos que fragmentam, formalizam e desvinculam as suas relações com a política econômica mistificam o significado da política social⁴³.

Vieira afirma que

o insidioso raciocínio localiza-se exatamente neste ilusório relativismo dos elementos das políticas sociais, apregoados pelos avaliadores. Em verdade, em verdade, tais elementos dispõem de valores desiguais: por exemplo, não se suprimem a vida e a liberdade por onerarem o orçamento ou inexistirem fontes de financiamento para elas, embora abundem os defensores desta posição irracionalista. Esta nova fase de acumulação capitalista não se importa com direitos. Seus filhos mais queridos, os recentes avaliadores, nutrem-se do relativismo tão a gosto da meritocracia (1998: p.71).

Nesse cenário, projeta-se a perspectiva de controle e regulação do conflito social através das políticas sociais (Santos, 1994) - ancorada na análise de atitudes e de comportamentos, na busca de um ponto ideal entre o excesso e a carência, na defesa da estabilidade institucional democrática e do desenvolvimento

⁴³ Vieira, na sua análise sobre avanços e retrocessos das políticas sociais e dos direitos sociais no Brasil, diz: os direitos sociais, os projetos, os executores, os processos, a eficiência, a eficácia, os resultados e os impactos das políticas sociais são em geral vistos e examinados pelos avaliadores como elementos de igual valor (1998, p.70).

econômico como sustentação da credibilidade dos governos.

Nesse sentido, as polêmicas existentes nas interpretações sobre o desenvolvimento econômico ulterior da sociedade capitalista brasileira prevalecem e influenciam os enfoques sobre as múltiplas relações e determinações da política social, sobretudo, "*numa sociedade de classes da periferia do capitalismo monopolista*" (Fernandes, 198, p.9).

Em particular, é preciso entender o modo pelo qual o capital vem enfrentando a sua crise de acumulação, latente e evidente no pós-70, o que implica também em mudanças na esfera do jurídico-político. Os vínculos do Estado e do direito social com a organização do capitalismo monopolista e com suas estratégias, para administrar e enfrentar a crise de acumulação que assola os países centrais e periféricos, acentuam a sua configuração burguesa, seu caráter de classe, justificam o redimensionamento de sua ação e o encolhimento de suas funções, pela flexibilização e na desregulamentação.

O contexto de projeção e mistificação *da sensibilidade consumidora* (Netto, 1996) e da *soberania do consumidor* (Mészáros, 1999, p. 100), que produz falsas contraposições entre políticas neoliberais e social-democratas (Vieira, 1997), é criador da ambiência para a mitologia do mercado como regulador geral das relações sociais.

E preciso lembrar que está na base da explicação da crise da concepção tradicional, que não aceita alterações nos dogmas principais da profissão, a crítica formulada às políticas econômicas e sociais predominantes nas décadas de 50 e 60.

Essa postura é exemplar dos desdobramentos desencadeados pela influência da ideologia desenvolvimentista, forjando as novas tendências que se explicitaram no meio profissional verificadas, especialmente, entre os Assistentes Sociais vinculados aos trabalhos

de desenvolvimento de comunidade que, na tentativa de adequação de diretrizes e métodos de atuação comunitária às peculiaridades nacionais, passaram a buscar alternativas às respostas oficiais.

A influência dos trabalhos de desenvolvimento de comunidade e suas metamorfoses é objeto da tese de Belfiore (1993). A autora analisa a literatura sobre o desenvolvimento da comunidade, produzida no Serviço Social nas décadas de 70 e 80, demonstrando a vinculação das obras elaboradas com a ideologia das políticas de desenvolvimento vigentes. Ao considerar que o desenvolvimento da comunidade, *tendo nascido como estratégia governamental tem necessariamente como um dos seus agentes o Estado, cuja ação se dá através de programas que expressam políticas governamentais*, suas reflexões demonstram que esta concepção estratégica *predomina naquelas obras que trabalham o desenvolvimento de comunidade como tal e nas suas relações com o desenvolvimento global* (1993: 120).

Ressalta a vinculação das obras elaboradas em conformidade à ideologia das políticas de desenvolvimento vigentes, a questão do desenvolvimento ocupando lugar privilegiado no cenário brasileiro, nos *programas e projetos em curso que se desenvolviam sob a égide (com exceções, é claro) de organismos internacionais que não apenas exerciam influência na sua direção política, mas os apoiavam financeiramente*.

Representativo dessa relação é o papel profissional predominante sob o imperativo da ideologia desenvolvimentista, voltado prioritariamente ao atendimento das demandas oficiais, advindas do Estado, maior empregador do Assistente Social, quanto do próprio patronato. Nesse contexto, a política social percorre, conforme Vieira, um momento de política de controle, *"sempre sustentada pela imperiosa necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se e aceitam*

seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade” (1997, p. 68).

Os aspectos evidenciados formam um conjunto complexo de mediações e de diferentes processos experimentados pela organização profissional que ajudam a explicar as possibilidades e limites do seu movimento no interior das classes sociais. Em especial no Serviço Social, revelam que a regulamentação da profissão, assim como a constituição dos seus parâmetros teóricos, ético-políticos e culturais não podem ser considerados numa perspectiva a-histórica.

Em sua gênese, o Serviço Social é, sobretudo, a dominância do conservadorismo corporativista, sendo que é sob a sua hegemonia e a da racionalidade instrumental que se constituem as linhas de forças que postulam uma perspectiva de ruptura com o conservadorismo. E a pesquisa e a produção de conhecimento não estão desvinculadas dessa dinâmica.

Como sustenta Iamamoto:

a consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionam mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade. Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos. O que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismo (1998, p. 141).

Nessa direção social, a pesquisa criteriosa é salientada como vetor de aproximação às condições de vida e trabalho das classes sociais, com ênfase nas classes subalternas – requisito indispensável para a efetivação dos valores e princípios reconhecidos e defendidos pelo projeto ético-político profissional.

2.2 Agenda sócio-profissional e incorporação de demandas sociais

Uma das vias de mediação para apreender a conformação histórica e a particularidade do Serviço Social no Brasil é a produção de um conhecimento voltado para o atendimento de demandas sociais efetivas refratadas e incorporadas significativamente na área profissional.

A pesquisa que é realizada a partir dessa incorporação de demandas sociais tem como base o compromisso de produzir conhecimentos que atribuem relevância ao indivíduo social, ao coletivo, às necessidades humanas. Socializar os conhecimentos produzidos e o compromisso com a ética profissional se expressa nas áreas temáticas investigadas.

Mas, para ampliar a compreensão dessa predominância de demandas sociais que vão do plano acadêmico à organização política, é preciso remeter a aproximação e a articulação da ANAS e Sindicatos, CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO na condução dos eventos nacionais da categoria, numa direção imersa no movimento vivo e contraditório da sociedade brasileira e nas lutas ideológicas, pautando, também, sob esse ângulo, a confluência que se acentua entre a agenda sócio-profissional e aquelas demandas sociais refratadas e incorporadas nos debates profissionais.

Ressalta-se que as características do mercado de trabalho profissional e das demandas sociais são, conforme Mota:

(...) requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira 'teleologia' dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam (1998, p.25).

Nessa direção, o exame dos temas e eixos dos principais fóruns de debate da categoria profissional, após o Congresso da Virada de 1979, se centrou no estudo e na apreensão do processo de renovação do Serviço Social brasileiro e na sua particularidade, subsidiado ainda pela pesquisa na produção acadêmica e seus nexos com a agenda sócio-profissional. Reconhecendo, portanto, o papel protagonista das entidades de representação da categoria na condução dos eventos nacionais, destacam-se as principais características e tendências dos

debates profissionais e seus vínculos com uma perspectiva teórica de totalidade da sociedade capitalista.

Após o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, de 1979, em São Paulo, marco da luta pela democratização das instâncias profissionais, o IV CBAS foi realizado no Rio de Janeiro (RJ), em 1982, com o tema: *O Serviço Social na realidade brasileira*. Esse Congresso deliberou sobre salário mínimo profissional, plano de classificação de cargos de assistentes sociais servidores públicos federais. O IV CBAS é um marco na projeção da organização sindical dos assistentes sociais e na proposta de construir uma articulação entre as entidades nacionais, inaugurando uma aproximação sem precedentes na história da profissão no Brasil.

O Serviço Social nas Relações Sociais — movimentos sociais e alternativas de políticas sociais foi o tema do V CBAS, em 1985, em São Paulo (SP). Nesse momento, a categoria profissional deparou-se com a explicitação das dificuldades enfrentadas no *marco sociopolítico da autocracia burguesa*. Ressaltada por Netto em sua tese, essa vertente, na década de 80:

tendo recebido ponderável influência do pensamento latino-americano reconceptualizado no final dos anos setenta e o início da presente década, esta vertente tem muito de sua audiência contabilizada ao descrédito político da perspectiva modernizadora e à generalizada crítica às ciências sociais acadêmicas; no entanto, parecem-nos fundamentais, para explicar a sua repercussão, as condições de trabalho da massa da categoria profissional – com sua aproximação geral às camadas trabalhadoras -, o novo público em que se recrutam os quadros técnicos, o clima efervescente do circuito universitário quando da crise da ditadura (envolvendo todos os intervenientes da arena acadêmica) e, principalmente, o quadro sóciopolítico e ideológico dos primeiros anos da década, que conduziu à participação cívica amplos contingentes das novas camadas médias urbanas, com destaque para seus setores técnicos (1991, p. 160).

Nesta linha de interpretação, o debate profissional foi orientado, pelas entidades profissionais, para um conjunto de desafios que se

concretizam na conjuntura brasileira. A organização política dos assistentes sociais se insere, abertamente, como foi discutido no primeiro capítulo, no marco da construção de um novo sindicalismo, concebido a partir da íntima relação das lutas da classe trabalhadora com as lutas democráticas e de resistência à ditadura militar.

O VI CBAS, realizado em 1988, em Natal (RN, teve por tema O Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais.

À luz da análise de conjuntura, direcionou uma reflexão sobre o Serviço Social na contradição capital/trabalho e a inserção do assistente social na conjuntura latino-americana e brasileira. A direção que conquistou expressividade partiu da análise crítica das relações sociais concebidas como relações de classe, de dominação e de tensão entre os interesses antagônicos do capital e do trabalho.

O traço político, imanente e inerente à profissão, foi um ponto polêmico reiterado pelas direções sindicais, que pretendiam avançar no nível de consciência do profissional quanto à construção de um projeto profissional pioneiro e audacioso. Nesse momento, as direções das entidades, em conjunto com o segmento que se apresentava como vanguarda do processo de organização política da categoria, reconheceram o empenho peculiar até então canalizado para a politização dos fóruns profissionais, e, simultaneamente, voltaram-se para as polêmicas desencadeadas pelo prelúdio, mais do que anunciado, de fazer confluir a teorização abrangente com os debates profissionais.

Naquele contexto, ganharam importância conjuntural o tema da Assistência Social pública e privada no país e as demais políticas sociais do Estado e do patronato, bem como o debate sobre as alternativas propostas pelo movimento popular.

O sentido da Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS prevista na Constituição Federal de 1988 dominou o conteúdo programático

do VI Congresso. Avaliada como uma conquista e avanço, a LOAS foi identificada pelo Serviço Social como um imperativo que impulsionaria a investigação e a atualização constantes.

As polémicas sobre o campo da assistência social no âmbito da Seguridade Social ficaram refratadas nos fóruns profissionais na primeira metade da década de 1980 e, desde 1988, estão inscritas explícita e prioritariamente na agenda sócio-profissional⁴⁴.

A sua incorporação na Carta Magna do país tornou-a objeto de obrigatória responsabilidade pública. Conforme Pereira,

a LOAS expressa uma concepção de assistência social que a percebe como fruto da relação de antagonismo e reciprocidade entre Estado e Sociedade, dentro de uma perspectiva histórica (1996, p. 104).

As controvérsias e polémicas que constituem a sua conceituação da assistência social são reveladores de um embate muito maior. No contexto brasileiro, a conjuntura que se afirma a partir da eleição de Fernando Collor de Melo e que se efetiva com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, não vem poupando, na sua orientação macroeconômica, os direitos sociais assegurados na Constituição Federal.

Nesse sentido, o que se desenhou com a incorporação da Assistência Social no capítulo da Seguridade Social representa, como analisa Pereira (1996), uma referência para o seu reconhecimento como um direito de cidadania.

A Assistência Social é um tema representativo e emblemático do que se afirmou anteriormente sobre a confluência anunciada entre a teorização abrangente e os debates profissionais. A sua interpretação

⁴⁴ Reafirmo o papel original do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social da PUC/SP que, desde o início da década de 1980, recoloca a assistência como objeto de investigação, com destaque para a interpretação crítica do seu papel na *trajetória das políticas sociais brasileiras* e dos nexos que a articulam às relações entre o Estado e a sociedade.

assume importância crescente, evidenciando que o Serviço Social brasileiro avança em sua maioridade e profissionalidade. Observa-se que essa discussão apresenta-se permeada pelas análises que levam em consideração a renovação propugnada pelas entidades profissionais quanto a formação profissional, a organização político-sindical e as garantias do exercício profissional.

No VII CBAS, realizado em 1992, em São Paulo (SP), a maturidade do debate político pôde ser dimensionada ao eleger o tema: *Serviço Social e os Desafios da Modernidade: os projetos sócio-políticos em confronto na sociedade contemporânea*.

Nesse Congresso, as entidades profissionais assumiram e priorizaram as temáticas que vinculam a profissão e o sentido da prática profissional às questões sociais, destacando-se o eixo da Seguridade Social – Assistência Social pública e privada, Previdência Social e Saúde Pública – seguido pelos eixos da formação profissional do assistente social e a Ética.

Observa-se que os temas e eixos do Congresso demonstram como a agenda sócio-profissional, que se delineou no pós-70, foi ampliada nos anos 80 e, sobretudo, entrou na década de 1990 conquistando a legitimação de um conteúdo e de uma direção social para a prática profissional do Assistente Social compromissada com a defesa dos direitos sociais, políticos e humanos.

A consolidação de um projeto profissional estratégico vem sendo muito mais do que um avanço, uma conquista, uma vitória conjunta das forças progressistas e anticapitalistas com expressão na categoria. O que significa, conseqüentemente, a exigência permanente de restituir no contexto profissional a predominância de uma racionalidade que afirma, tanto na teoria quanto na prática social, a centralidade do trabalho.

A reestruturação produtiva do capital e suas repercussões no processo de trabalho e o neoliberalismo são respostas que o capital articulou para enfrentar a sua crise de acumulação. No entanto, a sua compreensão sob a forma fenomênica, centrada nos aspectos técnico-científicos e burocrático-administrativos, apresenta-se nos debates profissionais como uma tendência que se liga estreitamente às formulações que advogam o sentido de classe diminuído na sociedade capitalista com a perda da centralidade ontológica do trabalho. As epistemologias que postulam essa perspectiva são apropriadas e mesclam, em certo sentido, o campo de análise teórica configurado como marxista. Essa polémica acentuou-se nos eventos seguintes, ao longo de toda década de 1990.

O VIII CBAS, realizado em 1995, em Salvador (BA), reafirmou a clara posição de denúncia e crítica ao ideário neoliberal tendo pelo tema: *O Serviço Social Frente ao Projeto Neoliberal: em defesa das políticas públicas e da democracia.*

O elenco de problematizações, eixos e sub-temas adotado para as conferências, painéis e comunicações retrata, do ponto de vista da vertente de ruptura com o conservadorismo, o aprofundamento do campo teórico sobre a profissão como objeto de reflexão, distanciando-se das análises endógenas. De outro lado, permanece a “relativa ausência” da tendência de reatualização do conservadorismo. Mas essa constatação não pode ser confundida com a falsa premissa que sugere que essa tendência não mais opera na configuração das linhas de forças que se articulam no interior da profissão frente às demandas sociais e do mercado de trabalho.

Conforme Netto (1991), a reflexão profissional no Brasil desenvolveu, entre as décadas de 60, 70 e 80, três direções principais, a que denominou de perspectiva modernizadora, perspectiva de reatualização conservadora e de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional.

As suas reflexões sobre as vertentes teórico-profissionais intensificam o debate profissional ao projetar que

verificar-se-á o desenvolvimento de uma vertente neoconservadora, inspirada fortemente na epistemologia pós-moderna (...)” e “assistir-se-á um florescimento de vertentes aparentemente radicais, abertamente desqualificadoras da teorização sistemática e da pesquisa rigorosa fundada seja num anticapitalismo romântico de inspiração católica, (...), seja no relativismo mais primário (...). (Netto, 1996, p.127).

Assim, o aprofundamento qualitativo dos debates nos Congressos possibilita apreender a relação e a correlação de forças entre as vertentes que implicam em direções teóricas, ideo-políticas, orientam e modelam as práticas profissionais.

O conjunto das áreas temáticas que se apresenta, por exemplo, no VIII CBAS não pode ser analisado abstraindo-se essa compreensão, a sua diversidade e amplitude. Nesse Congresso, a dilatação da reflexão e da agenda sócio-profissional se traduz na sua programação:

1. Serviço Social na perspectiva da Seguridade Social
 - 1.1 Assistência Social pública e privada
 - 1.2 Saúde pública e privada
 - 1.3 Previdência Social pública e privada
2. Educação, infância e juventude
3. Serviço Social na esfera das relações de trabalho
4. Formação Profissional do Assistente Social
5. O Serviço Social frente às relações de gênero e etnia
6. Dimensão ética da prática do Assistente Social
7. O Serviço Social junto à política de Habitação e Saneamento
8. Movimentos Sociais, urbanos e rurais na atualidade

9. A prática do Assistente Social junto à população idosa
10. Desafios teórico-políticos do Serviço Social frente ao neoliberalismo.

No IX CBAS, realizado em 1998, em Goiânia (Go), o tema aprovado foi *O Serviço Social Rumo ao século XXI - trabalho e projeto ético-político profissional*.

A tônica foi de reafirmação da crítica teórica e política ao neoliberalismo, aos impactos da reestruturação produtiva do capital no âmbito dos processos de produção e do trabalho. Nesse sentido, acentuou-se a defesa da direção social do projeto ético-político profissional.

O evento foi mais uma demonstração da diversidade e amplitude das temáticas que formam o elenco das reflexões profissionais, suas indagações e sistematizações.

De acordo com a apresentação da Comissão Técnica e Organizadora, nos Cadernos de Comunicação, o Congresso recolheu uma expressiva produção intelectual, política e prática do Serviço Social brasileiro, dividida em dois grandes núcleos. O primeiro pôs a discussão sobre: Seguridade Social, Assistência e Previdência; Seguridade e Saúde; Família e Sociedade; Educação, Criança e Adolescente; Idoso e Pessoa Portadora de Deficiência; Questão Urbana e Meio Ambiente; e Questão Agrária, Questão Indígena e Meio Ambiente. O segundo sobre: Relações de Trabalho e Serviço Social; Formação profissional; Ética, Política e Direitos Humanos; Etnia e Gênero; e Serviço Social Rumo ao Século XXI.

O X CBAS, realizado em outubro de 2001, no Rio de Janeiro (RJ), desenvolveu o tema: *Assistentes Sociais contra a desigualdade – Trabalho, Direitos e Democracia no Brasil*.

As principais conferências abordaram os seguintes assuntos: Democracia e Desigualdade no Brasil; Sujeitos Políticos e Movimentos

Sociais no Brasil; Organização Sindical da Categoria; Direitos Humanos, Segurança Pública e Violência; Organização dos Assistentes Sociais na América Latina e Resistência ao Neoliberalismo; Multiculturalismo e Identidade Nacional; Juventude e Projetos Societários no Brasil; Serviço Social e o Poder no Legislativo, Socialismo e Perspectivas para o Brasil; Voluntariado e a Relação Pública x Privada; Questão Social nos Meios de Comunicação; Democracia e Desigualdade na Arte e na Cultura; Serviço Social e o Poder nas Administrações Populares; Alienação, Religiosidade e Serviço Social; Desafios Ético-políticos Profissionais do Serviço Social no Brasil.

Dessa radiografia dos congressos nacionais apreende-se que, com certeza, a Seguridade Social integra a agenda sócio-profissional, e se afirma de tal modo que justifica a realização de Encontros Nacionais de Serviço Social e Seguridade Social no Brasil, com um primeiro evento em 1997 e um segundo em 2000. Os eixos que conduzem esses encontros são: *Afirmando Direitos e Defendendo Conquistas; e Seguridade Social Pública é Possível?*

Nesses Encontros, debatem-se aspectos relacionados a:

- Seguridade Social no Brasil de FHC
- Serviço Social e Seguridade Social
- Política de Seguridade Social
- Gestão, Controle Social, Financiamento e Orçamento
- Processo e Produto do Trabalho do Assistente Social na Seguridade Social
- Questão Social no Brasil
- Seguridade Social nos países do Mercosul
- A relação Estado/Sociedade na Construção da Seguridade Social Pública

- Conceção, Gestão e Controle e Financiamento.

Na medida em que se efetiva a incorporação da Assistência Social na Carta Constitucional de 1988, a sua incidência como objeto de análise é consideravelmente ampliada na literatura profissional.

A tese de Raichelis, publicada em 1998, estuda o movimento que pretende conferir visibilidade ao processo de consolidação da assistência social como um campo de afirmação e ampliação de direitos sociais, inscrito na agenda estatal no plano da responsabilidade pública. A autora focaliza a análise da assistência social a partir dos processos recentes de sua configuração como política pública.

A trajetória da organização profissional dos assistentes sociais é realçada, demarcando o giro político-ideológico da década de 80,

momento em que as entidades sindicais da categoria começam a exercer um protagonismo e uma incidência que superam amplamente seus contornos corporativos e passam a assumir, juntamente com os organismos acadêmicos, papel de direção política e teórica nos espaços coletivos dos assistentes sociais (1998, p. 224).

Assim,

o enfrentamento do conservadorismo profissional no âmbito do serviço social teve como mediadores ativos as entidades acadêmicas e corporativas da profissão, que lutaram pela hegemonia política a partir de um arco de alianças à esquerda, estabelecendo um vetor de ruptura com o denominado serviço social tradicional, por meio dos esforços de construção de novas bases de legitimidade para a profissão junto às classes subalternas da sociedade" (p.224).

Raichelis considera em suas análises que, na década de 90, o agravamento da crise social no quadro de fortalecimento do projeto neoliberal, que aponta para o retrocesso das questões sociais, repercute no enxugamento das políticas de proteção social. A perspectiva que assume o conjunto CFESS/CRESS é a da participação dos assistentes sociais nos fóruns e conselhos de discussão,

formulação e controle social das políticas públicas, como linha programática estratégica, afirmando o compromisso das entidades da categoria.

Nesse quadro mais amplo do debate acadêmico e intelectual, destacam-se os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, coordenados pela ABEPSS. Esse fórum assegura, em particular, a comunicação de trabalhos articulados em torno de projetos de pesquisas.

Os encontros realizam-se a cada dois anos e objetivam estimular e divulgar a produção científica de pesquisadores da área de Serviço Social; fortalecer o intercâmbio entre os pesquisadores, debater a política de pesquisa em Serviço Social, bem como refletir sobre a atuação da ABEPSS no desenvolvimento da pesquisa na área de conhecimento.

É possível inventariar os temas das pesquisas apresentadas nesses encontros: o Serviço Social e seus nexos: história, formação, produção de conhecimentos, identidade e prática profissional; reestruturação produtiva e trabalho; Saúde; movimentos sociais, poder local e Serviço Social; Estado e Políticas Sociais; Políticas e direitos sociais – acessibilidade, interesse e processo de negociação; Políticas Sociais no Brasil contemporâneo: Dilemas, perspectivas e desafios; questão social e cidadania; reflexões sobre a nova ordem societária no atual quadro conjuntural; formação profissional, pesquisa e produção de conhecimento em Serviço Social no Brasil; mercado de trabalho do Serviço Social; Serviço Social e formação profissional; questão urbana e poder local; trabalho; Política Social; criança e adolescente; cultura, identidade e práticas sociais; gênero; transformações no mundo do trabalho; processo de trabalho e Serviço Social; Política Social, Previdência e Assistência Social; criança e adolescente; questão agrária e questão urbana.

A constatação empírica do leque diversificado de temáticas e problematizações que compõe a pesquisa na área, expresso nos ENPESS⁴⁵, concorre favoravelmente para a defesa de um enraizamento diferenciado do Serviço Social no debate cultural contemporâneo, mediante a validação da sua produção acadêmico – científica junto às Ciências Sociais⁴⁶.

O Serviço Social, amparado pela compreensão mais ampla do processo de produção de conhecimentos e pela complexidade existente entre formação e exercício profissional, defronta-se com o desafio sempre renovado de construir princípios, diretrizes e objetivos de uma formação profissional vinculada ao movimento real da sociedade.

Seria um equívoco pensar que é possível, no plano restrito do processo de conhecimento, da lógica e da gnosiologia, formular a crítica ao capitalismo sem uma perspectiva de totalidade da sociedade.

Porém, compreender e enfrentar, no plano acadêmico, o debate das determinações ontológicas fundamentais do "*sistema de metabolismo do capital*" possibilita a formulação de uma crítica às

⁴⁵ Registra-se que não se deteve, nesse levantamento, no mapeamento das Convenções da ABEPSS.

⁴⁶ As estratégias que marcam esse processo de validação teórica e produção de conhecimento na área compreende o enfretamento e a luta pela superação de dificuldades e os problemas enfrentados na área, durante as décadas de 70 e 80, identificados a partir de diferentes vetores e origens, por exemplo: número limitado de docentes titulados no Brasil, um dos problemas mais imediatos para a criação de novos cursos; as condições contratuais de trabalho de professores nas unidades de ensino (o que de certa forma modificou-se, mas não necessariamente através da conquista de melhores condições de trabalho); reduzido número de produção com reconhecimento científico; para uma visão ampliada desse período ver: Ammann, Safira, Bezerra. "A Produção Científica do Serviço Social no Brasil". In Revista Serviço Social e Sociedade nº 14. São Paulo: Cortez, 1984. O apoio financeiro a pesquisa. O Serviço Social certamente não compõe as áreas e os centros de pesquisa privilegiados pelos organismos financiadores, o que representou e representa uma prioridade entre as reivindicações da Pós-graduação no Brasil, tendo em vista a ampliação do número de bolsas para área, o apoio a eventos e intercâmbios nacionais e internacionais, financiamento de pesquisas, publicações e subsídios para núcleos e grupos de estudos e pesquisa. Ver também: BONETTI, Dilséa Adeodata. *Produção do Mestrado em Serviço Social da PUC/SP 1974/1987 - Uma Análise*.

vertentes conservadoras e ao pensamento que mistifica teoricamente o real pelo entendimento epistemológico.

Nesse sentido, pode-se inferir da radiografia apresentada que a composição do debate profissional gravita em torno da reflexão crítica sobre a sociedade capitalista, suas transformações e impactos no campo das idéias. E com essa orientação, os indicadores do mercado de trabalho profissional aparecem saturados das determinações econômicas, sociais e políticas. Como analisa Mota:

nestes termos, defendemos a idéia de que a problematização das demandas é uma condição para apreender as mediações que vinculam as 'reais necessidades' do processo de reestruturação produtiva com as exigências do mercado de trabalho profissional. Ao mesmo tempo, constitui-se no passo inicial para a construção dos objetos e objetivos estratégicos da profissão. Mais precisamente afirma a autora que (...) a principal tarefa posta para o Serviço Social, na atual conjuntura, é a de identificar o conjunto de necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais), quer do capital, quer do trabalho, que estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização. Neste caso, é preciso refazer – teórica e metodologicamente – o caminho entre a demanda e as necessidades fundantes, situando-as na sociedade capitalista contemporânea, com toda a sua complexidade. Referimo-nos, particularmente, às necessidades sociais que plasmam o processo de reprodução social. (1998, p.26)

Com essa compreensão, reafirma-se que os temas, eixos, núcleos temáticos, enfim, o múltiplo e heterogêneo elenco de temas priorizados nos fóruns profissionais configura-se como indicadores de uma tendência que vem se acentuando nos eventos. Ou seja, uma tendência que se apresenta pela reflexão crítica sobre as *relações sociais capitalistas, as questões sociais e suas manifestações e o Serviço Social*. E o seu estudo é um veio que possibilita o desvelamento da postura dos profissionais que reivindicam uma direção social estratégica para o Serviço Social.

Pode-se identificar na constituição da agenda sócio-profissional

e dos seus vínculos e confluência com as análises que buscam adensar a produção de conhecimentos na área uma perspectiva da ontologia marxista, uma direção social estratégica que prioriza o debate sobre:

- as relações sociais capitalistas e o Serviço Social;
- a crítica estrutural ao capitalismo e os projetos societários
- crítica ao neoliberalismo e a reestruturação produtiva;
- o Serviço Social e o projeto profissional – processo de renovação;
- a organização profissional – sindical, profissional e acadêmica;
- a ética profissional;
- o Serviço Social e as Políticas Sociais: direitos e cidadania;
- o Serviço Social e a Seguridade Social: Assistência Social, Saúde e Previdência;
- o Serviço Social e a Questão Social – metamorfoses e novas configurações;
- processo de trabalho e Serviço Social.

Verifica-se, portanto, um firme e explícito posicionamento das entidades profissionais que coloca o Serviço Social brasileiro no rumo de uma postura de crítica ao neoliberalismo, reafirmando o seu compromisso com a defesa das políticas e dos direitos sociais. O detalhamento desse posicionamento implicaria em desdobrar as várias ações políticas e deliberações profissionais de defesa das Políticas Sociais como direito e ampliação da cidadania; a intervenção profissional para a inscrição da Seguridade Social: Assistência Social, Saúde e Previdência, na Constituição de 1988; mapear os debates promovidos pelas entidades profissionais e estudantis sobre os

desafios para o Serviço Social e a questão social – metamorfoses e novas configurações.

Entretanto, são indicadores que demonstram, efetivamente, que a agenda sócio-profissional configurada pelos fóruns, debates, pesquisas e produção de conhecimento apresenta, certamente, um duplo movimento. Por um lado, converge com os ideais dos movimentos e das lutas profissionais que jogam na esfera da organização política, da sua estruturação e no papel de seus protagonistas de manter uma ação coletiva. Por outro lado, o seu potencial é, permanentemente, testado para enfrentar o desafio de romper com as análises que sustentam uma relação de indiferença em relação às formas de organização política, aos grupos dirigentes, reforçando as posturas que tendem à burocratização do sistema de organização dos assistentes sociais.

Esse duplo movimento é parte constitutiva do objeto de análise e requer aprofundamento de nível mais analítico, com ênfase na configuração da organização política como via para a produção de conhecimentos.

2.3 A organização política como via para a renovação do Serviço Social

Os aspectos sócio-históricos que medeiam a aquisição de múltiplos saberes e a teorização na profissão demonstram a relevância da investigação sobre a multiplicidade e a pluralidade de tendências, mediante a revisão e o balanço do estado do conhecimento alcançado e acumulado na área.

A revisão crítica de estudos, pesquisas, artigos, etc., pode significar a avaliação do conhecimento já construído e a projeção de

novas problemáticas e, conforme Soares (1989), as pesquisas de caráter bibliográfico, embora se definam, basicamente, como levantamento e avaliação da produção a respeito de determinado tema, a natureza do levantamento e os critérios de avaliação dependem das características do objeto de estudo e dos objetivos que, a partir deles, a pesquisa se propõe a atingir.

Com essa abordagem, a pesquisa de balanço das teses de doutorado defendidas no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP, durante a década de 90, configurou uma riqueza e diversidade de alternativas de estudos, mas, simultaneamente, impôs o seu limite: são obras individuais, produzidas para alcançar uma determinada titulação; os objetivos da pesquisa sofrem condicionamentos e devem responder aos mecanismos, critérios e exigências técnicas, científicas e institucionais que enquadram a produção de conhecimentos acadêmicos.

Por conseguinte, a diversidade e a multiplicidade de temas ressaltaram-se como características dessa produção e demonstram que a pesquisa em Serviço Social mantém e privilegia as temáticas diretamente vinculadas à intervenção profissional, extraíndo destas os objetos, as problemáticas e os enfoques que as fundamentam.

Entretanto, na mesma referência do balanço da produção acadêmica, destaca-se a constituição de uma perspectiva teórica crítica, que tende a romper com a análise interna, endógena, e que se orienta pela explicação das questões sociais a partir da estrutura e base material, produção e reprodução das forças produtivas e das relações sociais capitalistas. São estudos conduzidos pela desmistificação dos enfoques empiristas dos objetos sociais e das posições políticas que ocupam no interior da profissão.

O trabalho acadêmico e político que realizam os profissionais empenhados com a realização de pesquisa e a produção de

conhecimentos de inspiração ontológico-marxista, liga-se aos esforços e aos acúmulos de uma trajetória que concorre para a conquista da autonomia do saber profissional do Serviço Social frente às controvérsias sobre questões teórico-metodológicas, com manifestação na escolha de problemas substantivos e vislumbrando para um conhecimento que prioriza o significado empírico, teórico e histórico das questões sociais e da própria profissão.

Entende-se, nesse campo intelectual, que a possibilidade de uma articulação entre prática profissional e produção teórica se faz pela relevância social do temas e dos objetos de estudo e pelos vários níveis de reflexão que tanto a experiência como as elaborações sistemáticas impulsionam, estimulam e subsidiam. No entanto, é necessário diferenciar esses níveis de reflexão e o produto deles decorrentes em termos de produção de conhecimentos. Assim é que se pode desmistificar a falsa compreensão que advoga simetria e reciprocidade entre a prática profissional e a produção de conhecimento.

A rigor, a relação entre teoria e prática tem como critério de necessidade, utilidade e relevância a práxis social – os dados empíricos e os processos sociais.

Nesse âmbito, a concepção de pesquisa que vai sendo construída, com o suporte dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, não se limita à perspectiva instrumental de produção de conhecimento, colide com as exigências burocráticas e condicionantes do mercado, e não se propõe a atender, estritamente, aos imperativos da carreira docente. A concepção de pesquisa que se afirma visa à elaboração de um pensamento crítico, à problematização e à teorização com compromisso social, questionando as técnicas e a aplicação dos instrumentos considerados em si mesmos.

Essa concepção enfrenta a questão do pluralismo tanto na sua

dimensão política, como na sua relação com a construção do conhecimento do social, que almeja contribuir para a solução e enfrentamento de graves problemas sociais existentes na sociedade. A pesquisa social é desenvolvida com base no compromisso de produzir conhecimentos com relevância para os sujeitos sociais, coletivos e movimentos sociais.

Essas observações são indispensáveis, pois configuram a hipótese de que os reais vínculos da profissão com as tendências do pensamento social, fecundadas pela materialidade e contradições da sociedade capitalista, incidem na validação do seu conhecimento produzido e acumulado, na sua visibilidade social e na permeabilidade da sua teorização.

Sabe-se que a incorporação do marxismo ao Serviço Social é marcada por um processo de tensões e embates políticos. E que a emergência de correntes marxistas na profissão se faz, sobretudo, com o deslocamento do domínio teórico-cultural da tradição positivista e seu ideário conservador.

A tese de doutoramento de Silva, defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP, em 1991, com o título de *Aproximação do Serviço Social à Tradição Marxista: Caminhos e Descaminhos*, expõe uma sistemática reflexão teórica sobre as possibilidades e determinações da introdução do marxismo no Serviço Social brasileiro. A pesquisa empírica apoiada na história de vida de vinte e três assistentes sociais compõe a tese, entrelaçando-se com a compreensão analítica e suas interrogações sobre os caminhos através dos quais os assistentes sociais se confrontam com o pensamento de Marx, como dele se aproximaram e como esta aproximação rebateu no interior do Serviço Social.

Silva⁴⁷ explora rigorosamente os influxos do Movimento de

⁴⁷ Na pesquisa de Silva, parte de sua tese de doutoramento, defendida em 1992,

Reconceituação Latino-Americana no Serviço Social brasileiro e enfatiza a importância da clareza

em relação às tendências da Reconceituação que tiveram expressão no Brasil, aquela que se dirigiu para uma aceitação da tradição marxista foi, efetivamente, mais rejeitada pelos grupos hegemônicos, que as vertentes neo-positivistas e modernizadoras, posto que se afiguravam como um 'desvio' inaceitável frente aos princípios cristãos que marcavam ainda fortemente o ideário profissional. Nesse sentido se explica que o relacionamento dos adeptos do marxismo tenha se voltado para uma articulação mais efetiva com os segmentos profissionais que comungavam das mesmas idéias, em outros países (1992, p.88).

A síntese de Silva sobre o Serviço Social brasileiro no pós-70 apresenta a fecundidade da tradição marxista no processo de renovação profissional, tanto no plano das formulações teóricas, quanto de suas práticas interventivas. Conforme Silva:

no decorrer dos anos setenta, a tensão entre o grupo hegemônico e os assistentes sociais 'dissidentes' tendeu a se aprofundar, embora os movimentos mais gerais da sociedade, no sentido de recuperação da ordem democrática, tenham favorecido um espaço efetivo, no sentido de articulação dos assistentes sociais que se vinculam à tradição marxista. A criação de cursos de Serviço Social ou integração de antigas escolas isoladas no âmbito das Universidades Federais e Católicas, assim como o início de cursos de Pós-Graduação permitiu, não só a convivência dos assistentes sociais com outras áreas do saber, como também o intercâmbio real entre profissionais e docentes de Serviço Social de várias regiões do país. Pode-se, portanto, apontar como uma determinação básica para a emergência de uma organização mais plural do Serviço Social, a vivência e as lutas travadas no campo teórico e no campo político. A forte crise econômica, a reorganização do movimento dos trabalhadores, a luta pela anistia e pela volta ao estado de direito que marcou a sociedade brasileira a partir de meados dos anos setenta, fez com que também os assistentes sociais – de diferentes tendências – revissem suas práticas e se inserissem – também de formas diversas - na 'reatualização' da profissão. Este processo que já se estende por mais de uma década é, ainda, um processo inconcluso, mas no qual já se pode perceber que o Serviço Social

fica demonstrado, ainda, como a militância na esquerda católica, no movimento estudantil, em partidos políticos e outras organizações políticas, vivenciada por vários profissionais, resultou numa via de aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, marcando o seu encontro com as polêmicas que modificaram e diversificaram as tendências nas Ciências Sociais e Humanas.

que vem sendo construído busca ultrapassar as limitações que o marcavam historicamente, tanto no plano das formulações teóricas, quanto de suas práticas interventivas (1992, p.88).

Do ponto vista analítico, é ainda a compreensão desse processo de alterações da profissão que possibilita desvendar sua inerente dimensão política e as suas relações com as complexas ramificações das tendências teóricas, com destaque para as suas características fundamentais e os seus desdobramentos teórico-práticos⁴⁸.

Dessa forma, a pesquisa sobre as modificações que se expressam no processo sócio-histórico de profissionalização do Serviço Social no Brasil, em especial extraída das implicações que podem ser apreendidas do Movimento de Reconceituação Latino-Americano, revela que os processos históricos (associadas às conjunturas), os acontecimentos de caráter sócio-políticos e os movimentos profissionais são as suas determinações essenciais.

No primeiro capítulo desta tese, a análise das modificações operadas no sistema de organização política da categoria e a sua relevância sócio-histórica e política, na particularidade do Serviço Social brasileiro, objetivou apreender o movimento de luta por hegemonia no interior da profissão, configurado a partir do final da década de 70. Neste segundo capítulo, sobrelevam-se os elementos acumulados no âmbito acadêmico que também propiciaram a consolidação de um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo e que investiram de expressividade a direção social adotada de efetivo compromisso social e ético-político da categoria com as lutas do conjunto da classe trabalhadora, com a construção de uma sociedade democrática e socialmente justa.

O início da pós-graduação *stritu sensu* em Serviço Social, com a criação de mestrados, na década de 70, constitui um espaço

⁴⁸ Como já destaquei em outro momento, na literatura profissional esta abordagem é construída por Yamamoto & Carvalho, 1983, por Netto, 1992 e, mais

fundamental para a realização de pesquisas e possibilitou impulsionar na área a produção de conhecimentos. E na medida em que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS assume a articulação da pós-graduação, verificou-se a ampliação dos fóruns para a difusão e comunicação de pesquisas, com destaque para os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS.

É nesse quadro que está situado o Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP. E, certamente, dimensionar a importância do Programa no conjunto da produção científica e acadêmica acumulada pelo Serviço Social é estudar em grande parte a história da origem e o desenvolvimento da Pós-graduação em Serviço Social no Brasil.

A pós-graduação *strictu sensu* em Serviço Social no Brasil tem os seus primeiros atos de institucionalização universitária nos marcos da Lei 5540/68 que alterou a estrutura do ensino superior e implantou a pós-graduação brasileira.

A organização do primeiro curso de mestrado em Serviço Social, em 1971, na PUC/SP viabilizou-se a partir da implementação, em 1967, do Programa de Doutorado Especial, que teve por finalidade preparar e titular docentes e formar um quadro de doutores para a própria instituição.

Do Serviço Social, obtiveram os primeiros graus de doutores: Myriam Veras Baptista, Maria Lúcia Carvalho da Silva, Maria do Carmo Falcão, Maria Terezinha Godinho, Susana A. da Rocha Medeiros, Ada Pellegrine Lemos e Mina Berezovsky.

É importante registrar que a criação do mestrado fez parte da negociação firmada entre a PUC/SP e a Escola de Serviço Social quando de sua integração oficial à Universidade em 1972, processo

que teve início em 1970. A contextualização e a análise desse processo compõem a tese de doutoramento de Bonetti⁴⁹, com importantes depoimentos e expressivas reflexões sobre as dimensões políticas que integraram as negociações entre a reitoria da PUC/SP, a Escola de Serviço Social da Rua Sabará e o MEC.

A institucionalização e ampliação da pós-graduação coordenada pelas unidades de ensino, departamentos/faculdades de Serviço Social não representaram a sua imediata aceitação e aprovação como área de conhecimento pelas agências de fomento. O reconhecimento pelas instituições e fundações de pesquisa, especificamente desde 1978 pelo CNPq, e a legitimação e validação dos conhecimentos produzidos entre as Ciências Sociais e Humanas fizeram parte das lutas e encaminhamentos afirmados nas décadas de 1980 e 1990.

A articulação entre a organização política e a esfera acadêmica foi repensada com o objetivo de obter as condições humanas e materiais requisitadas para a efetiva implementação da pós-graduação na área. A expressão e a incidência da pesquisa ficou retratada em diferentes documentos que possibilitam visualizar a expansão dos cursos no Brasil, os acúmulos e avanços conquistados, as condições de financiamento, a extensão interinstitucional e territorial (convênios), a difusão e publicação, as concentrações e áreas temáticas. Balanços do estado de conhecimento atingido pela área em diferentes conjunturas podem ser recuperados em artigos e relatórios da ABEPSS, dossiês, pesquisas, relatórios e catálogos⁵⁰.

⁴⁹ BONETTI, Dilséa Adeodata. *Produção do Mestrado em Serviço Social da PUC/SP 1974/1987 - Uma Análise*. São Paulo, PUC/SP, 1992.

⁵⁰ Especificamente, as pesquisas identificadas que visaram ao ou utilizaram o balanço sobre a produção do Serviço Social para suas análises foram: BATTINI, Odária. *O Estado das Artes no Serviço Social*. Estudo sobre a construção do conhecimento na prática profissional do Assistente Social. São Paulo: PUC, 1991; BEHRING, Elaine Rosseti. *Política Social e Capitalismo Contemporâneo - Um Balanço Crítico-Bibliográfico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993; BONETTI, Dilséa Adeodata. *Produção de Mestrado em Serviço Social da PUC/SP: 1974/1987 - Uma Análise*. São Paulo: PUC, 1992; NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. Uma

Ao cabo, as representações das unidades académicas, as coordenações dos cursos de Pós-graduação e a ABEPSS conquistaram a liderança das negociações com as agências de fomento, órgãos governamentais e instituições de pesquisa. A articulação entre as entidades profissionais ABEPSS, ANAS e CFESS, já referenciada, acentuou o confronto com o papel do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social -CBCISS quanto à qualificação, à capacitação e à divulgação de documentos de “teorização” sobre o Serviço Social. O seu papel vem sendo, marcadamente, diluído e redefinido desde o final dos anos 70.

Nessa perspectiva de análise, a dimensão política da profissão aparece como *expressão histórica e socialmente concreta, compondo a crítica teórica dirigida ao pensamento conservador e às posturas que restringem, no plano da formação profissional, o domínio de conteúdos que se mostram instrumentalizáveis.*

Santos, em sua tese de doutorado⁵¹, demonstra que *é tão necessário levar em conta o peso desses contextos quanto a consideração dos elementos estruturais da profissão com os quais eles se interrelacionam, compreendendo então a dimensão política do Serviço Social como a síntese concreta de ambos.*

Para a autora, a abordagem, que permite essa compreensão é aquela que

situa a dimensão política da profissão no quadro do significado social da profissão, onde se cruzam as suas particularidades históricas e as determinações do contexto sócio-político em que ela se realiza (1998, p. 31).

Análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, 1991; Setúbal, Aglair. *Pesquisa no Serviço Social: Utopia e realidade*. São Paulo: 1995; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade*. São Paulo: 1993; FARIA, Sandra de. *Serviço Social e o “Mundo do Trabalho” - Balanço da Produção de Mestrado -1990/1995*. São Paulo; PUC, 1997. Outros trabalhos recorridos foram produzidos através de ABESS/CEDEPESS e pela Associação Latino Americana de Escolas de Trabalho Social -ALAETS/CELATS.

⁵¹ Santos, Cleusa dos. *Reforma/Revolução - Pólos de Tensão na Constituição do Movimento Socialista*. PUC/SP, 1998.

Essa é uma referência analítica significativa, que atesta o adensamento das abordagens contrárias ao pensamento conservador, que veta as contradições e limita a razão ao intelecto, orientando-se pela ideologia do profissionalismo.

A perspectiva analítica marxista sustenta que a conformação de uma agenda sócio-profissional não pode ser um aspecto desconsiderado na pesquisa sobre o movimento de renovação das bases de legitimidade social, pois, efetivamente, evidencia a dimensão política da profissão e a verdadeira condição do profissional como trabalhador(a) assalariado(a), embora não diretamente produtivo.

A apreciação desse movimento torna questionáveis as percepções de que as modificações operadas na profissionalidade do Serviço Social brasileiro não se fizeram acompanhadas de mudanças no horizonte da investigação, na escolha das temáticas e nos fundamentos teórico-metodológicos.

Ao contrário, a trajetória da profissão e suas particularidades no contexto brasileiro conferem um peso significativo às mudanças efetivadas nas suas dimensões teórico-práticas, a partir da sua relação com os movimentos políticos e sociais, da sua interlocução com as Ciências Sociais e Humanas e da legitimidade alcançada pela produção de conhecimento acadêmico marcada efetivamente pela multiplicidade de temas e demandas sociais incluídas na literatura profissional⁵².

E, mais precisamente, essa trajetória só se revela plenamente compreensível, quando analisada à luz da sua relação com a Teoria

⁵² Kameyama ao inventariar a produção de conhecimento em Serviço Social, destaca em termos de avanço, "a interlocução interdisciplinar com o conjunto de saberes das Ciências Sociais (notadamente com a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, a Teoria Política, a Economia), incorporando temáticas oriundas desses saberes – movimentos sociais, cidadania, processo de trabalho, identidades culturais, problemáticas de gênero e etnia – e fazendo rebater neles as suas temáticas mais específicas – as novas formas de pobreza, a exclusão social, as políticas assistenciais, processos de mobilização comunitária, etc"

Social de Marx.

A vertente de ruptura com o conservadorismo, ao considerar os fundamentos de uma perspectiva de totalidade nas interpretações do modo de produção capitalista, aprofunda a sua ancoragem nos fundamentos da ontologia do ser social, complexificando os enfrentamentos, no plano da prática profissional, com o pragmatismo e, no plano teórico, com os conhecimentos especulativos e empiricistas, limitados à racionalidade imperante nos fenômenos mais imediatos da sociedade capitalista.

No plano analítico, trata-se, especificamente, das influências do pensamento social que, do ponto de vista político e ideológico, se limita à apologia da sociedade burguesa.

Guerra, ao indagar sobre a relação entre a *instrumentalidade do Serviço Social e o paradigma da racionalidade formal*, enfatiza que

as determinações que compõem na ordem burguesa passam a ser objeto de diferentes teorias sociais que, ao buscarem explicações para os complexos processos que aí se colocam, distinguem-se pela programática adotada: manutenção ou superação da sociedade capitalista. Nesse âmbito, *o positivismo e suas derivações*, fundamentados na identidade entre natureza e sociedade, sancionados pela razão analítica e sustentados por ações instrumentais, colocam-se como os modelos abstrato-ideais da ordem burguesa (1995: p.196).

Portanto, cabe reconhecer que a direção social que se afirma e se consolida nas últimas décadas do séc. XX rompe com um traço predominante na literatura profissional, qual seja o de que, até as décadas de 1950 e 1960, o Serviço Social se configurara institucionalmente organizado, mas com características que revelavam a ausência de fraturas teóricas e políticas.

São as tendências críticas que despontam, dentro e fora dos espaços acadêmicos, a partir da década de 1970 e se aprofundam nas décadas de 1980 e 1990, que progressivamente, vão saturar as várias instâncias de organização da profissão (sindical, profissional e acadêmica) numa direção social que, ao explicitar a dimensão política do Serviço Social, abre um caminho que é divisor na sua trajetória. E, do ponto de vista da teorização profissional, trata-se do processo em que se cruzam e ramificam diferentes influências, mas que se caracteriza, essencialmente, pela conquista de uma maioria intelectual caucionada pelo processo de afirmação acadêmica do Serviço Social e pela constituição de um *corpus teórico* na área.

Foi a partir desse contexto que um conjunto de conteúdos relacionados às Ciências Sociais e Humanas passou a balizar a

formação profissional do Assistente Social, com ênfase nos estudos sobre as diferentes concepções de questão social, os métodos sociológicos, as noções de indivíduo, cultura e sociedade, estrutura das relações sociais e mudanças sociais. Com efeito, esses conteúdos ultrapassavam as fronteiras da formação do Assistente Social, que enfatizava o Serviço Social como uma profissão que se definiria por sua capacidade de intervenção, guiada por objetivos e estratégias apropriadas.

Na verdade, foi sob o signo dessa última especificidade que o Serviço Social se definiu como uma modalidade, uma forma de intervenção na vida social em condições subalternas diante das demais disciplinas e profissões. E, no limite, essa característica condicionou e subordinou o processo de produção de conhecimento da realidade social no Serviço Social à lógica da intervenção, às exigências das instituições sociais que empregavam o Assistente Social e, mantinham o praticismo, privado de conceitos, predominante na intervenção profissional.

O reconhecimento da importância da Universidade para a emergência e desenvolvimento da proposta de renovação do Serviço Social, gestada nas décadas de 1960, 1970 e 1980, coloca-se de maneira inequívoca, sendo continuamente reafirmado no âmbito da reflexão profissional. A instituição acadêmica e o conhecimento científico, certamente, constituem condutos efetivos para o Serviço Social e seus agentes, demarcando o processo de laicização e diferenciação da profissão no sentido de romper com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais (Netto, 1991, p.250).

O Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP foi pioneiro nesse processo que deu concretude à dimensão intelectual da categoria e que se mostra com desdobramentos decisivos na trajetória do Serviço Social brasileiro.

O Serviço Social brasileiro conquista a sua maioria ancorada na compreensão mais ampla do processo de produção de conhecimento e pela complexidade existente entre formação e exercício profissionais. São questões postas pelo processo que cliva o crescente distanciamento com o tradicionalismo, defrontando-se com o desafio sempre renovado de construir princípios, diretrizes e objetivos de uma formação profissional de assistente social vinculada ao movimento real da sociedade.

Na dimensão acadêmica, já é consensual o reconhecimento de que o projeto de formação profissional implementado a partir de 1982 alterou, substancialmente, a concepção de graduação e pós-graduação no Serviço Social, com reflexos na própria Associação Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS⁵³.

As diretrizes curriculares (que partem do balanço do currículo de 1982, seus limites e avanços) para o curso de Serviço Social afirmam que:

a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à:

- apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;

⁵³ Do relatório da Oficina Nacional de Formação Profissional, promovida pela ABESS, em maio de 1995, destaca-se o pequeno trecho: "Objeto de diferentes análises e propostas, a revisão curricular vem fomentando o debate acadêmico e profissional e indica que, a partir da década de 80, os agentes profissionais do Serviço Social construíram uma cultura que é permeada por interesses e questões que dizem respeito ao papel da Universidade na realidade brasileira, a importância da formação profissional na definição de um perfil profissional, aos vínculos entre a prática profissional e as práticas sociais da sociedade. Rompendo com uma visão pretensamente neutra e a-histórica, o processo dos anos 80 pode ser considerado como um marco na formação profissional, posto que imprimiu aos cursos de Serviço Social a exigência de definirem uma direção social e uma capacitação que contemple a totalidade das dimensões

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (2001, Diretrizes Curriculares In Coletânea de Leis e Resoluções).

De fato, a formação profissional, nos últimos vinte anos, foi amplamente redefinida com a introdução de um conjunto de conteúdos priorizados, constituídos, mais recentemente, nos núcleos de fundamentação da formação, conforme as Diretrizes Curriculares⁵⁴. A nova lógica que informa as diretrizes sustenta-se no tripé dos conhecimentos que formam os núcleos de fundamentação da formação profissional: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo do trabalho profissional.

As orientações aprovadas não se restringem a explicitar as *disputas metodológicas*, uma preocupação que se acentua em períodos históricos de crise e de transição [Coutinho (1972), Lukacs (1979), Mészáros (1996)], com os problemas de método e de sua validade metodológica e teórica, preocupação tão cara aos intelectuais pós-modernos.

profissionais, isto é, teórico-prática e ético-política". (ABESS, 1995)

⁵⁴ "Neste sentido, tomamos como referência central de análise as transformações que estão em curso - nas últimas décadas - no padrão de acumulação do capital no âmbito internacional e mais recentemente no Brasil, identificando seus rebatimentos nas novas configurações do Estado e nas redefinições da sociedade civil. Tais alterações se expressam através de um reordenamento econômico, político e cultural que restabelece novas formas de hegemonia burguesa, implicando: na reconstrução das bases de acumulação; na configuração de novas relações de mercado de trabalho; na redefinição do Estado; na redefinição da ação dos sujeitos, no âmbito da sociedade civil. (ABESS, Mimeo, 1995).

Nesse sentido, a crítica ontológica que funda a concepção marxiana reivindica a sua validade pelas condições históricas e não pela defesa dos aspectos que marcam os argumentos do formalismo metodológico. Conforme Mészáros:

assim, uma vez que os argumentos do adversário não podem ser enfrentados no plano de proposições substantivas, o método da 'refutação' assume uma forma inerentemente falaciosa, pois alguns critérios formais arbitrariamente pressupostos são utilizados para rejeitar categoricamente os conceitos essenciais do sistema rival – declarando-os metodologicamente ilegítimos. A abordagem do 'fim da ideologia' – assim como outras teorias do mesmo tipo, tanto antes quanto depois do surgimento desta forma particular de ideologia – exhibe em seu modo de raciocínio este formalismo e apriorismo metodológicos falaciosos, pois deduzem do suposto desvio do adversário em relação a uma regra geral (de 'objetividade científica', 'neutralidade axiológica', 'isenção ideológica' etc.), estipulada mas jamais provada, a insustentabilidade radical de suas proposições substantivas específicas (1996, p. 333- 334).

O pressuposto que se reafirma é o de que o Serviço Social brasileiro já compreendeu e já incorporou nos seus debates que são diferentes as maneiras de conceber a relação entre o movimento da realidade e o processo de produção de conhecimento, bem como são diferentes as teorias sociais que almejam compreender e explicar os processos e determinações da sociedade burguesa.

Assim, as vertentes modeladas pelo pragmatismo, que fundem a ação investigativa com a intervenção profissional, fixam o critério de utilidade prática do conhecimento, problematizadas diante da compreensão de que a explicitação dessa diferença não se faz inteligível em termos estritamente metodológicos, mas deve ser apreendida nas reivindicações hegemônicas e determinações ideoculturais, que influenciam, intelectual e politicamente, a moldagem das direções sociais das tendências que se movem na profissão.

No caminho da exposição, buscou-se explicitar e desenvolver, metodologicamente, parte significativa dos elementos de mediação

que explicitam a hipótese principal afirmada de que, na década de 1990, concorrem para a hegemonia da direção social propugnada no projeto ético-político profissional, a confluência, o enlace e os nexos observados entre a agenda sócio-profissional que pauta a organização política da profissão e a expressividade do pensamento crítico inspirado na tradição marxista.

Da pesquisa realizada, os dados apresentados são relevantes e atestam a perspectiva de que, primeiro, a constituição de um *corpus teórico* redimensiona e institui modificações ao processo de institucionalização e profissionalização do Serviço Social brasileiro; segundo, as tendências que se projetam não são mero reflexo da produção de conhecimentos, da reposição da prática profissional no plano teórico.

O reconhecimento da coexistência de múltiplas tendências parte da identificação das temáticas e dos objetos, dos procedimentos metodológicos e suas proposições - o que não deixa de sinalizar agrupamentos, concentrações temáticas, vieses de análises, tendências teóricas e vertentes metodológicas.

Mas, diante das múltiplas possibilidades de investigação e interpretação, é preciso explicitar que a produção de conhecimentos, como campo de produção simbólica, concorre para a configuração de projetos profissionais e suas representações ídeo-políticas e teóricas.

E, historicamente, o seu enquadramento compreende um contexto cultural muito mais amplo, em que se postulam teses relacionadas à crise da razão, à proeminência de uma epistemologia pós-moderna, a crise do trabalho e de sua centralidade, crise dos projetos societários emancipatórios.

É preciso considerar que o saber profissional tem, na base do conhecimento, a sua imbricação com as tendências que predominam,

nas últimas décadas, nas Ciências Sociais académicas, assim como com as condições e os movimentos que articulam as determinações dos processos societários.

Essas são questões que, no campo da produção simbólica, ocupam uma posição que dá forma às posições que exprimem uma atualização do pensamento conservador e do neoconservadorismo, que assume todo tipo de mistificação teórica e descarta o enfrentamento da subordinação hierárquica do trabalho ao capital como uma questão vital e central para instituir uma alternativa à ordem social burguesa. Um trabalho propriamente político de fazer ver e fazer crer na impossibilidade de superar a dimensão heterônoma do indivíduo social no processo capitalista de trabalho.

A sua projeção reitera um traço de continuidade do conservadorismo, que é se legitimar *"diante da capitulação à espontaneidade imediata da vida social, ao aparecer fenomênico da economia, mas também da confusão – ligada àquela capitulação – entre o especial e o geral, o particular e o universal"* (Coutinho, 1972, p.18).

Sem dúvida, as origens dessa tendência no Serviço Social já foram investigadas por diferentes analistas da profissão, que se defrontaram com suas complexas subdivisões e demonstraram que, do ponto de vista da construção do conhecimento, predomina um processo que tende a dissolver os objetos sociais nas experiências subjetivas e vivências imediatas. Existem "situações" que não se explicam por sua dimensão individual, grupal ou mesmo manifestação conjuntural. Analisá-las implica considerar as questões políticas e económicas, as contradições e os antagonismos, a estrutura mais ampla da vida social e política, as questões estruturais. Existem problemas práticos e teóricos, que fogem à solução individual, assim como suas interpretações e análises.

A reflexão sobre a convergência entre a agenda sócio-profissional e a produção de conhecimento ancorada no domínio das Ciências Sociais e Humanas compreende outras mediações fundamentais, destacando-se a mudança que se verifica nas características e no perfil profissional, sobretudo os dos dirigentes que assumem o sistema CFESS/CRESS. O processo de qualificação académica interfere na conformação de um outro perfil de dirigente que busca enfrentar o ativismo militante. No conjunto, esses elementos favorecem ainda a ampliação da participação dos segmentos ligados à esfera académica no processo de direção da profissão. Uma participação que se torna evidente na década de 1990.

Essa alteração é significativa para o Serviço Social brasileiro e se relaciona com as mediações decorrentes das profundas alterações operadas nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social na última década do século XX.

Nesse sentido, como bem salienta Netto,

as profissões não podem ser pensadas apenas como resultados dos processos sociais macroscópicos – devem também ser tratadas cada como um *corpus* teórico e prático que, condensando projetos sociais (donde as suas inelimináveis dimensões ídeo-políticas), articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais. (...) Se essas determinações são pertinentes, a explicação e compreensão das alterações profissionais, como um só processo analítico, exigem tanto o desvendamento das transformações societárias quanto o exame do complexo da profissão que se quer objeto da reflexão. (1996.p.89).

Apreender os elementos de mediação que constituem os nexos entre a produção de conhecimento e a agenda sócio-profissional possibilita ampliar a compreensão sobre a sua incidência no essencial da atividade profissional do assistente social, na definição das competências profissionais e na conformação de um saber profissional ancorada numa perspectiva de autonomia e de crítica radical ao conservadorismo.

Inevitavelmente, a análise sobre as mutações em curso na sociedade capitalista, numa perspectiva que vá além da aparência fenomênica, assume uma especial importância quando se pretende aprofundar o rompimento com as influências hegemônicas da racionalidade instrumental.

Capítulo 3

Serviço Social brasileiro: nexos entre a produção de conhecimento e a agenda sócio-profissional

3.1 Realidade e conhecimento: racionalidades e implicações sócio-políticas

Como se procurou demonstrar no primeiro capítulo, a incorporação alcançada pela análise histórico-social no Serviço Social afirma-se como um divisor em face das interpretações focalistas e a-históricas das profissões. Nessa perspectiva analítica, a apreensão do significado histórico-social da profissão encontra seus fundamentos nas determinações sócias, políticas, culturais e econômicas predominantes no capitalismo monopolista e pela forma peculiar como se afirma na divisão social e técnica do trabalho e a partir desta.

Além disso, a pesquisa sobre o processo de dimensões sócio-profissionais desenvolvido pelo Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos demonstra um avanço relevante na constituição de um *corpus* teórico que contempla o domínio de um conjunto complexo de conteúdos, subsídio da investigação e da produção de conhecimento. Nesse sentido, fundamenta a crescente sofisticação analítica e o aprofundado rigor teórico-metodológico atingido pela produção acadêmica e intelectual acumulada pela área no Brasil.

Pode-se afirmar, também, como expressão de uma tendência que se acentua há mais de duas décadas, que a teorização acadêmica se consolida e se diversifica, constituindo, ainda que limitada a poucas unidades de formação profissional, um conduto estratégico na projeção de um horizonte teórico-crítico que concebe a formação profissional vinculada à qualificação para a intervenção e para a investigação, rompe com o enquadramento adotado pelo pensamento conservador na análise da profissão, critica a concepção hierarquizada entre realidade, produção de conhecimento e a formação profissional do Assistente Social guiada, exclusivamente,

para a intervenção.

Quando se concebe o inerente e ineliminável carácter político do papel da profissão na divisão social e técnica do trabalho, formula-se uma crítica sistemática ao tradicionalismo doutrinário. Quanto mais se legitima a pesquisa sobre as relações do Serviço Social com o pensamento conservador, maiores e mais adequados são os conhecimentos produzidos sobre as vertentes empiricistas e os seus vínculos com o positivismo e o neopositivismo. E nesse domínio o conhecimento teórico possibilita confrontar e romper, criticamente, com o pragmatismo predominante na profissão.

Ao efetivar o exame sobre as tendências na teorização profissional expressada na produção do conhecimento académico, em especial nas teses de doutorado, os dados permitem reiterar, acerca da profissão, a vigência de uma tendência tradicional que, limitada ao aparecer fenomênico e à imediaticidade da vida social, enfatiza o primado da instrumentalização para a formação e a intervenção profissionais, não ultrapassando, no plano mais abstrato, a superfície da realidade e a descrição das questões sociais e operando com a dissociação entre realidade e conhecimento. Ao recusar uma perspectiva de totalidade, o pensamento conservador confere papel central à disjunção teoria/prática, extraíndo os seus aportes teóricos e fundamentos do estrutural-funcionalismo e da fenomenologia.

Mas compreender o Serviço Social brasileiro contemporaneamente é reconhecer uma outra tendência que advoga uma direcção social estratégica nos marcos da ruptura com o conservadorismo. Como vimos no primeiro capítulo, a sua projecção deriva dos seus vínculos à tradição marxista, da sua noção ampliada e crítica de profissão, demarcando por esse traço os nexos existentes entre o projeto profissional e o projeto societário.

Porém, é necessário ir além dessa constatação para poder

estabelecer qualquer relação entre as tendências dominantes, hegemônicas na teorização profissional, expressadas na produção de conhecimento à luz das estruturas e processos fundamentais da sociedade capitalista.

É importante observar que, posta na ótica da crítica epistemológica, a investigação tende a priorizar o estudo das relações constantes e regulares. Precisamente, converte as relações complexas da realidade objetiva à manipulação técnica e burocrática de dados. Não descurando o dado empírico, quantitativo e qualitativo, entendemos que as análises sobre os objetos sociais, no entanto, implicam diferentes níveis de racionalidade. A verdade é que a identificação da razão humana com a racionalidade imperante nos fenômenos imediatos da sociedade capitalista predomina e concentra-se nas regras, nos meios propícios à instrumentalização do conhecimento sobre a vida social⁵⁵.

Uma indicação decisiva, uma dimensão essencial e necessária, para distinguir as tendências progressistas, conservadoras e reacionárias do pensamento social⁵⁶, é a recorrência às mediações complexas e contraditórias, escapando das especulações homogeneizadoras, diferenciando-se das relações complexas da realidade objetiva, *"(...) do culto do elemento contingente, da apologia fenomênica da vida cotidiana, que esgota(ria) em-si-mesma, sem mediações complexas, todas as possibilidades do gênero humano"*. (Antunes, 1999, p.170).

Na tradição progressista, que constituiu a essência do

⁵⁵ O processo de produção de conhecimento que se contenta em descobrir as relações regulares e constantes entre os fenômenos e a suas leis, conforme Léfèbvre, negligencia expressamente uma grande parte de seu conteúdo em que resta quase que somente a *forma*.

⁵⁶ Conforme Lukács, "a história do pensamento humano nos ensina, com efeito, que toda a filosofia leva a marca profunda de sua época, na sua metodologia, em toda a sua estrutura e até mesmo nas condições que lhe permitiram constituir-se. As inflexões da História provocam, necessariamente, crises na filosofia" (1979, p. 101).

pensamento revolucionário burguês, a racionalidade em elaboração tinha a compreensão do real como "*totalidade submetida a leis e à afirmação da historicidade dos processos objetivos como momentos determinantes*" (Coutinho: 1972, p. 12). Torna-se evidente que a influência da estrutura econômica manifesta-se no domínio da filosofia e no estudo das questões ideológicas. A teoria social caracteriza-se pela exploração da realidade, capta as conexões categoriais reais, e a prioridade ontológica é o fundamento de sua metodologia rigorosamente científica do ponto de vista do conteúdo e do método⁵⁷.

Dos pensadores renascentistas, da filosofia de Hegel⁵⁸, constituem-se os núcleos essenciais do pensamento burguês revolucionário:

o humanismo – teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva; o historicismo concreto – a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; a razão dialética: no seu sentido duplo: o de uma racionalidade objetiva imanente do desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma de unidade dos contrários), e aquele das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias que englobam, superando, as provenientes do 'saber imediato' (intuição) e do entendimento (intelecto analítico) (Coutinho, 1972, p. 14).

Os antagonismos entre progresso e reação, conservadorismo e ruptura deflagram o rompimento da burguesia com a tradição progressista. A categoria da razão dialética é abandonada ou o seu papel no conhecimento da práxis e do homem, limitado. A dissolução da filosofia de Hegel é um marco emblemático da progressiva

⁵⁷ Marx, no Prefácio à *Contribuição à crítica da Economia Política*, (1982), expôs a fundamentação materialista do método, observando que a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução, rastrear a sua conexão íntima e a exposição formula, espelha, adequada e idealmente o movimento real.

⁵⁸ O idealismo objetivo de Hegel enfatiza as construções do espírito, contudo, caracteriza-se pela exploração completamente leal da realidade, uma revelação e a representação desfigurada no plano do pensamento. "Essas construções de aparência mítica são apenas, na verdade, a bruma da filosofia que precede o nascer do sol do conhecimento" (Lukács, 1979, p. 50).

decadência da filosofia e da ruptura conservadora da burguesia com a tradição progressista do pensamento revolucionário burguês.

O pensamento burguês, com os acontecimentos sócio-políticos de 1848, deixa a crítica da realidade em nome do progresso, do futuro, das possibilidades reprimidas e transforma-se numa justificação teórica do existente⁵⁹. Conforme Coutinho (1972), o critério para avaliar uma filosofia do social compreende o modo pelo qual ela apreende, ignora ou mistifica as categorias económicas, que constituem a modalidade fundamental da objetividade humana.

A burguesia, ao romper com a perspectiva progressista, com a tradição revolucionária, sobrepõe à elaboração de um conhecimento objetivo de aspectos essenciais da realidade a deformação ideológica de várias categorias desse processo. Elementos filosóficos são fetichizados num sentido oposto ao originário e elege-se uma teoria do conhecimento que possui um método subjetivo de trabalho associado a uma metodologia objetiva.

Para Lukács (1979), a filosofia do período clássico (capitalismo revolucionário) apresenta o problema da ideologia sob o signo do conhecimento científico (ideologia da ciência). A filosofia do período de transição (capitalismo conservador) traça limites intransponíveis justamente onde termina o conhecimento registrado pelas ciências especializadas (agnóstica). E a filosofia do período imperialista (capitalismo monopolista) aceita esses limites, pretendendo criar uma

⁵⁹ “Em nível histórico-universal, a experiência de 1848 demonstrou os limites reais do projeto sócio-político conduzido pela burguesia – a *liberdade* deve restringir-se à liberdade de concorrer no mercado, a *igualdade* esgota-se na formalidade jurídica e a *fraternidade* se resolve na retórica e no moralismo. O *projeto de emancipação humana*, nestes limites, não desborda o terreno da *emancipação política*, tal como Marx mesmo o vislumbrou em 1844 (Marx, 1969). A partir desse marco, o protagonismo burguês centra-se na conservação da ordem (para a qual concorrem, necessariamente, programas reformistas, tornados especialmente claros depois de 1848) que se veio instaurando sobre as ruínas do Antigo Regime” (Netto in Marx & Engels, Manifesto do Partido Comunista, 1997).

nova ideologia supra-científica ou anticientífica, graças à intuição, novo instrumento do conhecimento.

As contradições – estímulos ao progresso teórico na fase ascendente do pensamento burguês - passam a constituir um limite intransponível à apreensão da verdade objetiva, no período da decadência⁶⁰. O subjetivismo filosófico conduz à negação da verdade objetiva, e a intuição é contraposta ao pensamento racional e dialético como o novo instrumento de conhecimento.

Para o idealismo subjetivo, as coisas são complexos de sensações e representações. Assim, a teoria do conhecimento carrega a sua moral, verte a fabricação de mitos, atribui às construções puras do espírito um papel de realidade na explicação dos fenômenos reais.

A crise da filosofia e a sua tendência do período imperialista negam e destronam a existência, a história e o conhecimento, operando com o pessimismo e o niilismo numa perspectiva a-histórica e/ou anti-histórica. O conhecimento é lógico-formal, a filosofia funda-se no idealismo subjetivo e a fenomenologia é o seu método (empirismo e ecletismo).

O materialismo, a teoria materialista do conhecimento tem como princípio fundamental a admissão de objetos reais existindo exteriormente a nós, aos quais correspondem nossas representações. Para o materialista, é o mundo exterior de que as nossas sensações são as imagens, que é *dado de fato*. Para o idealista, é a sensação que é *dado de fato* e o mundo exterior é declarado complexo de sensações.

Para o agnóstico, a sensação é igualmente *dado imediato*, mas não vai mais além, nem na direção da teoria materialista da realidade do mundo exterior, nem na direção da teoria idealista que considera esse mundo como a nossa sensação.

⁶⁰ Lukács, no texto *Destruição da Razão* (1975), retomando uma indicação de Marx no Prefácio O Capital, analisa o momento progressista do pensamento burguês revolucionário e sua ruptura conservadora. Inscrito nos marcos de 1830 e, definitivamente, após 1848, o período da decadência compreende o movimento conservador de ruptura com a tradição progressista do pensamento social, acentuando ideologicamente os limites do papel da razão no conhecimento e na

No subjetivismo, é a sensação que conduz inevitavelmente à negação da realidade objetiva. No empirismo, todo saber deriva da experiência; e no sensualismo, todo saber deriva das sensações. No agnosticismo, não há conhecimento, ignora-se.

A dialética materialista de Marx e de Engels inclui sem dúvida o relativismo, mas não se reduz a ele, quer dizer, admite a relatividade de todos os nossos conhecimentos não no sentido da negação da verdade objetiva, mas no sentido da relatividade histórica dos limites da aproximação dos nossos conhecimentos em relação a ela (Lukács, 1979, p. 121). Assim, o critério de verdade é o critério da prática social.

O pensamento do período da decadência e da crise apresenta como traço essencial o pensamento fetichizador, um pensamento que não transcende a mera descrição da imediatividade, tem a intuição como vetor do conhecimento e apresenta um completo fechamento na subjetividade. *"A ideologia da filosofia da crise é transformar, mistificando –a, a condição do homem do capitalismo imperialista em uma condição humana geral e universal"* (Lukács, 1979, p. 55).

O caráter conservador do irracionalismo e do agnosticismo deve ser buscado na sujeição de ambos aos limites impostos, na superfície da realidade, pela divisão capitalista do trabalho e por suas conseqüências sociais e culturais. O caráter ideológico deles decorre da capitulação à espontaneidade imediata da vida, ao aparecer fenomênico da economia.

O irracionalismo e o racionalismo formalista são expressões necessárias do pensamento ideológico da burguesia contemporânea. Operam um radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas a simples *regras formais intelectivas* que operam na *práxis manipulatória*. A razão é confundida com o intelecto e a

apropriação humana da objetividade identificada com a manipulação técnica ou burocrática de dados.

A lógica formal veta as contradições e a razão é limitada ao intelecto, atribui como primado do conhecimento a sensação e o pensamento, tendo a matéria e a existência a condição de fatores secundários. A dialética, a história e o humanismo são declarados incognoscíveis, são “falsos problemas”, lançados no terreno da desrazão e do irracionalismo.

Se na filosofia clássica do período ascendente, revolucionário, a nova objetividade capitalista permitia elevar a conceito aquilo que antes só existia como virtualidade, ou seja, a realidade da humanidade como totalidade concreta de complexos teleológicos (fundados no trabalho e em suas objetivações), cujo movimento depende de leis racionais, na filosofia da decadência:

- em lugar do humanismo, surge um individualismo exacerbado que nega a socialidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma ‘coisa’, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana;

- em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata ou uma apologia da positividade, que transformam a história real (o processo do surgimento do novo) em algo ‘superficial’ e irracional;

- em lugar da razão, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas (Coutinho, 1972, p. 17).

O racionalismo formal-estruturalista pretende-se simples epistemologia, simples análise formal dos limites do conhecimento. Se a filosofia clássica era predominantemente ontológica, preocupada com o conteúdo objetivo do mundo, o positivismo agnóstico esvazia a práxis na atividade burocrática e estabelece limites para o

conhecimento.

A miséria da razão, conforme Coutinho (1972), é a expressão teórica — deformada e deformante — do mundo burocratizado do capitalismo, que veta as contradições e limita a razão ao intelecto. Racional passa a ser a práxis moral fundada no conformismo e na aceitação de regras “formais”.

A ideologia do mundo burocratizado reifica a *práxis* manipulatória e a filosofia aceita os limites intransponíveis do conhecimento registrado pelo agnosticismo e advoga uma lógica homogeneizadora, sendo que a *razão se concentra nas regras, nos meios, enquanto abandona como incognoscível o conteúdo e a finalidade da vida e da sociedade* (Coutinho, 1972, p. 60), *que termina por ser desistoricização*.

Objetivos da manipulação, a homogeneização e a previsibilidade visam à identificação da razão humana com a racionalidade imperante nos fenômenos imediatos da sociedade capitalista. No limite, o positivismo clássico e o neopositivismo e o estruturalismo combatem a razão dialética. O positivismo dos estruturalistas converte-se – voluntária ou involuntariamente – em apologia do capitalismo.

A lingüística estrutural (modelo supremo da inteligibilidade dos fatos sociais) e a teoria da comunicação constituem ciências básicas para o estruturalismo⁶¹. O modo de ser da realidade social é semelhante ao da linguagem, enquanto a economia não alcança e não esclarece os fundamentos da subjetividade social: a negação da história, enquanto realidade ontológica, deriva em concepções subjetivistas entre os marxistas. A história como o reino de

⁶¹ No estruturalismo, o modo de ser da realidade é semelhante ao da linguagem. As reflexões de Coutinho (1972) sobre esse modelo ressaltam o evidente processo de projeção do epistemológico (abstração de um elemento) no ontológico - arbitrária transformação desse elemento abstraído em uma entidade fetichizada.

subjetividade, sem processos e estruturas, ou os processos e as estruturas analisados com falsas identificações, uma vez que a dialética histórica é substituída por um positivismo neokantiano.

Enquanto o intelecto empobrece o real (ao dividi-lo, formalizá-lo e reproduzi-lo à pura finitude) a razão tende a apreendê-lo em sua totalidade, como unidade na diversidade, como síntese de conteúdo e forma, como dialética do finito e infinito. A razão, assim, corresponde àquele nível da práxis que definimos como apropriação humana da objetividade (Coutinho, 72, 83).

A dialética (objetividade contraditória do real), a ontologia (como expressão do modo de ser efetivo) e a análise que recolhe as determinações do real articulam uma racionalidade que é histórica e lógica, sistemática e genética.

Na sociologia especializada, cada especialidade possui seu próprio método, toma por principal objeto a irracionalidade fundamental do indivíduo e, conseqüentemente, do conjunto da existência.

Do ponto de vista do método, não há construções que tenham o caráter de hipótese, abrindo perspectivas, mas simples lugares-comuns especulativos que fecham o horizonte longínquo. As condições históricas propiciam o crescimento da crítica cultural do capitalismo, acentuando o papel independente e específico da *"intelligentzia"*⁶².

Enquanto o existencialismo – ao menos sob sua forma primeira – limita-se a esboçar a análise psicológica e fenomenológica de resoluções e de ações individuais isoladas, acrescentando às vezes comentários de ordem moral, ou os exagerando para fazer deles uma ontologia, a análise marxista da história começa precisamente no ponto em que o existencialismo abandona a partida. O marxista começa por examinar como esse caos de atos individuais torna-se um processo objetivo, regido por leis cognoscíveis que denominamos história (Lukács, 1979, p. 127).

⁶² Para Lukács, depois de 1848 expressa-se essa tendência que visa a contrapor-se ao agnosticismo, tendo como finalidade verdadeira impedir o descontentamento engendrado pela crise da filosofia, no período imperialista, de se voltar contra as bases da sociedade capitalista e proceder de tal forma que a *'intelligentzia'* se levante contra a sociedade do imperialismo (1979, p.44).

Lukács, em sua obra *Ontologia do ser social*, (1979), no capítulo “Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”, afirma que, para Marx, a realidade social se apresenta enquanto critério último do ser ou não-ser social de um fenômeno. E discute a função prático-social de determinadas formas de consciência, independente do fato de que elas, no plano ontológico, sejam falsas ou verdadeiras.

Marx repudia a concepção burguesa segundo a qual a economia é uma mera ciência particular, para o qual os chamados fenômenos econômicos puros são isolados das inter-relações complexas do ser social como totalidade e, posteriormente, analisados nesse isolamento artificial, com o objetivo — eventual — de relacionar, abstratamente, o setor assim formado com outros setores isolados de modo igualmente artificial (o direito, a sociologia, etc).

Como mostra Lukács:

Nas ciências sociais, são mais raros os casos de ‘realismo ingênuo’; em geral, as declarações de intenção no sentido de uma fidelidade aos fatos produzem reedições vulgares do empirismo, onde a aderência pragmática aos fatos imediatamente dados exclui da concepção de conjunto certas conexões efetivamente existentes, mas que se apresentam com menor imediatez, com o freqüente resultado de se desembocar numa falsificação objetiva dos fatos fetichisticamente divinizados (1979, p. 23).

Marx, combatendo a supremacia da lógica e da gnosiologia, parte da totalidade do ser, e busca apreendê-la em todas as suas intrincadas e múltiplas relações, no grau de máxima aproximação possível.

A sociedade é analisada como totalidade -

quer tomemos a própria totalidade imediatamente direta de realidades imediatamente dadas, quer seus complexos parciais, o conhecimento imediatamente direto de realidades imediatamente dadas desemboca sempre em meras representações. Por isso, essas devem ser melhor determinadas com a ajuda de abstrações isoladoras. Com efeito, no início, a economia enquanto ciência tomou esse caminho, foi cada vez mais longe no caminho da abstração, até que nasceu a verdadeira ciência econômica, que parte dos elementos abstratos lentamente obtidos para ‘voltar a

fazer a viagem de modo inverso, chegando novamente à população, mas dessa vez não como uma representação caótica do todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas' (Lukács, 1979, p.37)

O método da economia política — que Marx designa como viagem de retorno - pressupõe uma cooperação permanente entre o procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo e sistematizante. Um método que articula observações empíricas e experimentos ideais abstratos, ou relaciona-se em termos empírico/historicistas e torna-se abstrativo/teórico.

Simple e complexo/composto são conexões fundamentais que demonstram que "todo elemento é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto" (Lukács, 1979, p. 39).

A prioridade do ser, a prioridade da produção e reprodução do ser humano em relação a outras funções, em relação ao campo de interações e inter-relações, constitui a tese central do materialismo. Rompendo e combatendo a elaboração de falsas antinomias (positivismo), o método materialista busca captar as conexões categoriais reais, a ineliminável relação entre o econômico e o extra-econômico.

Para Marx o econômico e o extra-econômico convertem-se continuamente um no outro, estão numa ineliminável relação recíproca, da qual porém não deriva, nem um desenvolvimento histórico privado de leis e irrepetível, nem uma dominação mecânica 'imposta por lei' do econômico abstrato e puro. Deriva, ao contrário, aquela orgânica unidade do ser social, na qual as leis rígidas da economia precisamente têm apenas a função de momento predominante (Lukács, 1979, p. 44).

N´O *Capital*, a categoria do valor (teoria do valor) é uma categoria objetivamente central no plano ontológico, categoria que ilumina o que de mais importante existe na estrutura social do capitalismo, ou seja, *o caráter social da produção*. Para Marx, o princípio ontológico do trabalho como categoria se torna o

fundamento de uma metodologia rigorosamente científica que rejeita a eternidade das relações sociais de produção capitalistas e a falsificação das relações de exploração do trabalho pelo capital como natural e universal.

A *práxis* social tem a função de guia e de controle em relação à consciência. Nesse sentido, a reificação, o fetichismo e a alienação são fenômenos de caráter social. As abstrações são extraídas do mundo real, onde o processo global é apreendido de modo diverso dos atos individuais. A prioridade ontológica histórico-social do princípio objetivo é central para Marx: *julgar e analisar o processo global em sua unidade entre essência e fenômeno* (Lukács, 1979, p. 85).

A base real de cientificidade na ontologia materialista são os próprios fatos e suas conexões. Algo distinto da base positivista ou neopositivista, em que se têm categorias manipulatórias construídas abstratamente.

A verificação de um fato é a apreensão de seus nexos, ou seja, é o aprofundamento da relação, da diferença, da oposição e da conexão que existe entre fenômeno e essência.

Lukács alerta que é necessário delinear a crítica de Marx à hierarquia sistemática, à teoria dos sistemas, apontando a diferença dessa perspectiva de teoria do conhecimento com o empirismo anti-sistemático.

Vimos anteriormente, no empirismo, está por vezes contido um ontologismo ingênuo, isto é, uma valorização instintiva da realidade imediatamente dada das coisas singulares e das relações de fácil percepção (Lukács, 1979, p. 28).

O tipo e o sentido das abstrações, dos experimentos ideais, são determinados não a partir de pontos de vista gnosiológicos ou metodológicos (menos ainda lógicos), mas a partir da própria coisa, ou seja, da essência ontológica da matéria tratada.

As abstrações são extraídas do mundo real, onde o processo global é apreendido de modo diverso dos atos individuais. Marx

(...) tem como ponto de partida um vasto processo de abstração, a partir do qual – e por meio da dissolução paulatina das abstrações metodologicamente inevitáveis – abre –se o caminho que conduz o pensamento, etapa após etapa, a apreender a totalidade em sua concreticidade clara e ricamente articulada (Lukács, 1979, p. 42).

Em *O Capital* (Tomo III), diz Lukács (op.cit), Marx apresenta a diferença entre a sua decomposição metodológica de um processo e a decomposição conceptual como reflexo no pensamento de três processos econômicos reais: o capital industrial, o capital comercial e o capital monetário. Destrói a representação imediata do capital enquanto objetividade e a revela como uma relação na qual o modo de ser específico é um processo ininterrupto.

Como Lukács sinaliza, a teoria geral de Marx nos envia ao desenvolvimento essencial do homem que é determinado pela maneira como ele produz.

Mesmo o modo de produção mais bárbaro ou mais alienado plasma os homens de determinado modo, um modo que desempenha nas inter-relações entre grupos humanos - ainda que essas possam aparecer imediatamente como 'extra-económicas' – o papel decisivo em última instância. (Lukács, 1979, p. 73)

Para a dialética materialista, o fenômeno é sempre algo que é e não algo contraposto ao ser. A ilusão de autonomia dos indivíduos resulta da causalidade das condições de vida para o indivíduo na sociedade capitalista. Está posto o nexos indissolúvel entre indivíduo e sociedade.

A análise ontológica, portanto, cria uma situação que parece paradoxal do ponto de vista da lógica e da gnosiologia; quando essa situação é investigada apenas à luz dessas disciplinas, isso pode conduzir e efetivamente conduziu a antinomias aparentemente insolúveis. Ao contrário, considerados em termos ontológicos, essas formas determinadas de interação e inter –

relação do ser social são compreensíveis sem problemas (Lukács, 1979, p. 104).

Ressaltando as características globais do método em Marx, Lukács (1979) nota que a formulação programática da sua tentativa de base, contida no título "Crítica da Economia Política" dado à sua obra, indica que a crítica ontológica ininterrupta e sempre renovada dos fatos, de suas conexões, assim como de sua legalidade e ao mesmo tempo da sua aplicação concreta, constitui pelo menos um dos princípios metodológicos fundamentais.

Segundo o autor, Marx considera indispensável para o processo cognoscitivo as abstrações e as generalizações, assim como igualmente indispensável lhe parece a especificação dos complexos e das conexões concretas.

Em termos ontológicos, especificação significa exame da incidência de determinadas leis, de sua concretização, modificação, tendencialidade, em determinados complexos concretos. O conhecimento só pode abrir caminho para esses objetos investigando os traços particulares de cada complexo objetivo (Lukács, 1979), dispondo sobre o imbricado processo entre tendências de desenvolvimento gerais-legais e tendências particulares.

Precisamente a fetichização empirista cai na fetichização objetivista e coagulante que se verifica sempre que os resultados de um processo são considerados apenas em sua forma definitiva e acabada, e não também em sua gênese real e contraditória.

Por essa via de construção do conhecimento, a realidade se fetichiza numa irrepetibilidade e unidade imediatas, carentes de conceitos, que muito facilmente podem se transformar num mito irracionalista.

Desse modo, em ambos os casos (racionalismo/empirismo), relações categoriais ontológicas tão fundamentais como

fenômeno-essência e singularidade-particularidade-universalidade são ignoradas, pelo que a imagem da realidade sofre uma excessiva homogeneização, privada de tensões, simplificadora e, portanto, deformante.

Diante das transformações societárias, que não deixam nenhum espaço da vida social intacto, como entender o que se pensa sobre a questão da razão e do conhecimento? Como formula Lessa:

parece, mas é mera aparência, que os pós-modernos teriam razão: nossa existência teria sido dissolvida em um caldo societário no qual apenas a singularidade, o parcial, o momentâneo teria qualquer realidade em-si. Todo o resto, inclusive entre o passado, o presente e o futuro não passariam de mera projeção de nossa ânsia por uma 'razão histórica'. Nunca houve, segundo eles, nada semelhante à continuidade histórica; esta seria mera ilusão resultante de nossa dificuldade efetiva de conviver com a fragmentação (1999, P.46).

No contexto histórico do século XX, na transição da década de 1960 à de 1970, o pós-estruturalismo e, ulteriormente, nos anos 80, a perspectiva pós-moderna⁶³ expressaram as relações complexas e contraditórias entre realidade e pensamento. O debate e as tendências culturais adquiriram outras configurações nas polêmicas sobre a modernidade, a razão instrumental e a razão emancipatória.

A teoria positivista e a tradição marxista são alvos da crítica pós-moderna, que emerge no contexto de uma profunda crise dos movimentos de esquerda, de arrefecimento das lutas sociais e de ofensiva neoliberal do capital. Anderson (1998, p.32) enfatiza que o traço definitivo da condição pós-moderna é a perda da credibilidade das narrativas⁶⁴.

⁶³ Anderson, em *As Origens da Pós-Modernidade* (1998), estrutura uma reflexão sobre os primórdios, a cristalização, a compreensão e os efeitos do que pretende analisar (o pós-moderno) não como idéia, mas como um fenômeno.

⁶⁴ "Para Lyotard, elas foram desfeitas pela evolução imanente das próprias ciências: por um lado, através de uma pluralização de argumentos, com a proliferação do paradoxo e do paralogismo – antecipados na filosofia por Nietzsche, Wittgenstein e Levinas; e, por outro lado, por uma tecnificação da prova, na qual aparatos dispendiosos comandados pelo capital ou pelo Estado

A retórica pós-moderna restaura a crítica conservadora às teorias sociais, sobretudo à teoria social marxiana e à tradição marxista. Considera que a fragmentação do mundo contemporâneo torna o real uma possibilidade relativa e credencia as formas de discurso como linguagens do real, que podem ser decodificadas através de diagnósticos e descrições. Sobre a decodificação do conhecimento é preciso observar que

os pós-modernistas também tendem a aceitar uma teoria bem diferente quanto à natureza da linguagem e da comunicação. Enquanto os modernistas pressupunham uma relação rígida e identificável entre o que era dito (o significado ou 'mensagem') e o modo como estava sendo dito (o significante ou 'meio'), o pensamento pós-estruturalista os vê 'separando-se e reunindo-se continuamente em novas combinações'. O 'desconstrucionismo' (movimento iniciado pela leitura de Martin Heidegger por Derrida no final dos anos 60) surge aqui como um poderoso estímulo para os modos de pensamento pós-modernos. O desconstrucionismo é menos uma posição filosófica do que um modo de pensar sobre textos e de 'ler' textos (Harvey, 1995, P.53).

As representações teóricas pós-modernas limitam-se à descrição de realidades nas suas formas imediatas e fenomênicas. No entanto, entende-se que o carácter essencialmente conservador da crítica pós-moderna funda-se na forma de desqualificar o conhecimento ontológico do real, priorizando a crônica da experimentação e da representação. O pensamento pós-moderno abre para o irracionalismo, para a defesa de consensos intersubjetivos. Travestido de "novo", o conservadorismo intelectual responde e corresponde à lógica do capitalismo. *"O projeto teológico pós-moderno é reafirmar a verdade de Deus sem abandonar os poderes da razão"* (Harvey, 1995, p.47).

As reflexões sobre as tendências presentes no pensamento social, o seu domínio nas questões ideológicas que marcam a vida social, mesmo desenvolvidas numa abordagem sintética e breve,

reduzem a 'verdade' ao desempenho. A ciência a serviço do poder encontra uma

explicitam os referenciais teórico-metodológicos que fundamentam o processo de investigação empírica e norteiam as indagações, problematizações e afirmações sobre o movimento de ruptura e continuidade que engendra a trajetória da profissão e seus traços particulares no Brasil.

Trata-se dos parâmetros que demonstram como está cada vez mais longe o traço antimoderno, de cariz católico, que travejava a origem da profissão que aspirava as idéias cristãs de caridade, virtude e de Homem. Uma influência doutrinária que se tornou anacrônica diante da laicização do Serviço Social. Conforme Netto:

talvez seja preciso recordar que a gênese e o desenvolvimento do Serviço Social de origem católica (que, afinal, parâmetrou longamente o nosso Serviço Social) foram decididamente *antimodernas*: a profissão nasceu e se desenvolveu como parte do programa da antimodernidade, reagindo à secularização, à laicização, à liberdade de pensamento, à autonomia individual etc., não por acaso, a direção social estratégica dominante no seu interior vinculava-se a um projeto social e político que recusava o liberalismo e o socialismo (projetos claramente modernos); vinculava-se a um conservadorismo que, na perspectiva do anticapitalismo romântico, jamais colidiu com engenharias sociais 'orgânicas', de caráter corporativo (1996: p.118).

De fato, a luta contra essa ação profissional, justificada pela articulação do *discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista* (Iamamoto, 1992 p.21) e com forte apelo ao sentimento, ao imediato e à intuição, foi essencial para a laicização e para o exame crítico da influência do pensamento conservador na profissão.

Mas é preciso frisar que, "após" a sua subordinação a rigidez dos dogmas e dos valores da moral, a profissão conheceu o ecletismo teórico e o pragmatismo através da sociologia conservadora norte-americana a partir dos anos 40 e a sua atualização, no pós-64, expressa em mudanças nos discurso, nos métodos de ação, no projeto de prática profissional e na sua aproximação com os

fundamentos da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais.

Nesse sentido, o aspecto crucial que se segue à ruptura com o conservadorismo do Serviço Social é a democratização das relações no interior da categoria, legitimando *o direito à diferença ídeo-política* (Netto, 1996: p.111). Ao se trabalhar com os matizes teóricos e políticos que atestavam as diferenças no corpo profissional foi possível, por exemplo, estabelecer os limites das experiências centradas no desenvolvimento de comunidade realizadas em larga escala no país e que influenciaram, com o seu ideário sobre a noção de comunidade, as reflexões e estratégias de intervenção profissional.

Pode-se bem compreender quando Netto afirma que *nunca será exagerada a significação dessa conquista, num corpo profissional em que o doutrinário católico inseriu, originariamente, uma refinada e duradoura intolerância* (1996: p.111).

Pode-se bem compreender, no plano ideológico e político, a importância dos embates políticos com os traços dominantes da cultura profissional eivada de posturas antidemocráticas e autoritárias.

E no plano teórico e analítico, é possível examinar o modo como o pensamento conservador acentua as polémicas anti-racionalistas e a sua reposição na atualidade pelas polémicas que instauram anti-teóricas, capitalizadas pelos pós-modernos.

3.2 Projeto Profissional Ético-Político: a direção social e suas orientações no sentido de luta por hegemonia

Considerando os desdobramentos do processo de renovação do Serviço Social no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, privilegiou-se, nos capítulos anteriores, a apreensão dos vetores e linhas de forças que propiciaram a consolidação da vertente de ruptura com o conservadorismo. Este processo está inscrito na trajetória profissional e é reconhecível, em especial, na particular modificação desencadeada na luta pela hegemonia política e teórica na arena profissional.

E por essa particular modificação entende-se que o enfoque sobre a luta por hegemonia é central para a análise do objeto, na medida em que se implica às determinações da conjuntura histórica e às particularidades da profissão inscritas *no movimento da sociedade brasileira* (Netto, 1996, p.111). A produção acadêmica como campo de referências ideais é investigada, considerando, igualmente, os parâmetros teóricos, ideológicos e culturais como balizas que entretecem a luta política e a conquista de uma direção social estratégica para o Serviço Social. E que se revela compreensível, no plano analítico, quando observada à luz da sua relação com a Teoria Social de Marx.

Não é muito difícil, partindo da atual configuração institucional, acadêmica e organizacional da profissão na realidade brasileira, desvendar e avaliar que os aspectos problemáticos que estão contidos na recusa do tradicionalismo e na manifesta *intenção de ruptura com o conservadorismo* não se acentuaram, imediatamente, nas formulações que catalisaram o debate da reconceituação do Serviço Social no continente latino-americano.

No Brasil, os registros dos debates na profissão e de suas tendências fundamentais demonstram, por um lado, os rebatimentos, nas formulações que alcançaram repercussão na profissão, de uma época marcante, assim como os influxos das renovadoras interpretações sobre o movimento da sociedade

brasileira⁶⁵. Por outro lado, as revistas, livros, atas de seminários, congressos, etc. registram, genericamente, que a valorização das mudanças na profissão, no contexto da década de 1970, teve como foco principal o debate sobre a polémica compreensão do papel “transformador” da ação profissional, valorizando-a como eixo central para o combate aos mitos cientificistas e aos argumentos que combinavam interpretações claramente ecléticas e estreitamente reformistas.

A superação dessa polémica, nos termos em que ela se manifestou naquele momento, é resultado, em grande medida, dos desdobramentos decorrentes do aprofundamento da abordagem sócio-histórica do Serviço Social, vinculado à crítica ao arcabouço teórico positivista que inspirava a herança conservadora do Serviço Social, assim como à crítica ao marxismo vulgar.

Como se procurou demonstrar, podem-se apreender os reflexos dessa mudança no enfoque teórico que privilegia as determinações macrossociais que engendraram o processo de institucionalização do Serviço Social, ou seja, no eixo de análise desenvolvido sobre a sua profissionalidade implicada com a dinâmica das relações sociais capitalistas.

Na medida em que se avança com o adensamento da produção acadêmica e intelectual, emerge uma alteração significativa no processo de renovação profissional, percorrendo toda a década de

⁶⁵ Para compreender a particularidade da profissão inscrita no “*movimento da sociedade brasileira*” (NETTO: 1996, p.111), deve-se compreender que; nas décadas de 60 e 70, o país foi pensado por seus intelectuais, pelos movimentos sociais, pelos partidos políticos, com reflexões que ampliaram as controvérsias entre os grupos e as classes sociais e influenciaram nas correntes de opinião pública. As interpretações sobre a ‘*formação social brasileira*’ adquirem outra envergadura histórica, destacando-se, por exemplo, as análises de Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Antônio Candido, Florestan Fernandes. São produções científicas e culturais que articulam tendências que criticamente analisam e privilegiam “*o sentido da colonização, o peso do regime escravista e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado*” (IANNI: 1992, P.54)

1980. E com o desafio de repensar a profissão, qualificá-la para o debate académico, desponta uma produção de profissionais, inspirados no marxismo, que coloca em relevo os postulados do pensamento conservador e a problemática direção social impressa à prática profissional marcada pelo empirismo e pragmatismo⁶⁶, que fragmentam, pulverizam, hierarquizam e negligenciam grande parte do conteúdo teórico e cultural presente na ação profissional.

Não por acaso, as polémicas e as tendências que emergem com a teorização profissional conectaram-se, conforme análise nos capítulos anteriores, de imediato com o processo de implantação curricular de 1982, aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Sabe-se que as orientações da formação profissional do assistente social, seus postulados e estruturação académica, foram submetidos à uma ampla revisão crítica, na medida que o conteúdo que predominava era, caracterizadamente, deficiente e insuficiente para uma formação profissional voltada para a intervenção profissional propugnada pelo processo de renovação da profissão, para a investigação e a produção de conhecimentos.

Em 1986, Carvalho, ao analisar o projeto de formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira, salienta o seu significado como um avanço qualitativo inserido no contexto contraditório da Universidade, no país. E ressalta que,

hoje, como uma tendência predominante, a questão da formação e, especificamente, a revisão curricular, nas diferentes escolas e cursos de Serviço Social de norte a sul do país, não é tratada mais como uma mera questão técnico-burocrática de montagem de grades curriculares e, sim, como um projeto educacional num processo de debate, de análise com professores e estudantes e, em muitos casos, com a participação

⁶⁶ Nesse domínio, o pragmatismo é justificado pela utilidade direta da pesquisa social, pelo ideário liberal que legitima estudos, levantamentos e inquéritos factuais e moralizantes. O pragmatismo metodológico, também denominado de instrumentalismo, limita-se a conhecer o significado dos termos, das proposições. E, portanto, revela-se funcional às tendências mais contemporâneas que primam pela lógica simbólica e inter-subjetivas.

efetiva da categoria via organizações representativas. Assim, tem-se hoje, predominantemente, nas Unidades de Ensino de Serviço Social, currículos que buscam efetivar uma nova lógica, embora com limites e dificuldades a serem superadas (1986, p.23),

As reflexões da autora orientam inserir, no processo de construção de uma política de formação profissional, a participação das entidades representativas da categoria. São considerações emblemáticas que traduzem, com fidelidade, momentos específicos da trajetória do Serviço Social brasileiro, desencadeadores de um passo muito mais ousado, qual seja, o de inscrever o tema da formação profissional na agenda sócio-profissional, portanto, constitutiva do projeto profissional. Assim registra Carvalho:

Dentro da perspectiva de uma articulação orgânica das diferentes entidades de Serviço Social, a partir das especificidades de cada uma, vem se procurando desenvolver um trabalho articulado em termos da questão da formação profissional do assistente social, buscando, em diferentes tentativas, uma participação efetiva das distintas entidades da categoria na política da ABESS e no processo de redefinição dos currículos nas diferentes Unidades de Ensino. Este processo de articulação emergente está a exigir a criação de mecanismos que garantam de forma mais efetiva a ampliação do projeto educacional de Serviço Social num trabalho conjunto a ABESS com as entidades representativas da categoria: ANAS, CFAS, Sindicatos, Associações Profissionais e CRAS (Idem, p. 25).

Do ponto de vista do método, as críticas formuladas à herança teórico-metodológica positivista e aos seus paradigmas de intervenção social não negavam a pesquisa empírica, quantitativa, e sua orientação predominante para o desenvolvimento prático. Mas questionavam o suposto de que a base real da cientificidade está nos próprios fatos e nas suas conexões e, conseqüentemente, favoreciam com essa ênfase, a valorização instintiva da realidade imediatamente dada das coisas singulares e das relações de fácil percepção.

Ao sinalizar o empírico, é importante distingui-lo do empirismo.

Isto significa que entender o empírico implica apreendê-lo e analisá-lo não em sua manifestação de per si, mas em sua articulação com a teoria (Quiroga, 1998, p.27).

Foi e continua sendo necessário problematizar o empirismo que parte dos fatos e recusa conexões em abstrato. Lukács (1979) mostra que, sob o signo do conhecimento científico, o empirismo é travestido de categorias manipulatórias construídas abstratamente sobre base positivista ou neopositivista. Os estudos das repetições e regularidades informam a descrição dos fenômenos e, em grande parte, redundam no uso burocrático da pesquisa social e na construção de análises epistemológicas⁶⁷.

É indiscutível que são enormes os esforços dispendidos desde instituições de ensino, entidades representativas da categoria, movimento estudantil do Serviço Social, coletivos e profissionais para dotarem a pesquisa e a produção de conhecimento na área de uma fundamentação teórica que articule teoria e realidade; que favoreça a criticidade em relação às teorias que mistificam o aparente, valorizando o empírico pela descrição dos processos formais.

A compreensão do empírico só pode se dar se sua apreensão ultrapassa o nível de sua manifestação enquanto fenômeno, o que exige uma crítica e uma 'desconfiança' em relação à sua aparência ou às suas interpretações mais usuais. Evidentemente que a desmistificação do aparente e a compreensão das lógicas e processos que lhe são subjacentes implicam o recurso às teorias e à investigação (Quiroga, 1998, p.26)

No plano mais geral, as divergências teórico-metodológicas passam a enquadrar as tendências dominantes que orientam o debate profissional. E, com certeza, são determinantes para avaliar os vetores que passam a constituir a cultura profissional e as suas lutas concretas de ruptura com o conservadorismo, considerando que

⁶⁷ Com outras palavras, Coutinho observa que "(...) ao invés de uma análise do objeto (que depreenda sua racionalidade imanente), o epistemologismo concentra-se na descrição formal dos processos racionais, tendendo necessariamente a estabelecer 'limites' para o conhecimento" (1972, p. 65).

nenhuma profissão é um terreno unívoco, homogêneo, muito pelo contrário, formam um terreno dinâmico de alternativas, onde a correlação de forças, no seu interior, pode-se alterar a favor de projetos profissionais que revelam uma direção social diferente e mesmo antagônica.

No Serviço Social, como se sabe, há alternativas que buscam, na esteira do direito à diferença e à diversidade teórica, conquistar o endosso a propostas que partem de uma ingênua convicção: contestar e contrapor-se ao fato de que uma parcela minoritária da profissão possa conquistar a direção da organização política da categoria e lutar, no seu interior, pela hegemonia de um projeto profissional, com direção social estratégica, para o Serviço Social. São posições que se limitam à denúncia do conservadorismo positivista, rejeitam o "marxismo determinista" e enfatizam falsos dilemas ao advogarem a necessidade meramente instrumental da pesquisa na formação do profissional. Com essa perspectiva, valida-se o ecletismo teórico, o saber-fazer como critério absoluto do saber profissional.

A concentração dessa problemática deixou em segundo plano muitos aspectos importantes da renovação profissional, e que ainda requerem maiores investigações e análises. Basta recordar que o Serviço Social brasileiro traz na bagagem da sua renovação traços acentuados de voluntarismo e, dentre os pontos fortes de suas debilidades, uma certa impermeabilidade à crítica teórica ao positivismo e uma minimização de "*sua invasão no marxismo*".

O Serviço Social "*apropria-se das teorias sociais numa assimilação que não escapa à vulgarização, à codificação, ao esquematismo e ao reducionismo puro e simples da teoria social a um método*". A reflexão de Quiroga⁶⁸ sobre os equívocos e as

⁶⁸ Quiroga (1991) volta-se em seus estudos para a impregnação positivista que

contaminações diversas que marcam as aproximações do Serviço Social com o pensamento social contemporâneo não é válida apenas para apreender os problemas da sua aproximação ao marxismo, precisamente porque retrata a hierarquia social que marca, no domínio da produção simbólica, a validação académico-científica ou não dos conhecimentos produzidos pelas profissões. Posto isso, compreende-se que a análise de Quiroga (1991) possibilite desvendar os problemas que agrupam as concepções de teorias que integram a produção de conhecimentos no Serviço Social não se limita apenas ao estudo das apropriações relacionadas com a teoria social de Marx.

Nessa ótica, é preciso examinar o potencial heurístico de uma tendência mais ampla que se manifesta na produção do conhecimento que, no nível ontológico, trata dos nexos orgânicos entre ciência e ideologia, conhecimento e práxis. São nexos orgânicos porque não se esgotam na relação gnosiológica entre sujeito e objeto e na necessidade do conhecimento objetivo e científico.

No Serviço Social, esse potencial heurístico se faz sentir, em especial, a partir da relação entre a produção científica e os fundamentos que ampliam as bases do processo de formação profissional. Mais claramente a partir da perspectiva adotada de ampliar a capacitação profissional, coloca-se, efetivamente, a necessidade de ampliar a capacidade de investigação e produção de conhecimento em relação à realidade social.

Conforme Quiroga:

Evidentemente que romper com os esquemas positivizados de

mina todas as esferas da vida social e entra no Materialismo Histórico-Dialético. O reconhecimento do seu objeto de análise compreendeu a investigação da relação entre marxismo e positivismo, tendo em vista a influência deste sobre a interpretação de parte do conjunto das proposições de Marx, que estão presentes no conteúdo da disciplina de Metodologia do Serviço Social. Ao examinar a interlocução do Serviço Social com um marxismo assimilado pelo viés positivista, a autora já sinalizava, em suas reflexões, para a necessidade de superação das vulgarizações, determinismo e voluntarismos que se reproduzem sobre o pensamento social de Marx.

estruturação e departamentalização do conhecimento não é tarefa fácil; é igualmente difícil o rompimento com as concepções de ensino e prática de pesquisa que temos internalizadas e que necessariamente se refletem em nossa prática docente. Dotar a formação profissional de uma perspectiva que contemple a criticidade e a construção do universal a partir do particular, do diferente, do diverso e do desigual, talvez fosse uma perspectiva fértil em relação a uma sociedade como a brasileira e em relação a uma profissão como o Serviço Social (1998, p.28).

Sem dúvida, a grande inflexão, fecundada pela consolidação no cenário brasileiro da ruptura com o conservadorismo, relaciona-se com a constituição de uma produção acadêmica influenciada pela tradição marxista, que se colocou no centro da agenda sócio-profissional e por isso também da agenda intelectual. Uma perspectiva analítica da trajetória histórica da profissão, que abarca a sua totalidade, indaga sobre os seus vínculos com uma autêntica relação dialética de continuidade e ruptura, apreendida, centralmente, na contraditória problemática da conservação e renovação.

E, como se procurou demonstrar, é na confluência da produção de conhecimento e com a agenda sócio-profissional que se coloca, mais claramente, para os segmentos que lutam pela democratização nas instâncias de organização profissional, a necessidade de se empreender a luta pela hegemonia no contexto, como um caminho aberto pelos vetores e linhas de forças que emergiram do processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

A trajetória do Serviço Social, no contexto brasileiro, reveste-se de uma particularidade que se torna compreensível quando analisada no marco do processo de rompimento com o conservadorismo e do balanço dos avanços que vêm sendo possibilitados pela contribuição dessa vertente de ruptura na configuração de uma outra cultura profissional a partir das décadas de 1980 e 1990.

Uma particularidade que, à primeira vista, se processa e se

aprofunda quanto mais se torna legítima a incorporação de demandas efetivas socialmente na agenda dos debates profissionais, convergindo com o reconhecimento das políticas sociais, dos movimentos sociais e do processo de trabalho como temáticas da investigação social e da produção de conhecimento. Isso significa que, na medida em que a categoria aponta para uma nova qualidade na intervenção profissional, nos últimos anos, converte e vai transformando o objeto desta em objeto de sua produção de conhecimentos.

Numa perspectiva dialética, trata-se, essencialmente, de uma particularidade que, para sua plena apreensão, supõe a conjunção de um sistema de mediações determinantes, em que se constituem as condições para a instituição de uma nova cultura profissional, fundada em princípios éticos e políticos e orientada para o essencial da luta ideológica contra as desigualdades sociais e o antagonismo de classe, que produzem a chamada “questão social”, matéria-prima da intervenção profissional. São mediações que oferecem o conteúdo de uma orientação que almeja extrapolar os limites da organização corporativa e sindical, evidenciando a condição de assalariado dos assistentes sociais. Nesse sentido, marcam a intensificação da luta contra as orientações burocráticas e antidemocráticas, favorecendo o desenho de projetos profissionais que se revelam permeáveis e compatíveis com projetos societários, remetendo aos influxos da questão partidária no interior da categoria.

Como demonstram Abramides & Cabral (1995), no balanço da organização político-sindical dos assistentes sociais no nível nacional, no período de 1978 a 1988, o protagonismo do coletivo de profissionais que lutou pela rearticulação do movimento sindical da categoria desponta com opções centrais no que diz respeito ao processo de inserção da organização e luta dos assistentes sociais no movimento sindical mais geral e na concepção da estrutura e das

entidades profissionais de forma dinâmica e fundada na democracia interna. Na verdade, ao infirmar as construções lógicas e ideais do significado social da profissão na sociedade capitalista, esse coletivo explicita um traço fundamental da tradição teórica conservadora que é a formalização dos conflitos e das contradições.

Entretanto, como registra a história da organização política da categoria, para conquistar o seu reconhecimento e sua legitimidade entre os assistentes sociais, essa iniciativa teve que ser traduzida, tecida, articulada e fundamentada num projeto profissional muito mais abrangente e mais concreto.

Uma história que, a partir de 1977, aponta para a necessidade de se combater o corporativismo, levando a luta, na prática, *por melhores condições de vida e trabalho, pela garantia do exercício profissional, pela garantia de melhores condições de ensino, conjuntamente com os demais trabalhadores* (Trecho da Carta-Tema: “Nova organização em debate – 1989/1991”, elaborado pela ANAS, em agosto de 1991).

Como foi analisado, somente a partir de uma direção social estratégica que permeie os vários organismos profissionais torna-se possível avançar numa perspectiva que, no limite, enfrente os condicionantes teóricos, ídeo-políticos e culturais que determinam a cristalização e a dissimulação, nos debates profissionais, da dimensão heterônoma com que o pensamento teórico conservador marca os objetivos profissionais, muitas vezes revestidos de uma pseudocientificidade. Se essa não é uma condição peculiar ao Serviço Social, na sociedade burguesa a sua trajetória reforça a sua subordinação social, técnica, intelectual e profissional e determina o seu significado na sociedade capitalista, numa lógica que marcadamente imprime à profissão uma plena “vocação” para o voluntarismo, o espontaneísmo e o pragmatismo.

Também como já foi demonstrado anteriormente, a iniciativa dos profissionais que colocaram questões válidas e relevantes para a análise das limitações da organização dos sindicatos de categoria foi um ato histórico que demarcou os limites das experiências que incidem no erro corporativista e de seu papel e interferência na vida social nacional. Essa percepção da organização profissional desencadeou uma profunda alteração na agenda sócio-profissional, que trouxe em seu conteúdo as contribuições de uma herança histórica, que se iniciou com a organização sindical dos Assistentes Sociais no nível nacional e com a realização do 1º Encontro Nacional de Entidades Sindicais, agosto de 1978, em Belo Horizonte/MG. Essa herança contém implicações que, no campo das mediações entre profissão e sociedade, redimensionam o seu estatuto, na medida em que articula as bases para uma renovação do Serviço Social brasileiro nos seguintes termos:

embora, nossas organizações por categoria possuem o cunho corporativista sua concepção e prática não, levamos a luta por melhores condições de vida e trabalho, pela garantia do exercício profissional, pela garantia de melhores condições de ensino, conjuntamente com os demais trabalhadores. Na prática nossos Conselhos (CFAS/CRAS) imprimem novas diretrizes, como democratização das relações, implementam como tarefa precípua, a concepção de fiscalização não tendo como alvo o profissional mas as instituições empregadoras. A questão da formação profissional hoje objeto de debate e parte do pressuposto que o avanço da formação profissional está na realidade nas unidades de ensino, com revisão dos processos de implantação dos novos currículos. É preciso entender a formação profissional não só como ensino universitário mas também enquanto um processo de conhecimento e análise produzido no cotidiano da prática profissional. Muitos passos já foram dados, porém há muito o que fazer, torna-se necessário que as três entidades ABESS/ANAS/CFAS apontem para o compromisso de estabelecer uma nova forma de trabalho que efetivamente respondam os desafios que impõem a profissão inserida na classe trabalhadora brasileira (Carta Tema/ANAS, 1991)

Nesse sentido a representatividade alcançada pelas entidades profissionais na década de 1980 e, em especial, na década de 1990

desborda o sentido corporativo, conjugando a dimensão sindical, académica e profissional com a análise da conjuntura e da estrutura e vinculando-as aos movimentos e às lutas sociais.

A particularidade brasileira, certamente, impôs a essas iniciativas feições singulares a partir do quadro histórico aberto no Brasil com a crise da ditadura, com os condicionantes impostos à “transição democrática” e, em especial, com o ordenamento constitucional de 1988.

No final dos anos setenta e parte da década de oitenta, nem tudo indicava que, das lutas políticas da categoria profissional, poderia prevalecer um projeto profissional amplo e estratégico que, *“exprimindo a própria inserção do Serviço Social na malha das concretas relações da sociedade brasileira”* (Netto, 1996, p. 108), se afirmaria entrelaçado às tendências da organização política da categoria, das diretrizes para a formação académica do assistente social, com as contribuições da pesquisa e da produção de conhecimentos ancoradas na ontologia marxista e, fundamentalmente, comprometido com o desenvolvimento de uma nova legitimidade social das alterações conquistadas como competências sócio-profissionais.

A incorporação desses aspectos é considerada indispensável para apreender a particularidade que reveste o Serviço Social no Brasil, e, nesse domínio, a investigação realizada demonstra que ainda são enormes os problemas que devem ser enfrentados para a ampliação das suas perspectivas e possibilidades na dinâmica das relações capitalistas no contexto nacional.

Sem dúvida, no quadro das tendências de desenvolvimento da profissão no Brasil, é preciso fazer avançar, com maturidade, a luta pela hegemonia no campo da produção simbólica ligada ao político, que exprime uma direção social estratégica determinada pela ruptura

com o conservadorismo.

Pela racionalidade teórica crítico-dialética a profissão foi concebida como um campo de alternativas e de lutas entre tendências, o que atribuiu outra legitimidade ao movimento de organização sindical da categoria como um vetor capaz de congregar a mais ampla vanguarda política de um projeto profissional coletivo. Longe de qualquer tentativa de construir uma organização e uma “conscientização” homogêneas da categoria, a orientação adotada de forma pioneira pela ANAS foi a de romper com o alheamento das entidades em relação às reais e concretas reivindicações profissionais, assim como com as questões sociais e políticas que marcavam o cenário nacional e internacional.

Com essa perspectiva, a defesa da democratização do debate profissional passou a ser uma exigência para as direções da categoria, assegurando, efetivamente, os mecanismos de sua participação na construção de uma direção estratégica mais complexa e de longo alcance, portanto, na construção de um projeto profissional que não se limita a defender, exclusivamente, as demandas profissionais e seus interesses imediatos.

E para confrontar com o corporativismo e o profissionalismo estreito e despolitizado, assumiu com importância central, como jamais se viu antes, a incorporação, na agenda sócio-profissional, das demandas sociais como direitos sociais que expressam as reivindicações da classe trabalhadora. Nessa dimensão, as entidades profissionais aprofundaram uma política de aliança com amplos setores sociais, políticos e de trabalhadores que tinham e têm como ponto principal a luta pela superação do capitalismo.

Vale lembrar, novamente, que

nenhuma profissão é um todo homogêneo e, entre os assistentes sociais, há disparidades entre liderança intelectual e os setores mais diretamente envolvidos com o ensino e com a atuação no

interior dos órgãos estatais. Há, ainda, a presença de uma vertente mais conservadora, que adota os limites do capital por horizonte histórico – contudo, apesar de todos esses problemas, além do Serviço Social, qual outra profissão traçou como finalidade, expressa no seu Código de Ética, a superação do capitalismo (Lessa, 1998, p. 136).

Essa compreensão de Lessa (1998) adquire significado nas reflexões em curso, na medida em que uma das prioridades assumidas para analisar o Serviço Social brasileiro recaiu sobre um tipo de conhecimento denominado conhecimento científico. Deve-se registrar que, mesmo com o reconhecimento do vínculo indissociável entre conhecimento e práxis, do necessário condicionamento histórico de todo conhecimento, não se opera neste estudo com a perspectiva que identifica o conhecimento em geral com ideologia, uma polémica que atravessa os debates entre marxistas, e não marxistas e que não encontra fácil solução porque reporta a própria noção de teoria.

Do materialismo vulgar, mecanicista às teses de cunho politicista e historicistas se colocam questões sobre a possibilidade de uma representação objetiva (científica) do real. Conforme Coutinho:

na verdade, embora a relação gnosiológica não esgote de modo algum o vínculo entre o sujeito e o objeto (como parece crer o materialismo vulgar), não há nenhuma incompatibilidade entre a possibilidade da ciência (conhecimento objetivo) e a realidade onipresente da práxis (do agir teleológico). Ao contrário: a necessidade do conhecimento científico – de um conhecimento que esclareça os nexos causais (a iniciativa do sujeito) – resulta da própria práxis, e é por ela exigida. É porque precisa realizar eficientemente seu trabalho – digamos a caça – que o selvagem primitivo tem de escolher o tipo de pedra adequado, por suas propriedades objetivas (dureza, etc.), para construir seu machado. Nessa forma simples de práxis, já está contida a possibilidade e a necessidade da ciência. Com novas determinações mais complexas, essa mesma estrutura se reproduz em formas superiores de práxis (1999, p. 194)

Reafirma o autor que

esse nexos orgânico – no nível ontológico – entre ciência e

ideologia, entre conhecimento e práxis, não faz com que as descobertas da ciência, inclusive a social, percam sua objetividade: a lei da queda tendencial da taxa de lucro atua com a mesma objetividade com que atua a lei da gravidade, ainda que – ao contrário dessa – aquela lei resulte da ação de inúmeros projetos teleológicos (subjetivos) singulares e possa ser alterada (se todo o sistema capitalista o for) pela ação de um sujeito humano coletivo e organizado”. (idem: p.104,105).

Essas reflexões iluminam a análise sobre a profissão na medida em que, dentre as tendências presentes no debate e na literatura profissional, manifestam-se posições que contestam a dimensão “científica” dos fundamentos teórico-metodológicos marxistas que embasam o projeto profissional ético-político, desqualificando assim a sua predominância no campo teórico.

Na sua forma aparente e manifesta, essa tendência se limita a reconhecer e a atribuir a existência de uma relação inseparável entre a produção do conhecimento e a luta ideológica por hegemonia, deixando, de forma velada, a sua indagação sobre a validade e a cientificidade do saber profissional elaborado nesse campo da produção simbólica, para responder, com eficácia, às exigências do mercado de trabalho e da prática profissional. Uma postura que vem buscando sustentação, inclusive, nas epistemologias pós-moderna.

É preciso distinguir dessa perspectiva especulativa sobre os vínculos existentes entre a agenda profissional e sua ressonância na academia o reconhecimento conquistado pelas entidades de representação da categoria na condução dos fóruns de debates e eventos nacionais (CBAS, ENPESS, Semana do Assistente Social, Convenções, Assembléias), configurando-os como canais estratégicos de difusão e socialização da produção de conhecimentos acadêmicos e cientificamente acumulados na área.

Com certeza, essa orientação, que vem sendo reafirmada há mais de duas décadas, confere à produção do conhecimento científico um papel central e de base para a construção ideológica de valores,

normas, princípios e parâmetros coerentes com a direção social estratégica do projeto profissional de luta por uma ruptura com o conservadorismo.

Ao tratar da concepção filosófica de Gramsci, Coutinho reitera e deixa explícito que

a particularidade do marxismo, ao contrário, consiste em ser uma ciência que, ao mesmo tempo e conscientemente, serve de base para a construção de uma ideologia, de uma concepção do mundo, de práxis política (1999, p.105).

A convergência que marca o enlaço, na trajetória do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, da vertente de ruptura com o conservadorismo com a Teoria Social de Marx e sua tradição é uma dimensão que valida a luta pela hegemonia em defesa de um compromisso social que ultrapasse as fronteiras do estritamente profissional e que possibilite compreender que, subjacentes às demandas sociais da maioria da população brasileira, reconhecidamente usuária dos serviços sociais e, efetivamente, público alvo das políticas sociais, configuram-se necessidades sociais e humanas.

No geral, é possível inferir que faz parte desse processo a diversificação do perfil dos assistentes sociais quanto à sua formação intelectual e cultural, condições econômicas e sociais e trajetórias de vidas, que passa a interferir, decisivamente, nas suas condições de inserção nos espaços sócio-ocupacionais.

Sem grandes pretensões de análise, é possível observar ainda uma transição no processo de formação que configura uma intelectualidade voltada prioritariamente para a pesquisa e a produção de conhecimentos. Esse processo continua voltado principalmente para a formação e a capacitação de quadros docentes, ligados às agências de formação profissional, mas amplia-se e passa a incluir, expressivamente, as demandas de qualificação apresentadas pelos segmentos ligados à intervenção profissional.

Os balanços publicados dos avanços e do enriquecimento do debate profissional salientam a distância que se acentua na qualidade e na quantidade da teorização profissional, ressaltando-se a contribuição da vertente de ruptura com o conservadorismo na construção de uma literatura profissional com difusão nacional e internacional. A produção acadêmica do Brasil, com os resultados oriundos da efetiva implementação e expansão da pós-graduação *strictu sensu* a partir das décadas de 1970 e 1980, constitui um acervo que conquista relevo inédito de teorização, e que repercute na dinâmica da profissionalidade do Serviço Social no Brasil.

Das produções pioneiras pode se afirmar que possuem um caráter circunstancial e que guardam, indiscutivelmente, uma dimensão histórica e documental. Mas consolidada a implementação de mestrados e doutorados, os seus desdobramentos, na atualidade, são fundamentais para responder às exigências de um trabalho acadêmico e intelectual sistemático, assegurando ao Serviço Social brasileiro o reconhecimento institucional e intelectual de sua investigação e de sua produção fundamentada numa abordagem histórica e mais ampla no tratamento das experiências profissionais, na análise da conjuntura e nas formulações teóricas.

Conforme Netto:

A mais ampla e profunda renovação que o Serviço Social vinha experimentando no Brasil, do ponto de vista da sua auto-representação, nos últimos vinte anos, ganhou ritmo e um significado inéditos a partir de finais da década de 70" (...) "Trata-se de um giro notável, cuja evidência mais perceptível é a interlocução com a tradição marxista. Sem prejuízo das modificações que já estavam em andamento, apelando a matrizes teóricas outras, é a interlocução com o pensamento marxista que confere ao Serviço Social no Brasil a sua carta de cidadania intelectual (Netto Apud, Iamamoto, 1992).

Porque assim compreendidos a trajetória de renovação do Serviço Social no Brasil e o seu amplo significado para a construção

de um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, é que se torna necessário percorrer os caminhos analíticos de muitos atores profissionais que protagonizaram e protagonizam papéis relevantes na profissão, e que, conforme Netto, em grande parte são responsáveis pelo início da superação da histórica subalternidade do Serviço Social e pela vinculação da teorização profissional com os dilemas mais quentes e mais contemporâneos do Serviço Social no Brasil, iluminados por uma razão crítica que nada concede ao conservadorismo e que corrói o voluntarismo infantilista. (Netto apud, Iamamoto, 1992, p.10).

O Serviço Social, como profissão que nasceu e se desenvolveu na órbita do pensamento teórico conservador, é objeto de análise de Iamamoto (1982;1992), que demarca a influência do pensamento conservador europeu franco-belga nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana a partir dos anos 40, e a sua atualização nos pós-64, expressada por mudanças nos discursos, nos métodos de ação, no projeto de prática profissional e na sua aproximação com os fundamentos da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais.

Certamente rompendo com as tendências analíticas sobre a profissão, Iamamoto tece uma reflexão pioneira e intelectualmente de vanguarda sobre o Serviço Social, fecundando o debate crítico e analítico sobre o conservadorismo e os limites do reformismo modernizante.

Para Iamamoto (1992), se a modernização levada a efeito pela instituição se mantém dentro dos marcos do pensamento conservador, representando não mais que a sua atualização, torna-se necessário qualificar o que se entende por ruptura com aquela herança, evitando uma perspectiva maniqueísta e ou particularista na análise da profissão.

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma

procura,

uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento 'interno' da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las (1992: pág. 36 e 37).

Afirma ainda Yamamoto que,

entendida numa dimensão processual, essa ruptura tem como pré-requisito que o Assistente Social aprofunde *a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional*, reconhecendo-a como *polarizada pela luta de classes*. Em outros termos, o profissional é mobilizado na implementação de políticas sociais que trazem no seu bojo interesses divergentes e antagônicos que o exercício profissional, contraditoriamente, reproduz, já que tende a ser cooptado por uma das forças em confronto. Essa compreensão é básica para tornar possível que o Assistente Social faça uma opção teórico-prática por um projeto coletivo de sociedade e supere as ilusões de um fazer profissional que paira 'acima' da história. Isso implica, por sua vez, o *enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural*. (1992: pág. 36 e 37)

De fato, a luta contra a ação profissional que se justificava pela articulação do "discurso humanista, calcado na filosofia aristotélica-tomista" (Yamamoto, 1992) e com forte apelo ao sentimento, ao imediato e à intuição foi essencial para a laicização e para o exame crítico da influência do pensamento conservador na profissão.

Nesse sentido, o aspecto crucial que se segue à ruptura com o conservadorismo é a democratização das relações no interior da categoria, legitimando *o direito à diferença ídeo-política*. Ao se trabalharem os matizes teóricos e políticos que atestavam as diferenças no corpo profissional foi possível, por exemplo, estabelecer os limites das experiências centradas no desenvolvimento de

comunidade realizadas em larga escala no país, e que influenciaram com o seu ideário de comunidade as reflexões e estratégias de intervenção profissional.

A constituição de um leque de questões e novas temáticas que se converteram em objetos de investigação e de diversificação da produção académico-científica e profissional no Serviço Social é um aspecto ímpar das modificações renovadoras da profissão.

A pesquisa de balanço que compõe nossa dissertação de mestrado defendida em 1997⁶⁹, possibilitou conferir que, para o Serviço Social, a implementação da pós-graduação significou a dinamização da pesquisa, a aquisição de um acervo cultural que sedimentou a teorização profissional, promoveu a visibilidade académica, a permeabilidade, a pluralidade e o desenvolvimento de tendências teórico-metodológicas.

Com esse avanço, a teorização profissional conquistou um espaço académico para além do próprio país, porque estabeleceu vínculos com diferentes pesquisadores e instituições de formação profissional e de pesquisa em países latino-americanos e europeus⁷⁰ uma iniciativa académica e profissional que renovou os vínculos com o Serviço Social da Argentina, Uruguai, Peru, Chile entre outros

⁶⁹ Esses dados constam da dissertação de Mestrado: FARIA, Sandra de. *Serviço Social e o "Mundo do Trabalho" - Balanço da Produção dos cursos de mestrado – 1990/1995*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP, 1997. O balanço e a avaliação crítica da pesquisa e da produção de conhecimento na área de Serviço Social, apoiou-se nas dissertações de mestrado produzidas entre 1990 e 1995, classificadas na área de concentração temática "o mundo do trabalho", no âmbito dos programas de pós-graduação da PUC/SP, PUC/RJ, PUC/RS, UFRJ, UFPB, UnB, UFPE e UNESP-França.

⁷⁰ O levantamento de dados sobre os cursos de pós-graduação em Serviço Social e o balanço na produção de mestrado concentradas na temática do "*Mundo do Trabalho*", que constituem a minha dissertação de mestrado, demonstra que, no contexto da produção académica e científica, a profissão assegurou, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, a ampliação (cursos *strictu sensu* e *latu sensu*, mestrado e doutorado) e a expansão (criação de novos cursos em diferentes regiões do país e no estrangeiro) da pós-graduação e diversificou os instrumentos de difusão de teses e dissertações através de publicações (livros, artigos, revistas, anais, *sites*) e comunicações nos eventos/congressos profissionais e de outras áreas, como ANPOCS, SPBC.

países. No continente europeu, ganha relevância o intercâmbio mantido, há mais de uma década, com o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Coimbra e Porto.

É preciso notar que, no Brasil, a constituição de um *corpus* teórico que formula uma crítica sistemática ao pensamento conservador (a tradição positivista e o neotomismo) e aos seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador) influi no processo de laicização e diferenciação da profissão e faz recorrência à tradição marxista⁷¹. O que revela a relevância e proeminência que *"as interpretações de caráter histórico-crítico foram assumindo progressivamente na liderança do debate acadêmico-profissional"* (Iamamoto, 1993, p. 104)⁷².

E, sobretudo, a projeção de um horizonte teórico-crítico que rompe com o enquadramento adotado pelo pensamento conservador e sua concepção tradicional de Serviço Social é

⁷¹ Na revisão crítica da proposta de formação profissional, em 1995, essa diferenciação é reafirmada, considerando que: *"Objeto de diferentes análises e propostas, a revisão curricular vem fomentando o debate acadêmico e profissional e indica que, a partir da década de 19 80, os agentes profissionais do Serviço Social construíram uma cultura que é permeada por interesses e questões que dizem respeito ao papel da Universidade na realidade brasileira, à importância da formação profissional na definição de um perfil profissional, aos vínculos entre a prática profissional e às práticas sociais da sociedade. Rompendo com uma visão pretensamente neutra e a-histórica, o processo dos anos 80 pode ser considerado como um marco na formação profissional, posto que imprimiu aos cursos de Serviço Social a exigência de definirem uma direção social e uma capacitação que contemple a totalidade das dimensões profissionais, isto é, teórico-prática e ético-política"* (Relatório da Oficina Nacional de Formação Profissional, promovida pela ABPESS, em maio de 1995).

⁷² No Brasil, Iamamoto, ao fazer um balanço da produção acadêmica do Serviço Social na década de 80, constata e destaca que: *"Este rumo intelectual e político vem alimentando a conformação de uma nova face para o Serviço Social, distinta da herança de suas origens, seja no campo da produção teórica, seja no campo do exercício profissional, na busca de ampliação de suas bases de legitimidade para além das esferas patronais, no sentido de incorporar interesses e necessidades dos segmentos populacionais subalternizados que são alvo de seus serviços profissionais. Tal rumo é socialmente tributário das lutas acumuladas pela conquista e aprofundamento da vida social - da sociedade e do Estado - no horizonte da democratização não só da política, mas também da economia. Encontra-se aí o alicerce sócio-político que tornou possível e viável o deslocamento das interpretações de cunho estrutural-funcionalista da cena principal do debate profissional, alargando espaços para os questionamentos por*

resultante e, ao mesmo tempo, expressão de uma perspectiva recente no meio profissional que, inspirada na tradição marxista, vem contribuindo para imprimir uma 'feição essencialmente crítica ao Serviço Social (Iamamoto, 1993).

E, se a vertente de ruptura com o conservadorismo ilustra o Serviço Social com o pensamento crítico, com a racionalidade crítico-dialética, com a tradição marxista, os processos de organização política da categoria favoreceram sua projeção, a sua visibilidade intelectual e a sua referencialidade para a construção de um projeto profissional ético-político e histórico-social. A vinculação peculiar entre setores e expressões dos movimentos profissionais e tendências acadêmicas criou as condições para que o Serviço Social brasileiro desse um passo fundamental: ultrapassar as suas fronteiras, demarcar os seus vínculos com os setores progressistas, com as análises marxistas, com os fundamentos da economia crítica a Teoria Política.

Essas pontuações sobre a relação conservação e renovação no Serviço Social brasileiro são resultantes da apreensão, pela investigação empírica e análise teórica, das conexões fundamentais que engendram um processo de luta por hegemonia, que, do ponto de vista teleológico, objetiva-se no projeto profissional ético e ideopolítico e em suas orientações que, indissociavelmente, constituem a sua direção social.

A perspectiva estratégica dessa direção social está amadurecida e destaca-se na expressividade dos compromissos e vínculos da categoria com os movimentos políticos, cívicos e sociais, que criva a sua organização política e a agenda dos debates profissionais.

Na sua teorização e a partir de seu posicionamento teórico-metodológico, sobreleva-se a formulação crítica ao pensamento conservador fundado no conformismo, na aceitação das regras formais e modelador dos paradigmas reformistas de intervenção

social. A incorporação dessa crítica afirma-se como um marco na reflexão profissional e desdobra-se em avanços que marcam sua relação com temas e demandas sociais introduzidos na investigação e na produção de conhecimentos acadêmicos e intelectuais.

O balanço realizado nas teses produzidas, na década de 1990, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP demonstra uma tendência ampla, dada a sua expressividade no contexto da profissão, no Brasil, em que a diversificação temática é reconhecida como avanço no acervo de produção teórica da profissão. Mas possibilita ir além dessa constatação, na medida em que indica que a investigação e a análise das manifestações da questão social ganham uma outra inteligibilidade no universo de representação ideal da profissão quando são problematizadas a partir da base material e produtiva da sociedade capitalista e de sua racionalidade teórica, assim como de suas implicações sócio-políticas.

No plano analítico, são as suas orientações que, ao partirem do reconhecimento das contradições que perpassam o exercício profissional, explicitam a dimensão política da profissão como síntese concreta das determinações históricas e dos seus elementos estruturais.

Sob o signo dessa direção social, o Serviço Social no Brasil, consolida a sua maioria intelectual, com o importante reconhecimento e a validação acadêmica da sua produção teórica, o que, entre outros aspectos, passou a interferir na sua projeção (o seu estatuto e significado social no quadro mais amplo das profissões) e na sua relação com as demais disciplinas da área das Ciências Sociais e Humanas. Como característica significativa, nesse sentido, tem-se a conquista de uma visibilidade e permeabilidade acadêmicas que favorecem a ampliação e o acúmulo de uma literatura profissional, qualificando a fundamentação intelectual e cultural da formação e exercício profissional.

Em síntese, esses são elementos que formam o sistema de mediações determinantes da relação profissão e sociedade, em que, do ponto de vista do método, a investigação da realidade histórica é uma premissa para as elaborações e interpretações da profissão. É uma premissa que subverte o conhecimento, conforme Lukács:

em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria, 'formas de existir, determinações da existência' (Lukács, 1997, p.11).

Considerações Finais

Na introdução, procuramos demonstrar que havia uma relação de continuidade entre a dissertação e a tese que apresentamos ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP, na medida em que as investigações que realizamos priorizaram o balanço da produção do conhecimento ou a produção acadêmica e científica no Serviço Social.

Registramos que, na dissertação, nos limitamos a inventariar a produção de mestrado acumulada no período de 1990 a 1995, e analisamos as tendências que enfatizaram a pesquisa e a reflexão sobre o “mundo do trabalho” - um estudo fundamental que nos possibilitou ampliar as bases de compreensão sobre a institucionalização acadêmica do Serviço Social e mais especificamente apreender os avanços, acúmulos, limites e vieses que caracterizaram a produção de conhecimento na área. A reflexão objetivada na dissertação de mestrado teve como suporte uma ampla investigação que assegurou a recolha de dados expressivos sobre a consolidação da Pós-Graduação em Serviço Social, reveladores de sua ampliação e extensão, de sua diversidade e complexidade em termos de tendências e vertentes teórico-metodológicas.

Com certeza, foi a partir dos estudos realizados durante o mestrado que se revelaram com mais clareza as indagações sobre a relação conhecimento e realidade, indicando-nos a pertinência de prosseguir com a investigação sobre a relação da profissão com a teorização e a produção de conhecimentos.

Assim, o balanço da produção acadêmica das teses defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC/SP colocou-se como

central, considerando o seu reconhecido papel na trajetória do Serviço Social brasileiro e o seu destaque em termos de capacitação profissional, produção acadêmica e intelectual. Do ponto de vista do método, esse balanço pareceu que asseguraria um estudo sobre as inter-relações complexas entre realidade social e conhecimento e os seus impasses se limitados às regras formais, aos meios do conhecimento e à identificação da razão humana com a racionalidade que impera nos fenômenos imediatos da sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, a investigação possibilitaria dimensionar para o Serviço Social o debate e as tendências culturais presentes no pensamento social e o seu domínio nas questões ideológicas que marcaram a vida social.

No entanto, na medida em que fomos cotejando os elementos que atestavam os avanços no âmbito acadêmico - claramente extraídos do balanço na produção de conhecimentos - com o processo de renovação do Serviço Social brasileiro desencadeado no pós-70, observamos que, na trajetória da profissão no nosso país, apresentava-se uma particularidade marcada pelo enlace de duas componentes fundamentais: o conhecimento acadêmico e a redefinição da agenda sócio-profissional.

Pelo estudo sistemático dos avanços conquistados pelo Serviço Social brasileiro desde o final da década de 1970, apreendemos os vetores e as linhas forças que propiciaram uma direção social estratégica na vertente de ruptura com o conservadorismo. No nível analítico, constatamos que a formulação crítica ao papel conservador desempenhado pelo Serviço Social encontrou uma outra inteligibilidade com a contraposição aos enfoques derivados do cientificismo positivista e neopositivista efetivado pelas análises histórico-crítica das profissões modernas.

A partir dessa compreensão, outras dimensões foram

contempladas pela investigação, sob o marco histórico do legado do Movimento de Reconceituação Latino-americano e da organização política da categoria no pós-70 e seus antecedentes.

Para a nossa reflexão, adquiriu significado o exame das novas dimensões teóricas, ídeo-políticas e de ruptura com o conservadorismo, que informaram a iniciativa de segmentos da categoria na busca de uma outra legitimidade social para a profissão, analisada no marco das modificações da dinâmica interna dos movimentos sócio-profissionais e dos seus vínculos e coexistência com os processos e lutas societários.

No Serviço Social brasileiro, verificamos que a maturação de seu processo de renovação apoiou-se no processo de organização política e profissional dos assistentes sociais, sintonizado com a construção de um novo sindicalismo representado na criação da CUT. O que teve como cenário mais amplo as profundas alterações no plano político decorrentes da crise manifesta da ditadura militar e das lutas sociais pela redemocratização do país.

Nesse contexto, a organização sindical da categoria representada pela ANAS e sindicatos conduziu a mais significativa crítica ao conservadorismo que já atravessou a profissão. Mas a ANAS foi muito além no seu papel sindical, na medida em que se legitimou como um instrumento de agregação das linhas de forças e dos vetores que desencadearam uma subversão nas prioridades compostas pela agenda sócio-profissional.

Assim, foi a partir do balanço crítico sobre o estado da arte na área, ligados aos dados relevantes recolhidos da pesquisa documental sobre a organização profissional, dos aportes extraídos de estudos e debates profissionais, da sistematização de subsídios teórico-metodológicos e dos contributos colhidos nas instituições e fóruns de debates em Portugal, que formulamos a hipótese diretriz da tese de

que, na trajetória do Serviço Social brasileiro, configurou-se uma convergência entre a agenda sócio-profissional e a expressividade alcançada pelo pensamento crítico de tradição marxista na produção de conhecimento na área - uma particularidade que, sem dúvida, guardava intersecções e conexões com a organização política da profissão e os seus contornos nos anos noventa, destacadamente com o processo de transição e extinção da ANAS e sindicatos da categoria, com as alterações no complexo Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais (CFESS/CRESS) e as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABEPSS).

Os eixos temáticos dos debates profissionais circunscritos nos fóruns e eventos nacionais da categoria – congressos brasileiros, encontros nacionais e seminários - revelaram que, na trajetória do Serviço Social no Brasil, o alcance das escolhas do passado fundia-se à *opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero* (Código de Ética, 2001, p. 17).

Na reconstituição das características da organização da categoria, sobrelevamos o duplo movimento que marcou a relação entre profissionalidade e organização dos assistentes sociais no Brasil. E, nessa nova lógica, encaminhamos a exposição da pesquisa e os elementos recolhidos que atestavam o papel protagônico dessa última [organização profissional] na articulação das iniciativas que marcaram a conquista da mais significativa crítica ao aportes teóricos e políticos do conservadorismo.

No campo de teorização profissional, demonstramos que a profissão foi analisada no marco de uma outra inteligibilidade, que rompia com a ótica funcionalista das profissões e com as teorias que advogavam a existência de uma estrutura modelar sob o domínio da ideologia do profissionalismo. Noutros termos, pela investigação

interna dos movimentos profissionais dos assistentes sociais e seus vínculos e coexistência com processos e lutas sociais, examinamos a emergência da vertente de ruptura com o conservadorismo e suas contribuições para a renovação do Serviço Social, mediante a interrogação crítica sobre o sistema de saberes que privilegia a fetichização empirista, a irrepetibilidade e unidade imediatas, carentes de conceito, homogeneizadoras e deformantes da vida social.

Mais precisamente, privilegamos a vertente de ruptura com o conservadorismo e o modo como este se efetivou como alternativa na arena profissional ao consolidar uma outra direção social estratégica para o Serviço Social, orientada pelo compromisso e vínculo da categoria com os movimentos sociais, civis e políticos e pela explicitação da dimensão política inerente à profissão como síntese concreta das determinações históricas e conjunturais e dos seus elementos estruturais.

Produção de conhecimento e agenda sócio-profissional no Serviço Social brasileiro revelaram-se entrelaçados e implicados na construção do projeto profissional propugnado pelo segmento da categoria que veio e vem se empenhando na busca de uma outra legitimidade social da profissão. E a manifestação desse enlace, na década de 1990, se deu como parte dos avanços e das conquistas que intensificaram o rompimento com a racionalidade instrumental, que pressupõe a dimensão heterônoma como constitutiva do significado social da profissão, reforçada pelo cientificismo positivista e neopositivista.

A afirmação acadêmica do Serviço Social e a constituição de um *corpus* teórico na área são conquistas renovadoras da profissão, mas é no seu entrelaçamento com a organização política profissional que se revela a sua permeabilidade frente às demandas sociais da direção social que se afirma no marco da ruptura com o conservadorismo. A

consolidação dessa vertente extrapolou o debate e as formulações acadêmicas e penetrou os embates e as disputas profissionais que foram profundamente marcadas pelas definições macro-societárias e pelas tendências de organização sindical predominantes no país nas últimas décadas.

Isso posto, podemos afirmar, por um lado, que a Reconceituação do Serviço Social foi, inquestionavelmente, um movimento latino-americano que favoreceu num outro nível de elaboração teórica a sua institucionalização acadêmica no Brasil. Reconhecido como a matriz originária dos posicionamentos de autocrítica e de questionamentos societários na profissão, foi o marco donde se delinearam os primeiros contornos de uma vertente crítica e progressista, inspirada nas aproximações com a teoria social de Marx e a tradição marxista, elaboradas por setores da categoria no continente, como alternativa ao Serviço Social tradicional.

Por outro lado, o resgate dos pontos de conexão, das confluências e das contradições e limites que marcaram a profissão ofereceu, em seu tratamento, os elementos que possibilitaram apreender que o projeto ético-político profissional foi e é, efetivamente, uma conquista do Serviço Social brasileiro, um projeto original, inédito e não episódico, em decorrência dos seus vínculos com a organização profissional fundada nos princípios da livre e autônoma organização dos trabalhadores, da liberdade e autonomia sindical, da criação de sindicatos classistas e de luta.

Dialeticamente, a distinção dos fenômenos e processos que marcaram a profissão no Brasil no pós-70 revelaram as dimensões centrais e as orientações do projeto ético-político profissional, no sentido da luta por hegemonia, norteadora de outra direção social estratégica.

Assim é que uma parcela da teorização profissional acumulada

na área apareceu em sua conexão com as tendências que predominaram nos vários organismos de representação profissional: precisamente nos nexos observados entre produção do conhecimento e agenda sócio-profissional, nos vetores e nas linhas de forças que conduziram o enfrentamento dos condicionantes teóricos, ídeo-políticos e culturais de cunho conservador, dotando de outra inteligibilidade a questão da gênese e do desenvolvimento do Serviço Social ligados à sua própria legitimidade social.

A sua relevância, contudo, consiste no fato de adensar os estudos e as investigações sobre a profissão e as análises que se voltam para a autêntica relação dialética de continuidade e ruptura reconhecida, no Serviço Social, na contraditória relação conservação e renovação. Processam-se na área do Serviço Social investigações que atestam a fecundidade das abordagens que assumem como horizonte a prioridade ontológica para a afirmação da historicidade dos processos sociais objetivos e do vínculo indissociável entre conhecimento e práxis social.

Referências Bibliográficas

ABENDROTH, Wolfgang. *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa, SOCORRO, M. R. Cabral. *O Novo Sindicalismo e o Serviço Social. Trajetória e Processos de Luta de uma Categoria: 1978 - 1988*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

ABRAMIDES Maria Beatriz Costa, CABRAL Maria do Socorro Reis & FARIA, Sandra. *A organização sindical dos assistentes sociais – uma transitoriedade inconclusa*. X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Rio de Janeiro, outubro. 2001.

ABREU, Marina Maciel e SEMIONATTO, Ivete. *A Situação da Pesquisa em Serviço Social no Brasil – 1990/1996*. In: Cadernos ABESS n.7, *Formação Profissional: Trajetórias e Desafios*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 113- 140.

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. *As Origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

_____. *Os sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. O processo da formação profissional do Assistente Social. São Paulo: Ed. Cortez, 1986. (Cadernos ABESS, nº 1).

_____. *A Produção do Conhecimento e Serviço Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 1992. (Cadernos da ABESS, nº 5).

_____. Diretrizes Gerais para o Currículo do Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro. 1996.

BARBALET. J. M. A Cidadania. Temas das Ciências Sociais. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

BARROCO. Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

BATTINI, Odária. *O Estado das Artes no Serviço Social*. Estudo sobre a Construção do Conhecimento na Prática Profissional do Assistente Social. São Paulo, 1991. Tese (doutorado) – PUC/SP.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política Social e Capitalismo Contemporâneo - Um Balanço Crítico-Bibliográfico*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (mestrado) – UERJ.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. *Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade*. São Paulo. Ed. Cortez, 1993.

BIHR, Alain. *Da grande Noite à Alternativa. O Movimento Operário Europeu em Crise*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1998.

BONETTI, Dilséa Adeodata. *Produção do Mestrado em Serviço Social da PUC/SP: 1974/1987*. Uma Análise. São Paulo, 1992. Tese (doutorado) – PUC/SP.

BONETTI, Dilséa A., SILVA, Marlise V., GONELLI, Valéria M. M. *Serviço Social e Ética*. Um Convite a uma Nova Práxis. São Paulo: Ed. Cortez; Brasília: CFESS, 1996.

- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O projeto de formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. In Cadernos ABESS, n. 1. São Paulo: Ed. Cortez, 1986.
- CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.
- CELATS. *Serviço Social Crítico*. Problemas e Perspectivas. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.
- COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a Miséria da Razão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- _____. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CRESS. 7ª. R. Coletânea de Leis e Resoluções. Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro: Ed. Lidador, 2001.
- DELGADO, Maria Berenice. A Organização Política dos Assistentes Sociais. Revista Serviço Social e Sociedade n,5. São Paulo: Ed. Cortez, 1981, p.39 /43.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.
- _____. Confrontos Teóricos do Movimento de Reconceituação na América Latina. Serviço Social e Sociedade n.24, 1987. p. 49-69.
- FARIA, Sandra de. Serviço Social e o Mundo do Trabalho. Balanço da Produção dos Cursos de Mestrado – 1990/1995. Programa de Estudos Pós-Graduados de Serviço Social da PUC/SP, 1997.

- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 3^o. Edição, 1987.
- FIORI, José Luíz. Os Modernos Falsos. *Folha de S. Paulo*, 03.07.94.
- FREDERICO, Celso. *O Jovem Marx 1843 – 44. As Origens da Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- GARCINDO, Eliane, IOKOI, Zilda Gricoll (org.). *América Latina Contemporânea. Desafios e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.
- GENTILLI, Raquel. *Representações e Práticas*. São Paulo: Veras Editora, 1998.
- GOULDNER, Alvin W. *La crises de la sociologia occidental*. Bueno Aires: Amorrortu Editores.
- GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- HABERMAS, J. *Teoria de La Acción Comunicativa*. Madrid: Tecnos I – II, 1987.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos. O Breve Século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda. *A Renovação Conservadora no Serviço Social. Ensaio Críticos*. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.
- _____. *O Serviço Social na Contemporaneidade. Trabalho e Formação Profissional*. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela, CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social*. Esboço de uma Interpretação Histórico - Metodológica. São Paulo: Ed. Cortez, 1983.

IANNI, Octávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *A Questão Social*. *Revista da USP*, São Paulo: Edusp, 1989.

_____. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *A Produção da Sociedade*. In: *Marx - Sociologia*. São Paulo: Ática, 1988. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

KAMEYAMA, Nobuko. *Catálogo de Teses de Doutorado e Mestrado - Área Serviço Social - 1974 - 1995*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. *A Trajetória da Produção de Conhecimentos em Serviço Social: avanços e Tendências (1975-1997)*. In: *Cadernos ABESS*, n. 8, Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998, p. 33-76.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAURELL, Ana Cristina. *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

LESSA, Sérgio. *Beyond capital: Estado e capital*. In *Serviço Social e Sociedade* n.56, Ano XIX. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

_____. *Em contratempos de obscurantismo*. In. *Revista Inscrita*, ANO II, Nº5. Rio de Janeiro: CEFSS, 1999.

LEROX-VERDÈS, Jeannine. *Trabalhador Social Prática, Hábitos, Ethos e Formas de Intervenção*. Trad. René de Carvalho. São Paulo: Ed. Cortez, 1986.

LUKACS, Gyorg. *Ontologia do ser social*. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Sociais, 1979a.

_____. Existencialismo ou Marxismo. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979b.

_____. El asalto a la razón. La Trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Espana: Instrumento 8 & Grijalbo, 1975.

_____. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: *Ontologia Social, Formação Profissional e Política*. Caderno n.1, NEAM, PUC/SP, 1997, p. 8-64.

MARCUSE, Herbet. *Razão e Revolução*. Trad. Marília Barroso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4º. Ed., 1988.

MARKUS, Gyorgy. *Teoria do Conhecimento no Jovem Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho & Reginaldo di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social Identidade e Alienação*. São Paulo, Ed. Cortez, 1993.

MARTINS, Alcina Maria de Castro. *Gênese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

MARX, Karl, ENGELS F. *A Ideologia Alemã*. (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. O Processo de Produção do Capital. In: _____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas, v. 1).

_____. *Manuscritos Filosóficos de 1844*. Tradução Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1994. (Biblioteca do Marxismo-

Leninismo).

MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O CAPITAL*. Resultados do Processo de Produção Imediata. São Paulo: Ed. Moraes.

_____. *Para a Crítica da Economia Política*. Tradução Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas). p. 2–132.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e Burguesia no Brasil. (origens da autocracia burguesa)*. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

_____. *Sinfonia Inacabada. A política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Ed. Boitempo/UNESP, 1999.

MERQUIOR, José Guilherme. *Michael Foucault ou o Niilismo de Cátedra*. Tradução Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MÉSZARÓS, Istvan. *O Poder da Ideologia*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.

MILLS, Wright C. *A Imaginação Sociológica*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MIGUEL, Walderez Loureiro. *O Serviço Social e a Promoção do Homem*. Um Estudo de Ideologia. São Paulo: Ed. Cortez, 1980.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. Um Estudo sobre as Tendências da Previdência e da Assistência Social Brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

_____. (Org.) *A nova Fábrica de Consensos*. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

NEGREIROS, Maria Augusta Geraldes, MARTINS, Alcina, HENRIQUEZ B. Alfredo & MC DONAOGH, Josefina Figueira. *Serviço Social Profissão & Identidade Que Trajetória?* Lisboa/ São Paulo:

Cadernos do Futuro & Veras Editora, 1999.

NEGREIROS, Maria Augusta G. *As Representações Sociais da Profissão de Serviço Social. Uma análise empírica em contexto autárquico.* Lisboa: ISSSL Investigar o Agir. 1995.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social. Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós - 64.* São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social.* São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

_____. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal.* São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

_____. *Transformações Societárias e Serviço Social. Notas para uma Análise Prospectiva da Profissão no Brasil.* São Paulo: Ed. Cortez, 1996. (Serviço Social e Sociedade, 50).

_____. *A Crítica Conservadora a Reconceptualização.* Revista Serviço Social e Sociedade n.5. São Paulo: Ed. Cortez, 1981, p. 59-75.

_____. *O Serviço Social e a Tradição Marxista.* Serviço Social e Sociedade n.30. São Paulo: Ed. Cortez, 1989, p. 89-102.

_____. In: Marx, Karl & ENGELS. Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista. Prólogo.* São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

PEREIRA, Potyara A. *A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos. Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.* Brasília: Ed. Thesaurus, 1996.

PONTES, Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social. Um Estudo Preliminar sobre a Categoria Teórica e sua Apropriação pelo Serviço Social.* São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

QUIROGA, Consuelo. *Invasão Positivista no Marxismo. Manifestações*

- no Ensino da Metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.
- QUIROGA, Consuelo. *Produção científica e formação profissional – os paradigmas do conhecimento e seu reatamento no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional*. In Cadernos ABESS, n. 6. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.
- RAICHELIS, Raquel. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social. Caminhos da construção democrática*. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.
- RESENDE, Anita C. Azevedo, REZENDE, Marília G. de. *A Produção do Conhecimento em Psicologia da Educação*. Avaliação das Pesquisas no Brasil. Goiás, 1995. Relatório de Pesquisa – UCG.
- RIDENTE, Marcelo. *Classes Sociais e Representação Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 1994. (Questões da Nossa Época, v. 31).
- RODRIGUES, Maria de Lurdes. *Sociologia das Profissões*. Oeiras: Celta Editoras, 1997.
- SANTOS, Cleusa dos. *Reforma/Revolução – Pólos de Tensão na Constituição do Movimento Socialista*. PUC/SP, 1998.
- SHAW, Martin. *Marxismo e Ciências Sociais*. Lisboa: Iniciativas Editoriais. 1975.
- SETÚBAL, Aglair. *Pesquisa no Serviço Social*. Utopia e Realidade. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- SERRA, Rose M.S., *Crise de Materialidade no Serviço Social*. Repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.
- SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil,

influência no Serviço Social. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues. *Aproximação do Serviço Social à Tradição Marxista: Caminhos e Descaminhos*. PUC/SP, 1991.

SOARES, Magda Becker. *Alfabetização no Brasil*. O Estado do Conhecimento. Brasília: INEP – REDUC, 1989.

SOUZA, Luiza Erundina de. Os 25 anos da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo –APASSP. *Serviço Social e Sociedade* n.5, São Paulo; Ed. Cortez, 1981, p. 77-87.

TEIXEIRA, Francisco José Soares, OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva*. Novas Determinações do Mundo do Trabalho. São Paulo: Ed. Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VIEIRA, Evaldo. *Democracia e Política Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

_____. *Estado e Miséria Social no Brasil*. De Getúlio a Geisel. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

_____. *As Políticas Sociais e os Direitos Sociais no Brasil: Avanços e Retrocessos*. Revista Serviço Social e Sociedade n.º. 53. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Poder Político e Resistência Cultural*. Campinas: Ed. Autores Associados, 1998.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade*. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. *Marx e o Método*. São Paulo: Moraes, 1994.

YASBEK, M. Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo, Cortez: 1993.

_____. *Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social*. In Cadernos ABONG Nº. 19. São Paulo, 1997.

_____. Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação em Serviço Social no contexto da reforma da política de ensino superior no Brasil. In: Temporalis, n.1, Reforma do Ensino Superior e Serviço Social, ABEPSS, 2000, p.153-148.

Documentos – Fontes de Pesquisa

Associação Nacional dos Assistentes Sociais. ANAS. Carta –Tema. Nova Organização em Debate. 1989 –1991. Documento elaborado pela Direção. Agosto de 1991.

ANAS. Relatório do Encontro Nacional de Entidades Sindicais. Belo Horizonte, outubro de 1991.

ANAS. Tese para a VI Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais. Diretoria. Goiânia, agosto de 1994.

ANAS. O Novo Brotando do Velho ou a Extinção da ANAS. Tese apresentada na VI Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais.

ANAS. Refletindo sobre a organização dos Assistentes Sociais. Documento apresentado pela Direção, subsidiado pelas teses, elaboradas para a V ANAS, pelos Sindicatos de Goiás e

Pernambuco.

ANAS. Relatório da VI Assembléia Nacional Sindical do Assistentes Sociais. Brasília, setembro de 1994.

Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. ABESS. Documento elaborado pela Diretoria para subsidiar o debate sobre a proposta de uma Entidade Única de Assistentes Sociais do Brasil, 1991.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Relatório da Oficina Nacional de Formação Profissional, 1995.

Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS. Texto elaborado para subsidiar o debate sobre a organização da categoria. Rio de Janeiro, fevereiro de 1991.

ANAS/ABEPSS/CFESS. Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais. ANAIS: IV, V, VI, VII, VIII, IX e X CBAS.

ABEPSS. Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social. ANAIS e relatórios.

Teses da Doutorado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social – PUC/SP (1974 a 2000)

BAPTISTA, Myriam Veras. Estudo da Integração do Desenvolvimento de Comunidade no Desenvolvimento Global. PUC/SP, 1974

SILVA, Maria Lúcia Carvalho de. Evolução do Conceito de Desenvolvimento de Comunidade no Período 1967/1979, na Sub-Região do Cone Sul da América Latina. PUC/SP, 1974

FALCÃO, Maria do Carmo Brant Carvalho. A Abordagem Grupal em Serviço Social e seu Uso no Meio Urbano. PUC/SP, 1974.

- GODINHO, Marta Terezinha. Metropolização e Planejamento Social, PUC/SP, 1974.
- MEDEIROS, Suzana A da Rocha. Estudo Preliminar dos Componentes Básicos da Estrutura do Serviço Social. PUC/SP, 1974.
- LEMOS, Ada Pellegrini. O Binômio Pessoa-Situação na Teoria do Serviço Social. PUC/SP, 1974.
- BEREZOVSKY, Mina. Serviço Social Médico Hospitalar - Contribuição para Estudo, PUC/SP, 1976.
- LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Uma Abordagem Populacional para um Problema Estrutural: a Habitação. PUC/SP, 1985.
- Karsch, Ursúla Margarida Simon. O Serviço Social na Era dos Serviços, PUC/SP, 1986.
- ALDAIZA, Sposati de Oliveira. História da pobreza Assistida em São Paulo. PUC/SP, 1987
- SILVA, MARIA Osanira da Silva. Verso e Reverso da Política Habitacional: atores sociais em confronto. São Paulo, PUC/SP, 1987.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: Identidade e Alienação, PUC/SP, 1988.
- RODRIGUES, Maria Lúcia. Relacionamento e Serviço Social na Travessia da Modernidade, PUC/SP, 1989.
- MOTTA, Maria Aparecida Mãe - Creche: Relações de Ambivalentes - Um Estudo de Casos Sobre a Representação de Usuárias. PUC/SP, 1989.
- BASTOS, Maria Durvalina Fernandes Mulheres Chefes de Família - Condições de Vida e Representações Sociais, PUC/SP, 1989.
- NETTO, José Paulo. Autocracia Burguesa e Serviço Social. PUC/SP, 1990.

- NEVES, Noemia Pereira. Nadir Gouveia Kfoury: o saber e a prática
Prática do Serviço Social no Brasil (1940 –1960). PUC/SP, 1990.
- COSTA, Anita Aline Albuquerque. Mudança e Continuidade na
Encruzilhada do Progresso - A Estratégia de Modernização Agrícola
e as Relações Capital Trabalho no Sertão do São Francisco.
PUC/SP, 1991.
- BATTINI, Odária. O Estado das Artes no Serviço Social: Estudo Sobre
a Construção do Conhecimento na Prática Profissional do
Assistente Social. PUC/SP, 1991.
- CANOAS, José Walter. O Movimento Operário Sindical em Franca -
SP; O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados - STIC
e a Ação do Serviço Social - 1982 a 1984. PUC/SP, 1991.
- BRAVO, Maria Inês Souza. Questão da Saúde e Serviço Social - As
Práticas Profissionais e as Lutas no Setor. PUC/SP, 1991.
- LORA, Alaor Benedito. O Ensino Segregado e o Ensino Integrado
como Facilitadores da Sociabilidade do Portador de Deficiência
Auditiva. PUC/SP, 1992.
- SILVA, Zélia Maria Pereira. O Fio Mágico das Rendeiras: a Ação
Política das Mulheres na Redefinição das Relações de Gênero.
PUC/SP, 1992.
- FLORES, Nívia Campos. La Formación Profesional de Los Asistentes
Sociales en Panamá - Algunos Elementos que Corroboram La
Necessidad de Reorientar El Proceso de Enseñanza – Aprendizaje.
PUC/SP, 1992.
- BURIOLOLA, Maria Alice Feiten. A Supervisão Social na Formação
Profissional do Assistente Social. PUC/SP, 1992.
- CAMARGO, Maria Soares. Assistentes Sociais no Sistema Penitenciário
Paulista - A Crença na Reabilitação. PUC/SP, 1992.

MARTINS de Sá, Jeanete Liasch. Conhecimento e Currículo em Serviço Social em Sua Gênese e Evolução: As Determinações da Estrutura, da Linguagem e do Sentido. PUC/SP, 1992.

BELFIORI, Wanderley Mariangela. Mefamorfozes do Desenvolvimento de Comunidade e suas Relações com o Serviço Social. PUC/SP, 1992.

BERTANI, Íris Fenner. Estudo Social do Acesso de Doentes ao Ambulatório do Instituto do Coração. PUC/SP, 1992.

VICENTE, Vilmar Adelino. A Concepção de Justiça e o Serviço Social por uma Perspectiva Histórico-Crítica do Conceito Cristão de Justiça e sua Incidência no Serviço Social. PUC/SP, 1992.

YASBEK, Maria Carmelita. A Assistência Social na Conformação da Identidade Subalterna. PUC/SP, 1992.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Ensino de Serviço Social no Nordeste: entre a Igreja e o Estado. PUC/SP, 1992.

SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues da. Aproximação do Serviço Social à Tradição Marxista: Caminhos e Descaminhos. PUC/SP, 1992.

BONETTI, Dilséia Adeodata. Produção do Mestrado em Serviço Social da PUC/SP 1974/1987 Uma Análise. PUC/SP, 1992.

MARTINS, Alcina Maria de Castro. Gênese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português - Escola Normal Social de Coimbra, PUC/SP, 1993.

JORGE, Maria Rachel Tolosa. O Ensino do Serviço Social no Estado de São Paulo - Entradas e Bandeiras. PUC/SP, 1993.

SIMIONATTO, Ivete. Grasmci: sua Teoria, Influência no Brasil, Incidência no Serviço Social. PUC/SP, 1993.

- CARLOS, Sérgio Antônio. A Gênese e a Estrutura do Serviço Social Brasileiro no Período Doutrinário Católico. PUC/SP, 1993.
- CARDOSO, Franci Gomes. Protagonismo das Classes Subalternas no Brasil Contemporâneo. PUC/SP, 1994.
- RAMOS, Maria Helena Rauta. Política e Teoria: Programa Comum e Movimento Sociais Urbanos - As Condições Sócio-Políticas do Debate na França. PUC/SP, 1994.
- SILVA, Alacir Ramos. O (Re) Encontro com os Grupos Sociais na Prática com os Movimentos Populares. PUC/SP, 1994.
- RIBEIRO, Maria Rejane Alves Nunes. O Assistente Social frente à Teve no Âmbito da Estética da Recepção. PUC/SP, 1994.
- GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Identidade Profissional do Serviço Social: Diversidade e Pluralidade. PUC/SP, 1994.
- GOMES, Leila Maria Alonso. Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro: O Significado Histórico da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, no Período de 1945/1964. PUC/SP, 1994.
- SEHNEM, Marino Antônio. O "Novo" Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80-90: A Cidadania Ainda que Tardia. PUC/SP, 1994.
- SUGUIHIRO, Veras Lúcia Tieko. O Cotidiano e a Vida Profissional. PUC/SP, 1994.
- GOMES, Maria de Fátima C. Marques. Estado e Política Social: A Elaboração do Pensamento Brasileiro na Primeira República. PUC/SP, 1994.
- VITALE, Maria Amália Faller. Vergonha - um Estudo em Três Gerações. PUC/SP, 1994.

- BAIA, Evelin Heliana. Serviço Social no contexto da Cultura. PUC/SP, 1994.
- QUEDA, Clorinda M. M. A Competência na Ação Profissional dos assistentes Sociais. PUC/SP, 1995.
- LIMA, Terezinha Moreira. Exclusão Social e a Cidadania no Brasil: Realidade na Vida de Crianças e Adolescentes. PUC/SP, 1995.
- GUIMARÃES, Gleny Teresinha Duro. O Discurso Apologético da Particularidade - A (A) Moralidade do Assistente Social. PUC/SP, 1995.
- GONÇALVES, Maria C. Vasconcelos. "Favelas - Teimosas", Lutas por Moradia - Brasília década de 80. PUC/SP, 1995.
- FERNANDES, Ana Elizabeth S. Mota. Cultura da Crise e Seguridade Social um Estudo Sobre as Tendências da Previdência e Assistência da Previdência e Assistência Social Brasileiras nos Anos 1980-1990. PUC/SP, 1995.
- MARQUES, Alice Helena Junqueira: A Construção de Uma Mentalidade em Serviço Social. PUC/SP, 1995.
- SETÚBAL, Aglair Alencar. Pesquisa no Serviço Social: Utopia e Realidade. PUC/SP, 1995.
- VERAS, Francisca Siqueira. A Construção do Movimento Popular Urbano na Região Metropolitana do Recife: numa Perspectiva Orgânica. PUC/SP, 1995.
- CANOAS, Cilene Swain. Mulher e Cidadania: Perspectiva Para o Próximo Século - Uma Reflexão na Realidade metropolitana de São Paulo. PUC/SP, 1995.
- ANDRADE, Setuko. Serviço Social no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: 1940 a 1960. PUC/SP, 1995.

- SOUZA, Edina Evelyn Casali Meireles. Poder Local: Requalificação do Processo Democrático. PUC/SP, 1996.
- PINTO, Rosa Maria Ferreira. Estágio e Supervisão: Um Desafio Teórico-Prático do Serviço Social. PUC/SP, 1996.
- ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. A Prática de Ensino no Curso de Serviço Social. PUC/SP, 1996.
- CHINALLI, Israild Giacometti. "De Volta do Lar?" - Trabalho Feminino e Globalização. PUC/SP, 1996.
- GRACIANO, Maria Inês Gandara. Construindo Espaços - a História das Associações de Pais e Portadores de Lesões Lábio-Palatais e a Construção do Serviço Social. PUC/SP, 1996.
- GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Violência Física Doméstica Contra Crianças e Adolescentes e a Imprensa: do Silêncio à Comunicação. PUC/SP, 1996.
- RICCI, Maria Beatriz Rios. A Demanda em Terapia Familiar - Reflexões sobre a Prática. PUC/SP, 1996.
- Munhoz, Divanir Eulália Naréssi. O Desafio do Cotidiano: o Enfrentamento da Contradição. PUC/SP, 1996.
- TOLEDO, Laísa Regina Di Maio Campos. As Multidimensionalidades do Feminino no Jogo do Poder no Campo da Sexualidade - um Estudo na Perspectiva da Identidade. PUC/SP, 1996.
- ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo. As Práticas do Serviço Social: Afirmação ou Superação da Subalternidade. PUC/SP, 1996.
- ACOSTA, Ana Rojas. Sobrevivência y Construcción de una Nueva Ciudadanía de Niños y Adolescentes Trabajadores Informales: Caso del Barrio de Pinheiro em São Paulo – Brasil. PUC/SP, 1997.

ALMEIDA, Maria Helena Tenório de. O Espaço Público em Hannah Arendt uma Visão Normativa da Política. PUC/SP, 1997.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ontologia Social e Reflexão Ética. PUC/SP, 1997.

DEGENSZAIN, Raquel Raichelis. A Construção da Esfera Pública no Âmbito da Política de Assistência Social. PUC/SP, 1997.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. Um Constructo de Poder Local na Cidade de São Paulo. PUC/SP, 1997.

GOUVÊA, Maria das Graças. Educação Popular Junto a Movimentos Sociais: Proposta e Prática do "Centro de Direitos Humanos e Educação Popular - CDHEP" - Campo Limpo - São Paulo. PUC/SP, 1997.

KOUMOUYAN, Elza. Linguagem do Mundo e Instituição da Linguagem: Refletindo com Wettgenstein e Castoriadis. PUC/SP, 1997.

KROHLING, Beatriz Stella Martins. Conselho Comunitário de Vila Velha: Um Sujeito Coletivo Político em Movimento. PUC/SP, 1997.

LIMA, Vera Lúcia Alvarenga Freire Moreira. A Parceria Público/Privado na Implantação do SUS: O Caso do Município de Ilha Bela. PUC/SP, 1997.

RAIZER, Eugênia Célia. "O Estatal, o Público e o Privado e suas Expressões na Epidemia da AIDS. PUC/SP, 1997.

SABOYA, Glicia Meiber de Góes. Indivíduo: Gênese e Reconhecimento. PUC/SP, 1997.

Estudo sobre a temática do indivíduo, dos primórdios da noção do termo e Luís Dumont aos discursos ou teorias de Marx e Stiner. Apresenta a tese de que a Ciência e a Filosofia enquanto discursos parcelares não conseguem a apreensão total do indivíduo.

SCHERER, Elenise Faria. Reformas Estruturais e Contra-Reformas Sociais no Brasil. PUC/SP, 1997.

Estudo sobre as contra reformas sociais que estão ocorrendo hoje no Governo FHC.

Souza, José Geraldo. Resistências ao Estatuto Criança e do Adolescente: uma Questão Cultural. PUC/SP, 1997.

BARBOSA, Maria Margarida. Desvendando Significados: A Escola de Serviço Social de Belo Horizonte nos anos 60 e o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. PUC/SP, 1998.

SILVA, José Fernandes Siqueira da. Justiceiros: Defensores da Ordem e Agentes da Higienização Social. PUC/SP, 1998.

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. Método e Serviço Social do Nosso Tempo - Desafios do Conhecimento para a Intervenção Profissional. PUC/SP, 1998.

ANDRÉ, Marlene Monteiro. A Consciência da Periculosidade e as Estratégias Defensivas dos Portuários Avulsos no Contexto Portuário de Vitória/E.S. PUC/SP, 1998.

MACHADO, Ednéia Maria. A Política Social como Valor da Força de Trabalho no Brasil - 1964-1988. PUC/SP, 1998.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. A Racionalidade Hegemônica do Capitalismo no Brasil Contemporâneo: Uma Análise das suas Principais Determinações. PUC/SP, 1998.

GASTARI, Luiz Antônio. Educação Informal para Crianças e Adolescentes. PUC/SP, 1998.

PEDRINI, Dalila Maria. Entre Laços e Nós. Associativismo - Auto-Gestão - Identidade Coletiva. A Empresa de Produção Socializada - EAPS Brusque - Santa Catarina. PUC/SP, 1998.

- SPROVIERE, Maria Helena Siqueira. Estresse, Alexetimia e Dinâmica Familiar do Paciente Autista: um estudo comparativo. PUC/SP, 1998.
- MILITÃO, Maria Nadir de Sales do Amaral. Novos Rumos para o Ensino Técnico: Impactos e Perspectivas - O Caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET –MG. PUC/SP, 1998.
- LOPES, Josefa Batista. O Serviço Social na América Latina: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade. PUC/SP, 1998.
- GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. Os Recasados nas Famílias Reconstituídas. PUC/SP, 1998.
- SANTOS, Cleusa dos. Reforma/Revolução - Pólos de Tensão na Constituição do Movimento Socialista. PUC/SP, 1998.
- PAULILO, Maria Ângela Silveira. Risco do HIV/AIDS: Representações Sociais entre Soropositivos e Doentes. PUC/SP, 1998.
- FREIRE, Lúcia Maria de Bairros. Saúde do Trabalhador e Serviço Social -Possibilidades pelo Averso do Averso. PUC/SP, 1998.
- SERRA, Rose Mary Sousa. Serviço Social/anos90: Crise de materialidade e repercussões no mercado profissional. PUC/SP, 1998.
- GUIMARÃES, Simone de Jesus. PUCSP. Serviço Social e Igreja Católica no Brasil. 1998.
- RODRIGUES, Fernanda. A assistência social nas políticas sociais publicas em Portugal. PUC/S, 1998.
- LOPES, Ruth Gelehrter da Costa. As interpretações sociais da saúde na velhice, refletidas no uso do medicamento. PUC/SP, 1999.
- FELGAR, Julia Antonietta Simões. O envelhecimento como questão social: do idoso dependente a consciência da inserção perversa. PUC/SP, 1999.

GOLDMAN, Sara Nigri. Universidade para a terceira idade: uma lição de cidadania. PUC/SP, 1999.

OLIVEIRA, Maria Norma de. O caso da assistência social no Brasil: o incerto futuro de uma política pública. PUC/SP, 1999.

TEIXEIRA, Dirce de Mel. Subjetividade e militância: histórias de vida de militantes nos movimentos sociais em João Pessoa. PUC/SP, 1999.

MENDES, Jussara Maria Rosa. O verso e o averso de uma história: o acidente e a morte no trabalho. PUC/SP, 1999.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. PUC/SP, 1999. Avaliação de programas sociais: debatendo a avaliação participativa

GÓIS, João Bosco Hora. Vestígios da força das palavras: escritos sobre a AIDS. PUC/SP, 1999.

NEGREIROS, Maria Augusta G. Serviço social uma profissão em movimento: a dinâmica académico-profissional em Portugal pós-74. PUC/SP, 1999.

NASCIMENTO, Maria Antônio Cardoso. Crianças e adolescentes: a temática da imbricação raça/etnia, gênero, classe social nos programas sociais em Belém. PUC/SP, 2000.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto. Corporativismo e autonomia profissional no processo de adesão ao Sistema Único de Saúde em João Pessoa – Paraíba. PUC/SP, 2000.

FILGUEIRAS, Luzia Helena Gomes. Controle social e conselhos municipais de saúde: o caso de Juiz de Fora – MG. PUC/SP, 2000.

SILVA, Márcia Perales Mendes. Expressões do mundo do trabalho contemporâneo: um estudo sobre os trabalhadores do distrito industrial da zona franca de Manaus. PUC/SP, 2000.

SOUZA, Marli Palma. A publicização da violência de pais contra filhos: um estudo das implicações da denuncia. PUC/SP, 2000.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Comerciantes e bancários: experiências coletivas no novo sindicalismo. PUC/SP, 2000.

GHIRALDELLO, Antônio Vitorio. O Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política: hegemonia e bloco intelectual (1962-1964). PUC/SP, 2000.

MANFROI, Vânia Maria. Retrato de militância: modo(s) de vida militante no pós-68. PUC/SP, 2000.

COSTA, Lúcia Cortes da. A reforma do Estado no Brasil: uma crítica ao ajuste neoliberal. PUC/SP, 2000.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Bioética, direitos sociais e serviço social. PUC/SP, 2000.

OLIVEIRA, Arlete Benedita de. Reposicionamento do serviço social em face a reestruturação produtiva nos Correios/SP. PUC/SP, 2000.

FURLAN, Amabile. O processo de constituição do sujeito político: familiares e amigos de adolescentes em conflito com a lei, internados na FEBEM/SP - município de São José dos Campos. PUC/SP, 2000.

MESTRINER, Maria Luiza. A proteção social das organizações sem fins lucrativos: a regulação estatal da filantropia e da assistência social no Estado brasileiro. PUC/SP, 2000.

GUARÁ, Isa Maria F. da Rosa. O crime não compensa, mas não admite falhas: padrões morais de jovens autores de infração. PUC/SP, 2000.

CARLOTO, Cássia Maria. Saúde da trabalhadora: doenças não reconhecidas e sofrimento. PUC/SP, 2000.